

CONJUNTURA ECONÔMICA

ANÁLISE DE 1953

PANORAMA DO ANO	1
ÍNDICES ECONÔMICOS	6
AGRICULTURA	
Balanço agropecuário	9
INDÚSTRIA	
Retrospecto industrial	27
COMÉRCIO	
Comércio exterior	45
Comércio interno	52
FINANÇAS	
Câmbio	55
Moeda e crédito	63
Emissões de capital	70
Investimentos e empréstimos públicos	75
Dívida pública	77
Bolsas de valores	79
Execução orçamentária	83
Seguros	85
Mercado imobiliário	86
Insolvências	90
Resultado das sociedades anônimas em 1952	92
TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS	96
A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO	
Panorama mundial	109

CONJUNTURA SOCIAL

Demografia	116
Habitação	121
Trabalho	123
Benefícios sociais pagos	127
Custo da vida	129
Alimentação	130
Consumo domiciliar de eletricidade	133
Depósitos populares	135
Diversões	137

EXEMPLAR DE ASSINANTE

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO VIII

JANEIRO - 1954

N.º 1

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
Centro de Análise da Conjuntura Econômica
Centro de Estudos Sociais

CONJUNTURA ECONÔMICA

Publicação Mensal

REDAÇÃO: Av. 13 de Maio, 23 - 12.º — s. 1221/24 — Tel.: 52-4601
Rio de Janeiro, D.F.

Diretor: José Garrido Torres

Redator-chefe: Dênio Nogueira

Secretário: Alfredo Medeiros

CORPO REDATORIAL

ALOYSIO PIMENTEL
DOMAR CAMPOS
EDISON CESAR DE CARVALHO
HELIO M. ESCOBAR
HERBERT FRIEDMANN
JOSÉ G. CARNEIRO

LEON ZEITEL
LUIZ CARLOS DE ANDRADE
MANOEL ORLANDO FERREIRA
ORLANDO DE SOUZA
TUPY C. PORTO
WATERLOO SENNA

COLABORADORES EVENTUAIS

ALEXANDRE KAFKA
ERNESTO STREET
GERSON AUGUSTO DA SILVA
GUILHERME A. PEGURIER
LOTHAR BAUER

MARIO DA SILVA PINTO
OMER MONTEALEGRE
OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO
P. VAN DER MEIREN
POMPEU ACCIOLY BORGES

CORRESPONDENTES NO EXTERIOR

Na Europa:

RICHARD LEWINSOHN

Nos EE. UU.:

ROBERT F. MARTIN

CONJUNTURA SOCIAL

Redator-chefe: Thomaz Pompeu Accioly

CORPO REDATORIAL

LUIZ L. VASCONCELLOS
MARIO MAGALHÃES DA SILVEIRA
MAURICIO REIS

ROMOLO CAVINA
SERGIO HASSELMANN
SILVIA HASSELMANN

The
FIRST NATIONAL
BANK *of* BOSTON

Fundado em 1784

Depósito, Cauções,
Descontos, Câmbio,
Cobranças, Cartas
de Crédito para
Importação, Guarda
de Valores, Cofres de
Aluguel e todos os
demais serviços
bancários.

RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 18

SÃO PAULO

Rua 3 de Dezembro, 50

SANTOS

Rua 15 de Novembro, 72

BIBLIOTÉCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	
DATA	NÚMERO DE CHAMADA
3. 7. 56	
N.º DO VOLUME	REGISTRADO POR
192/56	
ANO	

- Qualquer pessoa...



- em qualquer ocasião...

- se utiliza sempre de um
produto de
petróleo



O café que V. toma, colhido de cafeeiros dos, protegidos por inseticidas... o jornal que V. lê, e cuja tinta de impressão é feita à base de carbono proveniente do petróleo... o automóvel em que V. passeia e viaja... o trem... o avião... em tudo a que V. recorre, das primeiras às últimas horas do seu dia, V. encontra o produto de petróleo contribuindo para uma vida melhor... para o progresso.

A ESSO STANDARD DO BRASIL concentra os seus melhores esforços para que os seus produtos estejam sempre ao alcance dos mais variados grupos de consumidores: o automobilista, o fazendeiro, a dona de casa, o aviador, o industrial... enfim... para todos, em todos os lugares.

Por mais de 40 anos, a ESSO STANDARD DO BRASIL tudo tem feito para que os seus produtos sempre possam ser encontrados por este imenso Brasil... na humilde choupana do seringueiro amazônico... nos grandes centros industriais do país... ou na estância do vaqueiro gaúcho...



*Esso contribui
para o progresso
do Brasil*



ESSO STANDARD DO BRASIL



Este é um produto Nadir



- * vidros e cristais
- * louças e porcelanas
- * lustres e globos
- * aparelhos p/ iluminação
- * artigos de metal

NADIR FIGUEIREDO SA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEÇÕES DE VENDAS:

SÃO PAULO - Rua Florêncio de Abreu, 572 - Tel. 4-0599
R. Independência, 446 - Tels.: 32-7950 e 32-7951
RIO DE JANEIRO - Rua da Aliança, 93 - Tel. 23-3495
P. ALEGRE - Rua Voluntários da Pátria, 2461 - Tel. 2-2495
BELO HORIZONTE - Av. Olegário Maciel, 244 - Tel. 2-1790
SÃO SALVADOR - Rua Santos Dumont, 4-1.º - Tel. 6660
RECIFE - Rua das Flores, 77 - 1.º andar - Salas 3 e 4

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S. A.

FUNDADO EM 1938 — End. Telegr.: "MERCAPAULO"

CAPITAL, Cr\$ 125.000.000,00

AUMENTO DE CAPITAL, Cr\$ 75.000.000,00

RESERVAS, Cr\$ 100.000.000,00

LUCRO NÃO DISTRIBUÍDO, Cr\$ 761.949,29

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953 (Compreendendo Matriz e Agências)

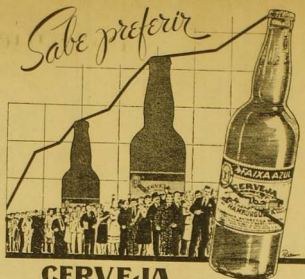
MATRIZ — SÃO PAULO — PRÉDIO "GASTÃO VIDIGAL" (FUNDADOR) — RUA ALVARES PENTEADO, 165

AGÊNCIAS — Na Cidade de São Paulo: Água Rasa, Arouche, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Ipiranga, Itaim, Lapa, Mercado, Mooca, Osasco, Pari, Penha, Pinheiros, Rua Piratininga, Santana, Santo Amaro, São João, Vila Prudente, 24 de Maio, 25 de Março. — **No interior do Estado de São Paulo:** Adamantina, Águas da Prata, Americana, Araras, Atibaia, Bariri, Bauru, Bernardino de Campos, Borborema, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Catanduva, Chavantes, Garça, Guaratapes, Guaratinguetá, Itatinga, Indaiatuba, Itajobi, Itapeva, Itararé, Itu, Leme, Limeira, Lins, Lorena, Marília, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi-Guaçu, Novo Horizonte, Olímpia, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Palmital, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirajói, Piratininga, Pórtio Feliz, Presidente Prudente, Quatã, Quintana, Ribeirão Preto, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, Santo André, Santos, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, Sorocaba, Vera Cruz. **No Distrito Federal:** Central, Castelo, Regente Feijó, São Cristóvão. **No Estado de Minas Gerais:** Guaxupé. **No Estado do Paraná:** Apucarana, Arapongas, Cambaí, Cambé, Cornélio Procopio, Curitiba, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paranaguá, Rolândia.

INEDITICIAL

A T I V O		P A S S I V O	
Cr\$		Cr\$	
A - DISPONÍVEL		P - NÃO EXIGÍVEL	
<u>Caixa</u>		<u>Capital</u>	
Em moeda corrente	182 662 922,70	125 000 000,00	
Em depósito no Banco do Brasil	274 997 061,40	75 000 000,00	
Em depósito à ordem da Superintendência de Moeda e do Crédito	47 968 935,00		
Em outras espécies	14 489 957,50		
	<u>520 118 876,60</u>		
B - REALIZÁVEL		O - EXIGÍVEL	
<u>Letras do Tesouro Nacional</u>		<u>Depósitos</u>	
Repositórias em C/Corrente	210 863 747,10	A vista e a curto prazo:	
Títulos descontados	2 017 635 127,30	de Poderes Públicos	7 181 681,10
Agências no País	673 737 539,70	de Autarquias	8 372 499,00
Correspondentes no País	37 695 101,40	em C/C sem limite	1 099 124 061,00
Correspondentes no exterior	21 951 117,10	em C/C limitadas	37 406 228,50
Outros valores em moeda estrangeira	1 755 120,20	em C/C populares	879 915 370,50
Capital a realizar	47 027 200,00	em C/C sem juros	160 435 101,50
Em depósito à ordem da Sup. de Moeda e do Crédito, referente ao Dec.º 24 039	83 161 195,30	em C/C de aviso	7 111 386,50
Outros créditos	23 711 517,50	Outros depósitos	84 975 972,30
Banco do Brasil S.A. - conta agente de capital - Dec. Lei nº 5 956	2 226 400,00		2 280 849 112,40
Imóveis	3 916 171,60	A prazo:	
Títulos e valores mobiliários:		de Poderes Públicos	100 000,00
Apólices e obrigações federais, inclusive as do valor nominal de Cr\$ 47.969.300,00, depositadas no Banco do Brasil S.A. a ordem da Sup. de Moeda e do Crédito	44 300 418,80	de Diversos:	
Apólices estaduais	3 564 510,00	a prazo fixo	166 149 173,90
Ações e debêntures	12 287 576,60	de aviso prévio	120 086 322,30
Outras valores	28 500,00		286 377 496,80
	<u>3 192 197 436,60</u>		2 567 224 609,30
C - IMOBILIZADO		H - RESULTADOS PENDENTES	
Edifícios de uso do Banco	48 951 349,80	Contas de resultados	43 803 899,50
Móveis e utensílios	18 736 118,50		
Materiais de expediente	2 268 901,70		
Instalações	7 531 216,80		
	<u>76 490 106,80</u>		
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO		I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Valores em garantia	808 960 856,50	Depósitos de valores em garantia e em custódia	1 073 623 450,20
Valores em custódia	264 662 593,70	Depositantes de títulos em cobrança:	
Títulos a receber de c/alméis	1 103 921 296,10	Do País	1 015 856 644,40
Outras contas	800 126,00	Do exterior	88 041 650,70
	<u>5 966 731 291,30</u>	Outras contas	800 126,00
			<u>2 177 923 871,30</u>
			<u>5 966 731 291,30</u>

SEU ENORME CONSUMO PROVA QUE O PÚBLICO...



CERVEJA



Um produto **ANTARCTICA**

Banco do Comércio S. A.

FUNDADO EM 1875

O MAIS ANTIGO DO RIO DE JANEIRO

Capital Cr\$ 90.000.000,00

Reservas Cr\$ 80.583.748,70

Matriz: RUA DO OUVIDOR, 93/95

Tel. 43-8966

AGÊNCIAS:

Distrito Federal:

- COPACABANA** — Av. Copacabana, 1.155
- MEIER** — Rua 24 de Maio, 1.355
- S. CRISTÓVAO** — Rua S. Luís Gonzaga, 45
- TIJUCA** — Praça Saenz Peña, 9
- URUGUAIANA** — Rua Uruguaiana, 7
- RIACHUELO** — Rua Riachuelo, 387

Estado de São Paulo: **SÃO PAULO — CAPITAL**

**TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS
INCLUSIVE CAMBIO**

**SEÇÕES ESPECIALIZADAS PARA GUARDA
DE TÍTULOS E VALORES**

Uma organização identificada com a economia do país



Participando ativamente da vida econômica brasileira há mais de 22 anos, a Standard Brands of Brazil, Inc. contribui para o desenvolvimento de setores ligados às suas atividades.

Com duas fábricas instaladas para a produção dos fermentos Fleischmann, utilizados pela maioria dos panificadores, bem como dos produtos Royal, tradicionais nos lares brasileiros, a Standard Brands of Brazil, Inc. mantém ainda cursos gratuitos de aperfeiçoamento, destinados aos profissionais interessados em produzir pão melhor e mais saudável, assim concorrendo para elevar os padrões de nutrição do povo.

Dedica, ainda, a companhia especial atenção ao café brasileiro, como um dos seus grandes exportadores para os Estados Unidos, e concorre para o aprimoramento da qualidade do produto, com a descoberta, em seus laboratórios, do Benefax, empregado no beneficiamento do café por um número crescente de produtores.

Identificada com a economia brasileira, a Standard Brands of Brazil, Inc. procura ser um elemento dinamizador, uma força viva ao serviço do progresso da Nação.



Standard Brands of Brazil, Inc.

FERMENTO FLEISCHMANN - FERMENTO EM PÓ ROYAL - PUDINS ROYAL
GELATINAS ROYAL - GELATINA ROYAL NATURAL EM PÓ - MÓLHO SAROMA
CHÁ TENDER LEAF - BENEFAX

Rio de Janeiro · São Paulo · Santos · Campinas · Ribeirão Preto · Pôrto Alegre · Pelotas · Santa Maria · Florianópolis · Curitiba · Belo Horizonte · Juiz de Fora · Campos · Vitória · Salvador · Recife · Fortaleza · Belém.

FÁBRICAS EM PETRÓPOLIS E JUNDIAÍ

BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

Fundado em 1923

CAPITAL E RESERVAS Cr\$ 152.000.000,00

Rua Álvares Penteado, 216 — São Paulo — Caixa Postal 8119

Endereço Telefônico: "ORBE"

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

Compreendendo as operações da Matriz e Filiais de: Agudos, Andará, Andradina, Apucarana, Araçatuba, Arapongas, Assai, Astorga, Bandeirantes, Bauru, Bela Vista do Paraíso, Birigui, Cambé, Campinas, Catanduva, Cordeiro, Cornélio Procopio, Curitiba, Garça, Getulina, Guararapes, Ibitiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Jundiá, Lins, Londrina, Mandaguari, Marialva, Marilva, Maringá, Mirandópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Osvaldo Cruz, Paranaguá, Paranavai, Paula Sousa (Urbana), Penápolis, Pirajui, Promissão, Rolândia, Santo André, Sto. Antônio da Platina, Santos, São Bernardo do Campo, São Catetano do Sul, São José do Rio Preto, Sete de Abril (Urbana), Sorocaba, Tupã, Valparaíso.

DEBITORIAL

A T I V O			P A S S I V O		
Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
A - DISPONÍVEL			P - NÃO EXIGÍVEL		
Caixa			Capital		
Em moeda corrente	72 294 119,80		Capital	96 000 000,00	
Em depósito no Banco do Brasil S.A.	178 509 902,30		Aumento de Capital	—	
Em depósito a ordem da Sup. da Moeda e do Crd.	39 388 485,90		Fundo de reserva	56 000 000,00	152 000 000,00
Em outras espécies	11 812 017,90	301 604 525,50	d - EXIGÍVEL		
B - REALIZÁVEL			Depósitos		
Letras do Tesouro Nacional	7 196 000,00		A vista e a curto prazo:		
Espectáculos em C/Correntes	294 383 10		de Poderes Públicos	3 870 893,80	
Títulos Descontados	1 075 889 610,60		de Autarquias	2 978 567,30	
Agências no País	391 993 390,50		em C/C sem limite	604 039 320,60	
Correspondentes no País	15 237 037,40		em C/C limitadas	263 263 76,10	
Correspondentes no Exterior	771 095,20		em C/C populares	983 202 626,00	
Em depósito a ordem da Sup. da Moeda e do Crd.	25 940 590,60		em C/C sem juros	6 405 806,80	
Remessa ao Dec. 24.038	10 818 629,60	1 823 858 765,00	em C/C de aviso	12 195 037,40	
Outros Créditos			Outros depósitos	23 666 456,10	1 204 631 473,10
Imóveis	6 272 367,00		A prazo:		
Títulos e Valores Mobiliários:			de Poderes Públicos	10 985 297,80	
Apólices e Obrigações Fed. do País			de diversos:		
10.375.500,00 dep. no Ban. do Brasil S.A. a ord. da Sup. da Moeda e do Crd.	16 994 333,20		a prazo fixo	164 679 044,80	
Ações e Debenturas	9 738 000,00	26 782 333,20	de aviso prévio	57 731 782,80	233 196 130,40
C - IMOBILIZADO					1 439 037 593,50
Edifícios de uso do Banco	40 242 122,60		Outras Responsabilidades:		
Móveis e Utensílios	8 290 326,80		Obrigações diversas	15 239 175,80	
Instalações	1 628 629,50	55 223 652,90	Agências no País	393 138 640,70	
D - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			Correspondentes no País	44 332 820,40	
Valores em garantia	574 952 269,70		Correspondentes no exterior	3 201 874,90	
Valores em custódia	170 561 789,50		Ordens de pagamentos e outros créditos	126 300 288,20	
Títulos a receber e alieis	709 208 150,00		Depósitos ref. a cob.do Est. (Dec. 24.038)	25 940 590,60	
Outras contas	16 895 500,00	1 471 577 709,20	Depósitos a pagar	5 853 776,00	613 908 176,70
	Cr\$	3 692 515 352,80	H - RESULTADOS PENDENTES		
			I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
			Deposítários de valores em gar. e custódia	735 514 059,20	
			Deposítários de títulos em cobrança:		
			do País	24 406 820,00	
			Outras contas	16 895 500,00	1 471 577 709,20
				Cr\$	3 692 515 352,80

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

	Cr\$	Dr\$		Cr\$	Dr\$
DEBITAS GERAIS			Saldo que passou do semestre anterior		2 765 775,80
Remuneração da Diretoria e Conselho Fiscal	118 800,00		Receita de Juros		14 934 321,30
Ordemação do Fiscoal	16 969 832,90		Descontos	6 334 403,30	
Contribuição ao Inst. Apoa. Favelas Banguinhos	887 033,70		Menos os do exercício seguinte	15 904 274,50	
Despesas Diversas	9 338 970,20				51 430 176,70
Crédito de Material			Créditos Recebidos ou Debitados		7 524 827,80
2 350 069,10			Receitas de Títulos e Valores Mobiliários		978 275,00
2 350 069,10			Lucros em Operações de Câmbio		708 083,50
34 854 184,70			Receitas de Capital não Empregados em Operações Sociais		965 389,10
Despesas de Juros			Outras Rendas		1 253 042,90
438 155,90			Recuperações de Prejuízos Lançados em Lucros e Perdas		8 077,30
OUTRAS CONTAS					
AMORTIZAÇÕES DO ATIVO					
Antecipação nas contas de Instalações e de Móveis e Utensílios	1 668 399,20				
PERDAS DIVERSAS					
Prejuízos Verificados	180 800,20				
Sobresal	66 392 604,90				
FUNDO DE RESERVA					
Importância levada à crédito desta conta	6 000 000,00				
Dividendos — 55% Dividendo a razão de 10% a.a.	5 760 000,00				
BONIFICAÇÃO AOS AÇÃOISTAS					
Importância levada à crédito desta conta	1 000 000,00				
Importância levada à crédito da Lei 1478 de 26-11-51 — Te- porância já recolhida	733 932,00				
PERCENTAGEM DA DIRETORIA					
GRATIFICAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS	4 134 841,00				
Saldo que passa para o semestre seguinte	1 037 631,90				
	79 468 951,80				

São Paulo, 11 de Janeiro de 1954. (s) WALLACE C. SIMONSEN - Presidente; MARIO W. SIMONSEN - Vice-Presidente; JORGE W. SIMONSEN - Superintendente; LEO W. COCKING - NE, ASTORIO KOTCA MATOS FILHO - Diretores-Opentes; AMILAR R. ALVES - Quando-Livros - C.R.C. - S.P. 8.018.

LUIZ J. C. DE MENEZES
Corretor de Fundos Públicos

JOÃO B. C. DE MENEZES
Preposto

Corretagens sobre Câmbio
— Títulos — Letras do Te-
souro e Financiamentos sô-
bre Exportação e Importação

Rua Miguel Couto, 35-7.º and.
Endereço Telegráfico — JUVLU
Telefone: 52-8137

CIA. CONSTRUTORA E
TÉCNICA, KOTCA S. A.

TERRAPLANAGEM
E

PAVIMENTAÇÃO

End. Teleg. "Kotca"

R. México, 3 - 2.º and.

Caixa Postal 1349 — Tel. 32-6350
RIO DE JANEIRO

R. 7 de Abril, 252 - 1.º

Caixa Postal 1525 — Tel. 6-6852
SÃO PAULO

BANCO SUL AMERICANO DO BRASIL, S. A.

Sede: S. PAULO

Rua Álvares Penteado, 65 — Caixa Postal 8.222

Enderço Telegráfico: Sulbanco — Carta Patente N.º 2.948

Capital Cr\$ 50.000.000,00

Reservas Cr\$ 42.028.568,80

AGÊNCIAS:

Álvares Machado — Capivari — José Bonifácio — Londrina (Paraná) — Maringá (Paraná) — Mercado (Santos) — Neves Paulista — Penápolis — Pinhal — Piracicaba — Pirapózinho — Presidente Prudente — Rio de Janeiro — Santos — São José do Rio Preto — Tatui — Urbana n.º 1, Ipiranga — Urbana n.º 2, Vila Prudente — Urbana n.º 3, Belenzinho — Urbana n.º 4, Av. São João

TÓDAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS
INCLUSIVE CÂMBIO

SEM PÂNICO

Viver nesta época de perigo impõe a homens, mulheres e crianças algumas tarefas difíceis e, em particular, certas classes de domínio mental próprio. Temos que viver a nossa vida cotidiana, e devemos indagar a nós mesmos se existe algum meio pelo qual os homens comuns devam proceder para tentar evitar ou suavizar estes desastres. Todos nós sabemos que havemos de morrer, mas a maioria aspira à continuação da vida. Só um covarde ou um tarado passa o tempo a pensar no momento em que a Parca lhe cortará o fio da existência. Um homem de juízo toma precauções acêrca da morte; acautela-se com a saúde, **faz seguros de vida**, redige o testamento, e depois esquece-se de que não é imortal.

BERTRAND RUSSELL
(famoso filósofo inglês)



Sul America

Companhia Nac. de Seg. de Vida
Fundada em 1892

Caixa postal 971
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA

Safras de 1951/52 - 1953/54

Posição em 30 de novembro

Unidade: sacos de 60 quilos

Safras	Quantidades
1951/52	17 550 596
1952/53	20 352 842
1953/54	22 530 800

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

TOTAIS DO BRASIL

Safras de 1951/52 - 1953/54

TODOS OS TIPOS

Posição em 30 de novembro

Unidade: litro

Safras	Hidratado	Anidro	Total	% sobre o total	
				Hidratado	Anidro
1951/52	87 903 625	16 629 274	104 532 899	84,09	15,91
1952/53	96 421 278	38 342 400	134 763 678	71,55	28,45
1953/54	95 816 989	74 050 151	169 867 140	56,41	43,59

BANCO ALIANÇA DO RIO DE JANEIRO S.A.
 Caixa Postal 1689 — Rua São José, 28 — Tel. 52-2052 — End. Teleg.: "Bancali"
RIO DE JANEIRO
FUNDADO EM 1906

Autorizado por Carta Patente N.º 431

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

IMBITORIAL

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
Caixa:		Capital	
Em moeda corrente	9 533 515,90	30 000 000,00	
Em depósito no Banco do Brasil	63 672 349,50	Aumento de capital	30 000 000,00
Em depósito a ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	5 295 000,00	Ponto de reserva legal	2 327 563,20
Em outras espécies	1 730 737,50	Ponto de provisões	5 604 880,90
		Outras reservas	21 841 880,90
	85 351 732,90		92 274 327,00
REALIZÁVEL		EXIGÍVEL	
Letras de Tesouro Nacional	7 566 000,00	Depósitos:	
Empréstimos em c/correntes	102 323 934,80	A vista e a curto prazo:	
Títulos descontados	166 476 860,50	em c/c sem limite	102 977 566,80
Correspondentes no país	71 759 556,70	em c/c limitadas	7 146 057,60
Correspondentes no exterior:		em c/c populares	41 923 860,80
Saldo	12 056 294,30	em c/c sem juros	28 112 707,10
Cambio a receber	70 416 261,70	em c/c de aviso	1 730 083,30
Acionistas - Capital a realizar	15 000 000,00	Outros depósitos	36 978 970,90
Acionistas - Ação a realizar	5 000 000,00		213 869 236,70
Outros créditos:		A prazo:	
Diversos	25 992 079,50	de diversos:	
Banco do Brasil - Depósito ref. au-mento de capital	15 000 000,00	a prazo fixo	53 376 604,50
Devedores por cag. blo a entregar	81 515 005,00	aviso prévio	19 600 849,90
Indébitos	100 000,00		73 777 454,40
Títulos e valores mobiliários:			291 646 691,10
Aplicações e obrigações federais, inclusive as de valor nominal de Cr\$ 600 000,00 em depósito a ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	6 094 281,70	Outras responsabilidades:	
Outros valores	3 642,00	Títulos redescatados	11 906 193,00
	529 264 103,40	Correspondentes no país	23 091 289,20
		Correspondentes no exterior:	
IMOBILIZADO		Saldo	378 723,80
Edifícios de uso do Banco	15 834 784,70	Cambio a entregar	81 703 673,40
Móveis e utensílios	2 434 275,20	Ordens de pagamento a outros créditos:	
Instalações	1 237 863,99	Diversos	55 191 017,40
	19 496 923,80	Credores por cag. blo a receber	62 346 330,50
RESULTADOS PENDENTES		Dividendos a pagar	3 000 000,00
Juros e descontos	46 890,80		243 817 227,30
Impostos	—		535 463 918,40
Despesas gerais e outras contas	—	RESULTADOS PENDENTES	
	46 890,80	Contas de resultados	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Valores em garantia	149 305 991,00	Depositantes de valores em ca- rência e em custódia	199 615 155,10
Valores em custódia	191 915 395,10	Depos. de valores de solaa.	181 609 191,20
Títulos a receber de c/alista	117 292 965,50	Depos. de cobr. caucionada	341 224 346,30
Outras contas	64 744 934,90	Depositantes de títulos em op- brança:	
	534 262 334,70	do país	81 375 184,00
	1 159 421 875,60	do Exterior	37 917 769,50
		Outras contas	119 292 963,50
			64 744 934,90
			535 262 334,70
			1 159 421 875,60

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS

[illegible]

O BANCO DOS BONS SERVIÇOS

CONTADOR:

Reg. D.N.I.C. 33.543 - D.E.C. 12.809
Franz Xaver Volkner
conductor.

Reg. D.N.T.C. 33.543 - D.E.C. 12.809 - C.R.C. 4.276
FRANZ ARVID VOLKERT

DIRETORES:
João Ursulo Filho, Virgílio Velloso Borges,
Richard Szeberger e Claudino Velloso Borges

DIFFERENCES :

REVISTA BRASILEIRA
DE ECONOMIA

EDICÃO DA

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS



Assinatura anual ... Cr\$ 65,00

Número avulso Cr\$ 20,00

PRAIA DE BOTAFOGO, 186/192

C. Postal 4081 — Rio de Janeiro

FABRICA BANGŪ



BANGU

EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDÚSTRIA BRASILEIRA

**BANCO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS S. A.**

FUNDADO EM 1911

Sede — Belo Horizonte
Praça Sete de Setembro

Capital Cr\$ 100.000.000,00

Reservas Cr\$ 60.000.000,00

Sucursais:

Rio de Janeiro: Rua da Quitanda, 105/109

São Paulo: Rua da Quitanda, 126

AGÊNCIAS METROPOLITANAS:

Praça da Bandeira, 281-A, Loja

Campo Grande: Rua Campo Grande, 168

Madureira: Estrada do Portela, 40, Loja

Agências e escritórios nos Estados de:

MINAS GERAIS — GOIÁS — SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO e ESPÍRITO SANTO

CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

Descontos — Cauções — Depósitos

Cobranças e Valores

O R Q U I M A

INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

SÃO PAULO

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL

ESPECIALIDADES:

MENTOL, CLORETO DE CÉRIO E FOSFATO TRISÓDICO

Escritório no Rio de Janeiro

RUA DO CARMO, 8-12.º andar

TELEFONE 52-4388

Escritório em São Paulo

RUA LÍBERO BADARÓ, 158-6.º andar

TELEFONE 34-9121 (20 ramais)

Fábrica

AV. ADOLFO PINHEIRO, 3864-3946

Telefone 8-5481 — SÃO PAULO

As Praias do Uruguay...

A Riviera Uruguaia, com seus magníficos balneários, espera os turistas brasileiros.

Visite o Uruguay

e desfrute de bem-estar inesquecível num ambiente amável e distinto!



Vista aérea de Carrasco



Recantos maravilhosos do Atlântico, cheios de beleza, conforto e atrações turísticas: Carrasco, Atlântida, Piriápolis, "Punta del Este", La Paloma, etc... E, nesse ambiente natural, valorizado pelo homem com estradas e hotéis de primeira, há teatros, exposições, cassinos... o encanto, enfim, de um veraneio inesquecível.

Além disso, o Uruguay projeta para o turismo brasileiro: Campeonato Mundial de Golfe, Concursos de beleza, Orquestras de renome internacional, Espetáculos Culturais e Folclóricos (coros, espetáculos teatrais, exposições artísticas, de moda, etc.), Fogos artificiais, Carnaval de Montevideo, Provas automobilísticas de regularidade S. Paulo-Montevideo, Corridas Automobilísticas Internacionais em Piriápolis, Certames desportivos Internacionais.

Uruguay

PASCAZINI, nas Agências de Turismo e nas Companhias de Navegação.

INFORMAÇÕES e folhetos nas agências de Representação Turística Uruguaia para o Brasil.

RIO DE JANEIRO - Av. Rio Branco, 20-18º
SAO PAULO - Av. Ipiranga, 795 - 1º and.
CURITIBA - Rua Carlos Carvalho, 414-1º and.

R. Cel. Menna Barreto Mondrago, 461
PORTO ALEGRE - Rua dos Andradas, 1290-1º
BELO HORIZONTE - Rua Santa Catarina,
335 apto. 62

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

CAPITAL REALIZADO Cr\$ 500.000.000,00

Depósitos — Empréstimos — Descontos — Câmbio — Cobranças —
Transferências — Títulos — Cofres de aluguel

M A T R I Z

PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 6 — SÃO PAULO — C. POSTAL, 789

End. telegráfico: BANESPA

Filial no Rio de Janeiro — RUA DA ASSEMBLÉIA, 31

O uso do cheque proporciona
CONTRÔLE — SEGURANÇA — EFICIÊNCIA
Abra uma conta no

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.

End. Tel. "MUNBANCO"

MATRIZ

RUA DO OUVIDOR - 71/73

Tel. 52-2010 — C. Postal 919

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIA

Rua Figueiredo Magalhães, 22

Tel. 37-9399

COPACABANA

FILIAL

RUA JOÃO BRÍCOLA - 37

Tel. 32-6121 — C. Postal 8159

SÃO PAULO

AGÊNCIA

RUA 15 DE NOVEMBRO, 142

Tel. 2-5110

SANTOS

A J A X CORRETORES DE SEGUROS S.A.

A GARANTIA DE UM SEGURO PERFEITO

MATRIZ: Av. Rio Branco, 85-13.º — Tel. 23-1960 — Rio de Janeiro

Telegrama: Corretores

S U C U R S A I S :

BELO HORIZONTE: Rua São Paulo, 638 — 7.º andar

SÃO PAULO: Rua Boa Vista, 206 — 4.º andar

PÓRTO ALEGRE: Rua dos Andradas, 1332 — 7.º andar


SALVADOR: Rua da Bélgica, 3 — 2.º andar

Correspondentes: na Europa e EE.UU.

"CONJUNTURA ECONÔMICA"

é um

excelente veículo de publicidade!



SÓ A MÁQUINA PERMITE AUMENTAR A PRODUÇÃO

...E BAIXAR O CUSTO DA VIDA

Para baixar o custo da vida, o Brasil precisa aumentar a sua produção. Nenhum país, porém, pode aumentar a sua produção e sobreviver economicamente, sem um moderno aparelhamento mecânico. São necessárias máquinas que executem o trabalho de muitos operários, liberem a mão de obra, tornem econômica a produção. E permitam maior rendimento, em menos tempo, por custo menor.

A serviço do homem de hoje estão as máquinas Burroughs. Não produzem artigos, presidem o trabalho de produção. São máquinas de calcular, verdadeiros cérebros mecânicos, que poupam o esforço de muitos homens capazes. Realizam tarefas de contabilidade,

estatística, faturamento, uma infinidade de operações em tempo recorde. E aceleram a marcha da indústria, do comércio, dos negócios públicos.

Encontram-se, portanto, a serviço do Brasil, quando é preciso retirar o máximo do trabalho humano, para melhor distribuição do conforto e da comodidade.



Burroughs

CIA. BURROUGHS DO BRASIL, INC.

Matriz - Rio: Rua Visc. de Inhaúma, 134-12.º andar - Tel.: 23-1690
Filial - S. Paulo: Largo Paissandú, 51-sobreloja - Tels.: 36-5403 e 35-1222
Agentes nas importantes cidades do Brasil •

Crescendo... SERVINDO!

Bastante expressivo tem sido o desenvolvimento do BANCO NACIONAL INTERAMERICANO S. A., nestes últimos cinco anos.

Entretanto, o progresso de uma instituição bancária não se mede apenas pelos algarismos constantes de seu balanço.

No nosso caso, mais expressivos ainda do que os números, são os bons serviços e a responsabilidade com que temos procurado atender a uma enorme clientela, que constantemente nos honra com a sua confiança.

A fim de honrar essa confiança, tudo faremos para alcançar um alto índice de evolução, sempre através de melhores e eficientes serviços.

RESUMO DO BALANCETE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

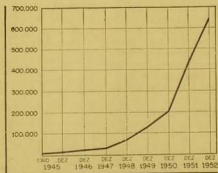
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Dinheiro em Caixa e no Banco do Brasil	227.070.517,00
Empréstimos	470.077.804,00
Agentes e Correspondentes	410.066.976,00
Outras Aplicações	327.560.000,00
Edifício Sede e Instalações	51.229.160,50
Titulos e Valores	50.723.205,30
Empreendimentos e Participações	145.795.939,80
Contas de Compensação	621.202.288,90
Total	2.143.734.910,00

RECURSOS PRÓPRIOS E RESPONSABILIDADES

Capital, Reservas e Lucros Suspensos	160.883.184,10
Depósitos	853.496.703,30
Diversas Responsabilidades	568.152.733,70
Contas de Compensação	621.202.288,90
Total	2.143.734.910,00

ASCENÇÃO DOS DEPÓSITOS



Banco Nacional Interamericano S. A.

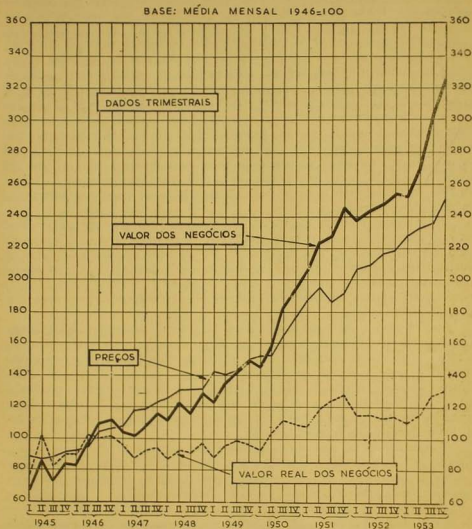
— UMA INSTITUIÇÃO PARA SERVIR O PÚBLICO —

AGÊNCIAS URBANAS E SUBURBANAS

- | | | |
|----------------------|-------------------------|----------------------------|
| 1 — PARAISO | 14 — CONSOLAÇÃO | 27 — PARY |
| 2 — BRAS | 15 — SÃO CAETANO DO SUL | 28 — GUAICURUS |
| 3 — JABAQUARA | 16 — RANGEL PESTANA | 29 — SÃO BERNARDO DO CAMPO |
| 4 — SÃO JOÃO | 17 — LIBERDADE | 30 — VILA PRUDENTE |
| 5 — PINHEIROS | 18 — CELSO GARCIA | 31 — GUARULHOS |
| 6 — PENHA | 19 — PAISSANDU | 32 — SÃO MIGUEL |
| 7 — PAULA SOUZA | 20 — SANTANA | 33 — TUCURUVI |
| 8 — MARECHAL DEODORO | 21 — PERDIZES | 34 — CAMBUCI |
| 9 — TATUAPÉ | 22 — NOSSA SENHORA DO Ó | 35 — MAUA |
| 10 — BOM RETIRO | 23 — CASA VERDE | 36 — SUZANO |
| 11 — MERCADO | 24 — VILA MARIANA | 37 — ITAQUERA |
| 12 — LUZ | 25 — LAPA | 38 — SANTO AMARO |
| 13 — SANTA EFIGÊNIA | 26 — VILA ANASTACIO | 39 — VITAL BRASIL |

SÃO PAULO — BRASIL

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



PANORAMA DO ANO

A conjuntura econômica em 1953 teve como principal característica a inversão do ciclo de negócios, cujo índice, depois de atingir um máximo no último trimestre de 1951 (128,4), vinha declinando quase ininterruptamente, até o mínimo de 110,1 no primeiro trimestre do ano findo. A recuperação verificou-se a partir do segundo trimestre, a princípio com menor intensidade. Já na segunda metade do ano, reiniciou-se a expansão, cujo

aceleramento se deu nos últimos três meses, quando o índice do valor real se elevou de 18,9 relativamente àquele nível mais baixo, superando a queda anterior, que havia sido de 18,3.

FATORES EXTERNOS

Com seus principais setores voltados para o comércio internacional, sofreu a atividade agrícola, nos dois últimos anos, todo o impacto da crise cambial, que fôra atenuada pelo "boom" da Coréia, em 1950/51. Ao agravar-se o desequilíbrio dos preços internos, em relação aos do mercado internacional, à medida que este passava a "comprador", acumularam-se os estoques gravosos, decorrendo daí drástica redução da renda auferida por aquele importante setor da atividade econômica nacional. Foi o caso do algodão, sisal, lã, pinho (agravado ainda pela contração ocorrida no intercâmbio comercial com a Argentina), fumo, frutas de mesa, castanhas, sementes oleaginosas etc.

As medidas tomadas em caráter especial pelo governo, particularmente as operações vinculadas, e mais tarde, após a cessação destas, a aquisição pelo Tesouro Nacional, dos estoques de produtos invendáveis, atenuaram, a curto prazo, os efeitos adversos da crise cambial sobre as economias regionais mais duramente atingidas (Norte, Nordeste e Sul). A prazo longo, porém, redundaram na deterioração do equilíbrio financeiro, aumentando a pressão inflacionária.

Ao mesmo tempo, em face da queda vertical das exportações, reduziu-se extraordinariamente a capacidade de importar, o que forçou o governo a tornar mais drásticas as restrições impostas ao comércio exterior, atingindo mesmo o setor essencial das matérias-primas e equipamentos para a indústria nacional. A essa situação, já em si grave, juntou-se outro problema de capital importância: a crise de energia elétrica, que durante todo o primeiro semestre e até meados do segundo contribuiu para acentuar os indícios de recessão da economia brasileira.

Confirmando as impressões gerais sobre as origens do desequilíbrio, somente a partir de julho, quando o governo começou a adotar medidas tendentes a tornar mais realista nossa política cambial, fizeram-se sentir os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica.

Conquanto o propósito da lei que instituiu o mercado da taxa livre de câmbio fôsse o de permitir a determinação do valor paritário do cruzeiro no mercado externo, de forma a eliminar o ágio que impedia a participação dos produtos brasileiros no comércio internacional, não se pôde atingir tal objetivo, em sua fase executiva inicial, dadas as restrições impostas pela primeira regulamentação aprovada. À medida, porém, que se afastavam os obstáculos, com a ampliação da lista de produtos beneficiados pela liberação cambial e a uniformização da percentagem de "mistura" da taxa livre com a oficial, os efeitos benéficos, manifestados a princípio sobre a atividade agrícola e extrativa voltada para o exterior, se estenderam aos demais setores econômicos reiniciando-se a expansão em termos reais. Para tanto contribuiu também, no sentido do aceleramento, a atenuação da crise energética, com o fim da estiagem em meados de outubro.

Finalmente, com o sistema do subsídio à exportação, instituído pela Instrução 70, de 10/10/53, do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, na base de Cr\$ 5,00 por dólar ou equivalente, originário da exportação do café (o que corresponde a liberação cambial da ordem de 27 %) e de Cr\$ 10,00 por dólar ou equivalente, no caso dos demais produtos (54 % aproximadamente de liberação cambial), foi possível eliminar o *gap* de preços que impedia a participação dos produtos brasileiros no mercado internacional, em condições competitivas. Em consequência, quase dobraram as exportações no último trimestre do ano relativamente à média observada no primeiro semestre.

Depende ainda de normalização o problema das importações. Em face da nova política cambial iniciada com a Instrução 70, cujo principal objetivo foi substituir o regime anterior do contingenciamento das importações, através do sistema da licença prévia, pelo da limitação através do preço, estão ainda excessivamente elevados os ágios que oneram os produtos originários do exterior. Espera-se, todavia, que a liquidação dos atrasados comerciais, que vem sendo apressada pelo governo, permita ao Banco do Brasil aumentar a oferta dos certificados de câmbio para licitação em Bolsa, contribuindo, assim, para a redução progressiva da taxa média efetiva de câmbio paga pelos importadores.

FATORES INTERNOS

Se em relação ao problema do intercâmbio comercial com o exterior, são evidentes os sinais de recuperação do equilíbrio, o mesmo não se pode afirmar quanto ao problema financeiro. A situação, já em si precária, do Tesouro Nacional, em face da necessidade de adquirir excedentes gravosos de inúmeros produtos, especialmente algodão, sisal e lã, agravou-se com a concessão do "abono de emergência" e outras vantagens ao funcionalismo federal, não incluídas na previsão orçamentária para 1953. O vulto de tal compromisso extraordinário, estimado em 4 bilhões de cruzeiros, foi responsável pela austeridade com que se executou o orçamento de 1953. Graças a isso pôde o déficit efetivo ser mantido em cerca de 1,5 bilhões, na órbita federal, de vez que a majoração dos impostos (consumo e selo), autorizada para fazer face àquele aumento das despesas com o pessoal, não correspondeu à expectativa. Esta situação se refletiu na extraordinária elevação do débito do Tesouro Nacional no Banco do Brasil, o qual passou de 2,2 bilhões em 31/12/52 para 10,0 bilhões em 31/12/53.

O problema financeiro não se restringiu porém à União. As duas maiores Unidades da Federação do ponto de vista orçamentário — Estado de São Paulo e Distrito Federal — apresentaram também deficits cujo montante se elevou respectivamente a 4,5 e 1,2 bilhões de cruzeiros. A sua cobertura exigiu o recurso ao crédito, especialmente do Banco do Brasil, que, por sua vez, recorreu à Carteira de Redescontos, elevando-se assim o saldo da moeda em circulação. Esta foi uma das causas principais do extraordinário aumento do saldo de títulos redescotados no ano de 1953. Relativamente à situação em 31 de dezembro de 1952, aquele saldo em 30 de novembro último se elevara de 5,3 bilhões de cruzeiros, dos quais 4,8 bilhões destinados ao desconto de títulos do próprio Banco do Brasil.

Outro motivo determinante do desequilíbrio financeiro de 1953 foi o problema dos atrasados comerciais que se acumulavam desde 1951. Tendo o Banco do Brasil feito uso dos depósitos efetuados pelos importadores na Carteira de Câmbio, desde 1951 (cerca de 6 bilhões de cruzeiros) para fazer face ao financiamento dos produtos de exportação, tornou-se indispensável emitir para a compra de câmbio, por ocasião do pagamento dos débitos não cobertos pelo empréstimo do Eximbank. Assim, os 135 milhões de dólares (cerca de 2,7 bilhões de cruzeiros), pagos pelo Banco do Brasil com recursos próprios, foram em sua quase totalidade obtidos através do aumento do meio circulante. O mesmo problema se repete no caso da Inglaterra e da Alemanha, cujas dívidas comerciais em atraso começaram a ser liquidadas nos últimos meses de 1953.

PERSPECTIVAS PARA 1954

São de modo geral favoráveis os prognósticos para 1954. Do ponto de vista do intercâmbio comercial com o exterior, os altos níveis alcançados pelas cotações do café e cacau nos mercados consumidores, caso se mantenham — o que é bem provável —, deverão contrabalançar a redução das safras esperadas para o ano em curso. É de esperar-se portanto tire o Brasil proveito da posição estatística excepcionalmente favorável daqueles dois produtos de exportação, a qual, aliada a uma taxa cambial mais realista para o comércio exportador, poderá determinar sensível melhoria nas disponibilidades líquidas, em termos de divisas.

Da mesma maneira, o novo sistema regulador das importações por meio das licitações em Bólsa tem, ao que parece, limitado nossa propensão a importar à capacidade de produzir divisas. Em consequência, não se deverá repetir o problema dos atrasados comerciais acumulados desde 1951 e cujos efeitos são hoje responsáveis em grande parte pelo desequilíbrio por que vem atravessando a economia brasileira.

Ainda em decorrência da nova política cambial, são favoráveis as perspectivas para 1954 no tocante ao problema financeiro. Conforme foi anunciado nos primeiros dias do corrente ano, os ágios recebidos pelo Banco do Brasil, através das licitações de certificados de venda de câmbio, ascenderam, nos três meses de execução do chamado "Plano Aranha", a 3,2 bilhões de cruzeiros, enquanto as bonificações pagas às exportações não ultrapassaram 2,3 bilhões, restando assim um saldo positivo de cerca de 900 milhões de cruzeiros. Se considerarmos que, no primeiro mês de execução do sistema, ocorreu um saldo negativo da ordem de 200 milhões, e que, dada a necessidade de liquidar os atrasados comerciais, é ainda relativamente diminuta a oferta de câmbio a licitação, poderemos estimar para 1954 um saldo médio mensal positivo da ordem de 800 milhões de cruzeiros, cuja influência sobre o equilíbrio financeiro será, ao que se espera, decisivo.

Quanto à atividade econômica interna, a atenuação da crise de energia elétrica, em face da ampliação da capacidade geradora prevista para o corrente ano, prenuncia igualmente perspectivas mais favoráveis para 1954.

Resta apenas considerar, como fatores desfavoráveis mais importantes, o problema da política de salários e o dos preços das matérias-primas e

equipamentos importados. Com a liquidação das dívidas comerciais em atraso, anunciada em fins de 1953, é de se prever uma redução da taxa média efetiva de câmbio paga pelos importadores, resultando assim baixa dos preços das importações, ainda excessivamente elevados, em face das expectativas gerais.

Finalmente, o cuidado demonstrado pelo governo na fixação dos novos níveis de salário mínimo, calculados inicialmente, ao que parece, em termos exagerados, revela o propósito das autoridades de evitarem o divórcio entre a política econômica e a financeira, de forma a tornar menos vulnerável o organismo econômico nacional.

EDIÇÃO INTERNACIONAL DE 1954

O êxito obtido com a Edição Internacional de **Conjuntura Econômica** em inglês (1953) estimulou-nos a repetir o empreendimento em 1954. Como a anterior, a Edição Internacional de 1954 será a versão do corrente número.

Justifica-se esta iniciativa pela importância que o Brasil conquistou no comércio internacional. É assim necessária a divulgação no exterior de dados específicos, precisos e atuais relativos à economia nacional.

Nenhum outro número, melhor que a Edição Especial de Janeiro, permitiria atingir aquele objetivo. Isto, por se tratar de um número em que se dá um balanço da situação econômica do Brasil no ano findo e se apresentam as perspectivas para o entrante, enquadrando-a na conjuntura mundial.

A Fundação Getúlio Vargas (tel.: 46-4010 - R. 15) ou seus Agentes nos Estados aceitam desde já reservas de exemplares avulsos de pessoas ou entidades que queiram enviá-los para o exterior, e que se disponham a cooperar para a divulgação no estrangeiro de um conhecimento mais objetivo de nossa realidade e progresso econômicos.

A Direção.



Agricultura

BALANÇO AGROPECUÁRIO

1. INTRODUÇÃO

O balanço da atividade agropecuária, em 1953, mostra que, no conjunto, esse grande setor de nossa economia permaneceu praticamente estacionário, isto é, apresentou-se com um aumento real inferior a 1%. Alguns aspectos negativos foram constatados. Para isso, além de causas de cunho exclusivamente agrícola, contribuíram, em grande parte, fatores de ordem geral, tais como a situação financeira do país e a ausência de preços competitivos para alguns dos principais produtos agrícolas, dependentes dos mercados mundiais. Entretanto, houve setores que acusaram progresso animador.

Sensíveis alterações foram registradas no comportamento das colheitas. As dificuldades de comercialização da safra de algodão de 1952 levaram os produtores a reduzir a área de plantio, em cerca de 17% e a se desinteressar pelos necessários tratos culturais, o que redundou em notável quebra no rendimento por hectare e acentuada diminuição da colheita. Dessa forma o algodão, que desfrutava o segundo lugar na formação da renda agrícola do país, cedeu sua posição ao milho, em 1953. O declínio do rendimento cultural do café (10 Kg/ha, em média) também contribuiu fortemente para que o cômputo geral das safras não indicasse melhores resultados. Outras lavouras como o milho e o arroz — as mais importantes, depois do café e algodão, no global da renda da agricultura — sofreram redução no rendimento por hectare. Por outro lado, o trigo apresentou cifras recordes em todos os aspectos da estatística agrícola.

As condições meteorológicas não foram favoráveis, como no ano anterior. No Nordeste, embora de maneira menos intensa, a seca continuou a prejudicar as colheitas. Na Região Brasil Central a irregularidade das chuvas no primeiro trimestre do ano afetou as safras o que explica a quebra de rendimento nas culturas de milho e arroz.

2. RENDA RURAL

Geograficamente, o país se divide em quatro grandes regiões de produção rural — a Amazônia, o Nordeste, o denominado Brasil Central e o Sul — com condições para a produção e o comércio de seus produtos. O ritmo de desenvolvimento da produção agropecuária varia consideravelmente em cada uma dessas regiões, não só quanto à diversificação de produtos, como

no tocante aos rendimentos obtidos, pois são diferentes as disponibilidades de recursos naturais, financeiros e de novas terras aráveis, além da densidade de população, que é muito irregular.

Em 1952, de acordo com as estimativas realizadas pela Equipe da Renda Nacional, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, o produto bruto das atividades rurais foi avaliado em 105 bilhões de cruzeiros. A Região Brasil Central contribuiu com aproximadamente 70 bilhões, ou seja, 66,3% do total.

I - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO E DA RENDA BRUTA RURAL DO BRASIL

REGIÃO AGRÍCOLA	POPULAÇÃO		RENDIA BRUTA RURAL
	Total	Rural	
Amazônia	3,6	3,8	1,7
Nordeste	34,6	39,9	18,0
Brasil Central.	50,8	44,4	66,3
Sul	11,0	11,9	14,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

A Região Sul participou com 14%, o Nordeste com 18% e a Região Amazônica com apenas 1,7%.

Estas cifras mostram quão desigual é a distribuição regional da renda bruta proveniente da produção rural, desde que esta seja examinada em face da distribuição da população, conforme mostra o QUADRO II. No que respeita aos setores de produção, a

lavoura dominou 68,6% do produto bruto das atividades rurais; a produção animal, 24,4%; e a produção extrativa vegetal, 7,0%.

O produto bruto da atividade rural cresceu de 12% de 1951 para 1952. Entretanto, em virtude da estabilização das colheitas e dos preços do produtor, o valor global da produção das 43 culturas agrícolas, em 1953 (69 038 milhões de cruzeiros), arroladas nos QUADROS III e IV, ficou praticamente estacionário, havendo mesmo declinado um pouco (— 50 milhões de cruzeiros), o que nos leva a crer haja essa taxa de aumento sofrido sensível recuo.

A renda nacional, em 1952, foi avaliada em 298,3 bilhões de cruzeiros (19,5% superior à de 1951). A produção rural participou com 90,1 bilhões (renda líquida) para sua formação, ou seja, 30,2%. Em vista das razões apontadas no parágrafo anterior, embora se prevendo acréscimo na produção de origem animal e correções para mais no valor das colheitas, é viável que a participação percentual das atividades rurais no cômputo total da renda nacional tenha diminuído. Assim o incremento anual que se vinha verificando na renda nacional acusou talvez ligeiro recuo, a não ser que o progresso das demais atividades haja sido compensador.

3. PRODUÇÃO PER CAPITA

Não obstante os aspectos adversos das colheitas de 1953 o alto índice de crescimento demográfico do país, aliado ao desenvolvimento industrial dos centros urbanos, vem contribuindo de maneira decisiva para aumentar e melhorar a produção agrícola, apesar das dificuldades de adoção mais generalizada (nas Regiões Brasil Central e Sul) de práticas racionais de cultivo do solo, dos problemas de preços e mercados para os produtos rurais, do ínfimo acesso às terras pelos pequenos lavradores, etc.

Constatou-se que a produção agrícola do Brasil, em 1953, em confronto com a de 1952, ficou praticamente estacionária, ao passo que a popula-

ção aumentou de 2,4%. Todavia, no último decênio, acompanhou e mesmo superou o ritmo de crescimento da população. Enquanto o progresso desta foi de 24%, o daquela atingiu cerca de 28%. Isso é o que mostra o índice do *quantum* da produção agrícola, elaborado por *Conjuntura Econômica* e pela primeira vez divulgado (v. QUADRO 1). Esse índice foi calculado pelo critério de Laspeyres, para 31 produtos da agricultura brasileira, com base no ano de 1948.

O confronto das cifras do *quantum* produzido em 1953 com as de 1952 indica que, no total, as colheitas tiveram apenas um aumento de 0,9%,

II - PRODUÇÃO AGRÍCOLA
"QUANTUM" PRODUZIDO, POPULAÇÃO TOTAL E "QUANTUM PER CAPITA"
Índice: 1948 = 100

PERÍODO	"QUANTUM" PRODUZIDO			POPULAÇÃO TOTAL	"QUANTUM PER CAPITA"		
	Para a alimenta- ção	Para a indústria	Total		Para a alimenta- ção	Para a indústria	Total
1944	81,0	157,3	92,6	91,0	88,9	167,6	101,2
1945	85,0	106,8	88,3	93,2	91,2	111,1	94,4
1946	94,7	107,5	96,6	95,4	99,0	109,1	100,7
1947	95,4	100,8	96,2	97,7	97,4	100,0	98,0
1948	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1949	104,6	116,1	106,4	102,4	102,0	113,0	103,9
1950	111,1	116,2	111,9	104,8	105,8	111,1	106,8
1951	110,5	108,2	110,2	107,3	102,7	100,9	102,6
1952	112,2	144,4	117,2	109,9	102,0	130,5	106,6
1953	110,3*	118,1*	118,3*	112,5	105,1*	104,6*	105,2*
53/1952	+ 5,4%	- 18,2%	+ 0,9%	+ 2,4%	+ 3,0%	- 19,8%	- 1,3%
1953/1944	+ 46,0%	- 24,9%	+ 27,8%	+ 23,6%	+ 18,2%	- 37,6%	+ 4,0%

(*) Dados provisórios.

embora as culturas destinadas à alimentação houvessem acusado 5,4% de acréscimo. Todavia, foi consideravelmente forte (18,2%) a quebra assinalada nos produtos para fins industriais.

O "*quantum per capita*", no global, declinou de 1,3% em relação a 1952. Este fato se deve exclusivamente à diminuição *per capita* de 19,8% nos produtos industriais, pois as safras para alimentação experimentaram uma melhoria *per capita* da ordem de 3%.

Não se conhecem ainda as estimativas globais da produção de origem animal, em 1953. Entretanto, dados parciais (janeiro a novembro), fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, referentes ao número de cabeças abatidas nos frigoríficos — bovinos, suínos, ovinos e caprinos —, acusam um aumento de cerca de 8%, relativamente aos abates de igual período de 1952.

A maior regularidade com que se processou o abastecimento dos mercados de produtos de origem animal, em 1953, indica ter evoluído satisfatoriamente a produção pecuária. Conforme estimativa feita para atualizar

III - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1952/1953

1) - QUANTIDADE, VALOR E PREÇO DO PRODUTOR

CULTURAS	P R O D U Ç Ã O						
	QUANTIDADE			V A L O R (Milhoes de Cr\$)		PREÇO DO PRODUTOR (Cr\$/mil unidades)	
	Em mil- hoes de:	1952	1953	1952	1953	1952	1953
PARA ALIMENTAÇÃO							
<u>Açúcar e estimulantes:</u>							
Café beneficiado ...	Kg	1 125	1 118	19 021	18 520	16 902	16 563
Cana de açúcar	"	36 041	36 982	4 392	4 506	122	122
Cacau	"	114	123	896	967	7 887	7 894
Chá da Índia benefi- ciado	"	730	735	13	13	18 291	18 273
<u>Cereais:</u>							
Milho	Kg	5 907	6 110	8 639	8 977	1 463	1 469
Arroz com casca	"	2 931	3 161	6 533	7 059	2 229	2 236
Trigo	"	690	822	1 848	2 203	2 680	2 680
Centeio	"	17	18	40	45	2 340	2 340
Cevada	"	23	27	46	54	1 999	1 999
Aveia	"	10	12	23	26	2 261	2 244
<u>Legumes e tubérculos:</u>							
Mandioca	Kg	12 809	13 297	4 568	4 732	357	356
Feijão	"	1 152	1 330	3 508	4 119	3 046	3 120
Batata inglesa	"	735	742	1 341	1 349	1 823	1 818
Batata doce	"	831	905	571	630	688	696
Fava	"	29	41	94	134	3 189	3 112
Soja	"	78	84	121	151	1 560	1 564
<u>Frutas:</u>							
Banana	Cachos	185	198	1 584	1 690	8 555	8 550
Laranja	Frutos	6 116	6 520	852	808	139	124
Uva	Kg	254	270	519	533	2 039	1 974
Coco da Bahia	Frutos	257	263	367	383	1 429	1 431
Abacaxi	"	95	108	192	220	2 016	2 047
Caju	"	64	73	12	14	195	194
Castanha estrangeira	Kg	14*	15*	0	0	8 800	10 030
Fig	Frutos	176	217	23	40	131	184
Limão	"	398	405	52	52	130	129
Maça	"	62	57	21	19	331	339
Manga	"	1 570	1 646	255	272	163	165
Marmelo	"	81	100	32	40	392	398
Nêres	Kg	281*	272*	2	2	6 936	6 941
Pera	Frutos	196	186	30	29	156	158
Pessego	"	285	340	51	50	143	146
Tangerina	"	963	1 074	108	120	112	112
<u>Hortalicas:</u>							
Cebola	Kg	135	136	364	368	2 688	2 700
Tomate	"	175	189	429	485	2 450	2 570
Alho	"	17	18	144	151	8 331	8 327
<u>Forragens:</u>							
Alfafa	Kg	208	213	222	227	1 065	1 065
T o t a l	-	-	-	56 902	58 958	-	-
PARA A INDÚSTRIA							
Algodão em pluma	Kg	515	388	9 234	7 211	17 915	18 579
Carapo de algodão	"	942	719	1 059	817	1 125	1 137
Amendoim com casca ...	"	145	139	345	331	2 381	2 384
Mamona	"	158	171	406	440	2 570	2 567
Tungue	"	6	7	10	11	1 547	1 567
Fumo em folha	"	106	120	785	862	7 388	7 200
Sisal	"	64	73	268	306	4 197	4 175
Juta	"	15	19	79	102	5 344	5 329
T o t a l	-	-	-	12 186	10 080	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-	69 088	69 038	-	-

(*) Em milhares de quilos.

Fonte: S.E.P. - Ministério da Agricultura.

IV - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1952/1953

2) - ÁREA CULTIVADA E RENDIMENTO POR HECTARE

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA		RENDIMENTO					
			Quantidade/ha			Cr\$/ha		
	Unidade	1952	1953	Unidades	1952	1953	1952	1953
PARA ALIMENTAÇÃO								
<u>Açúcar e estimulantes:</u>								
Café (1).....(1)	Mil ha	2 823	2 876	Kg (2)	399	389	6 738	6 439
Cana de açúcar.....(1)	"	920	945	"	39	39	4 775	4 768
Caçau.....(1)	"	284	284	Kg	399	451	3 149	3 406
Chá da Índia.....(1)	ha	5 391	5 391	(3)	135	156	24 775	24 914
<u>Cereais:</u>								
Milho.....	Mil ha	4 864	5 062	Kg (4)	1 214	1 207	1 776	1 744
Arroz.....	"	1 873	2 052	"	1 565	1 540	3 489	3 445
Trigo.....	"	810	894	"	853	919	2 283	2 464
Centeio.....	"	26	27	"	651	676	1 523	1 583
Cevada.....	"	23	26	"	987	1 018	1 972	2 036
Aveia.....	"	15	16	"	668	720	1 510	1 615
<u>Legumes e tubérculos:</u>								
Mandioca.....	Mil ha	1 015	1 078	T	13	12	4 499	4 389
Feijão.....	"	1 838	1 877	Kg	626	708	1 908	2 210
Batata inglesa.....	"	152	154	"	8 837	8 805	8 820	8 737
Batata doce.....	"	103	103	"	8 098	8 777	5 563	6 112
Sova.....	"	84	91	"	351	445	1 118	1 473
Fava.....	"	60	60	"	1 297	1 393	2 023	2 178
<u>Frutas:</u>								
Banana.....(1)	Mil ha	128	136	Cacho	1 442	1 457	12 332	12 457
Laranja.....(1)	"	76	77	Mil frutos	80	85	11 142	10 480
Uva.....(1)	"	41	42	Kg	6 167	6 375	12 577	12 582
Oco da Bahia.....(1)	"	56	57	Fruto	4 620	4 740	6 603	6 786
Abacaxi.....	"	14	15	"	6 679	7 023	13 465	14 378
Caqui.....(1)	ha	954	998	Mil frutos	67	73	13 051	14 193
Castanha estrangeira.....(1)	"	12	12	Kg	1 211	1 280	10 571	12 883
Figos.....(1)	"	1 450	1 617	Mil frutos	121	134	15 911	24 737
Limão.....(1)	"	4 185	4 360	"	95	93	12 346	12 021
Maça.....(1)	"	1 164	1 175	"	54	48	17 743	16 390
Manga.....(1)	Mil ha	29	31	"	54	53	8 827	8 700
Marmelo.....(1)	ha	3 144	3 496	"	26	29	10 083	11 348
Nêzes.....(1)	"	508	508	Kg	583	535	4 045	3 716
Pêra.....(1)	"	2 488	2 553	Mil frutos	79	73	12 234	11 549
Pêssego.....(1)	"	5 541	6 275	"	52	54	7 389	7 891
Tangerina.....(1)	"	9 696	10 502	"	99	102	11 115	11 423
<u>Hortalças:</u>								
Cebola.....	Mil ha	28	28	Kg	4 862	4 881	13 070	13 178
Tomate.....	"	17	17	T	10	11	25 341	27 963
Alho.....	ha	8 100	8 404	Kg	2 133	2 156	17 770	17 951
<u>Ferragem:</u>								
Alfafa.....	Mil ha	29	28	Kg	7 290	7 598	7 765	8 092
T o t a l.....	Mil ha	15 351	16 023	-	-	-	3 707	3 680
PARA A INDÚSTRIA								
Algodão.....	Mil ha	3 035	2 523	Kg (5)	496	452	3 390	3 182
Amendoim.....	"	141	128	(6)	1 028	1 085	2 447	2 587
Manioca.....	"	221	218	"	715	787	1 837	2 019
Tungue.....(1)	ha	6 940	6 565	"	933	1 095	1 443	1 715
Fumo.....	Mil ha	154	161	(7)	689	713	5 087	5 308
Sisal.....(1)	"	67	72	"	950	1 014	3 086	3 233
Juta.....	"	13	17	"	1 133	1 096	6 055	5 842
T o t a l.....	Mil ha	3 639	3 127	-	-	-	3 349	3 224
TOTAL GERAL.....	Mil ha	18 990	19 150	-	-	-	3 638	3 605

(1) Considerada apenas a área com pés em produção. (2) Café beneficiado. (3) Chá da Índia beneficiado. (4) Arroz com casca. (5) Algodão em caroço. (6) Amendoim com casca. (7) Fumo em folhas. Fonte: S.E.P. - Ministério da Agricultura.

a série de números-índices da produção animal (construída pelo Instituto Brasileiro de Estatística, segundo o critério de Laspeyres, para as carnes de bovino, suíno, ovino e caprino), acredita-se que a produção, em 1953, ultrapassou sensivelmente a de 1952,

V - AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA
ÁREA CULTIVADA EM 1953
EM RELAÇÃO À DE 1952

CULTURAS	HECTARES + OU - EM 1952	%
Milho	+ 197 464	+ 4,1
Arrroz	+ 178 958	+ 9,6
Trigo ..	+ 84 279	+ 10,4
Mandioca	+ 62 948	+ 6,2
Café ..	+ 53 269	+ 1,9
Felão	+ 38 924	+ 2,1
Cana de açúcar	+ 25 310	+ 2,8
Banana	+ 7 248	+ 5,6
Outras culturas com aumento (28)	+ 41 843	+ 4,5
TOTAL DAS CULTURAS COM AUMENTO (36) ..	+ 690 243	+ 4,6
Algodão	- 512 414	- 16,9
Amendoim	- 12 996	- 9,2
Outras culturas com diminuição (5) ..	- 4 653	- 0,8
TOTAL DAS CULTURAS C/DIMINUIÇÃO (7) ..	- 530 063	- 16,3
TOTAL GERAL (43)...	+ 160 180	+ 0,8

a diferença de crescimento entre a produção rural e a industrial. Esta tem evoluído em ritmo muito mais acelerado que aquela. Os índices de *Conjuntura Econômica*, com base em 1948, indicam que, enquanto a produção industrial, em 1953, havia atingido um nível de evolução da ordem de 31,8% (nove primeiros meses), a produção agrícola aumentou apenas de 18,3%.

Dito isto, passamos à análise do desenvolvimento das culturas agrícolas em 1953, relativamente a 1952. Ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, as últimas estatísticas das colheitas, levantadas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, abrangem 43 produtos (antes 29). A ampliação feita, contemplando também as safras de 1952, permite uma análise comparativa dos dados. Os resultados obtidos com as 43 culturas foram arrolados nos QUADROS III e IV.

a) ÁREA CULTIVADA

A área cultivada total, com as 43 culturas, em 1953, atingiu a cifra de 19 150 mil hectares — superior, portanto, em 160 mil hectares à de 1952, o que representa um incremento de apenas 0,8%. Somente 7 culturas — alfafa, algodão, amendoim, cacau, mamona, tungue e soja — apresentaram diminuição da área, merecendo destaque a plantada com algodão, que se reduziu de 512 mil hectares, ou seja, menos 16,9%.

4. ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM 1953

Embora a renda nacional do país continue dependendo, em alto grau, das atividades rurais, persiste

Em confronto com 1952, 36 culturas gozaram de aumento de área. Destacaram-se, entre estas, gêneros alimentícios de primeira necessidade — milho, arroz, trigo, mandioca, feijão, cana de açúcar e banana — que acusaram uma expansão da ordem de 5,2%, no conjunto, representando mais de 595 mil hectares (v. QUADRO V).

Apesar da superfície total cultivada ter evoluído muito pouco em 1953, tudo leva a crer que, não fôsse a redução propositada no plantio de algodão, teríamos então obtido um aumento da área plantada, superior talvez a 700 mil hectares.

VI - PRINCIPAIS CULTURAS QUE TIVERAM
MAIORES OU MENORES RENDIMENTOS EM 1952,
EM RELAÇÃO A 1951

b) RENDIMENTO

No cômputo geral, o rendimento apresentou sensíveis melhoras. Doze produtos agrícolas — algodão, arroz, batata, café, mandioca, milho, juta, limão, maçã, manga, nozes e pêra — entre os 43 que estão sendo analisados, produziram menos que em 1952, por unidade de área. Os demais 31 tiveram melhor rendimento, alguns com acréscimos substanciais, conforme se verifica no QUADRO VI. É animadora a tendência que se vem observando nos últimos anos quanto ao rendimento de certas culturas, destinadas à alimentação, notadamente o trigo, feijão, fava e batata.

Embora a queda de produtividade do solo em relação ao arroz seja pequena, comparativamente ao algodão, mandioca e juta, tal circunstância mereceu atenção especial, por se tratar de uma cultura que, juntamente com o trigo, apresenta alto grau de tratamento racional. Por outro lado, a diminuição do rendimento na rizicultura, verificada em três anos consecutivos, pode parecer mais um problema de deficiências estruturais, do que meros acontecimentos ocasionais. Na safra de 1952, justificou-se, principalmente, o declínio do rendimento da cultura do arroz pela ausência de preços compensadores por ocasião da semeadura. Em 1953, o fato encontrou justificativa nas desfavoráveis condições de clima. Todavia, impõe-se um estudo mais detido sobre o assunto, a fim de se apurarem as verdadeiras causas do fenômeno apontado.

c) "QUANTUM" E VALOR DA PRODUÇÃO

Embora a quantidade produzida, em 1953, apresentasse alguma melhoria (+ 0,9%), o valor das colheitas, em moeda corrente, foi praticamente igual ao de 1952: 69 038 milhões de cruzeiros, contra 69 088 milhões (— 50 milhões).

CULTURAS	QUILOS P/HECTARE OU EM 1952	%
Fava	+ 94	26,8
Tungue	+ 162	17,4
Feijão	+ 82	13,1
Mamona	+ 72	10,1
Batata doce	+ 679	8,4
Cacau	+ 32	8,0
Trigo	+ 67	7,9
Puro	+ 44	7,8
Aveia	+ 52	7,8
Soja	+ 96	7,4
Sisal	+ 64	6,7
Amendoim	+ 57	5,5
Tomate	+ 535	5,2
Algodão	- 44	8,9
Juta	- 37	3,3
Café	- 10	2,5
Mandioca	- 284	2,3
Arroz	- 25	1,6

Esse fato liga-se estreitamente aos preços recebidos pelos lavradores. Segundo as estimativas do Serviço de Estatística da Produção, os preços na fonte de produção, vistos de maneira global, não assinalaram evolução alguma em 1953. Comentam-se, agora, as oscilações mais sensíveis apontadas por aquele Serviço. Os preços recebidos pelos produtores de café foram, em 1953, inferiores aos de 1952 em Cr\$ 334,00 por tonelada, determinando assim uma quebra no valor da produção da ordem de 373 milhões de cruzeiros. Contudo, o aumento dos preços do algodão — pluma mais 664 Cr\$/t e caroço mais 12 Cr\$/t — proporcionou ao valor total das colheitas um acréscimo de cerca de 255 milhões de cruzeiros.

VII - PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES PAULISTAS

PERÍODO	CAFÉ BENEFICIADO Cr\$/60kg	ALGODÃO EM CAROÇO Cr\$/15kg	ARROZ BENEFICIADO Cr\$/60kg	FEIJÃO Cr\$/60kg	MILHO Cr\$/60kg	BATATA Cr\$/60kg	AMENDOIM EM CASCA Cr\$/25kg	MAMONA Cr\$/kg
1951 (Mar.)	1 085,40	134,80	172,70	162,00	66,60	160,90	50,80	3,91
(Set.)	1 026,40	90,20	186,50	135,30	73,40	122,20	56,20	3,30
1952 (Mar.)	1 076,50	-	274,30	209,30	108,50	107,00	60,20	3,86
(Set.)	1 056,60	86,10	381,80	230,80	109,30	177,50	76,20	2,88
1953 (Mar.)	1 176,40	81,40	552,00	588,70	145,50	215,90	83,10	3,02
(Set.)	1 272,10	77,20	688,80	207,70	134,20	260,00	122,50	2,48

Fonte: Divisão de Economia Rural - Secretaria da Agricultura - São Paulo.

Resumindo, constata-se que, aos preços de 1952, as quantidades produzidas, em 1953, deveriam ter alcançado o valor de 69 138 milhões de cruzeiros. Todavia, as apurações estatísticas acusam diminuição de 50 milhões de cruzeiros. Conclui-se daí que somente a diferença para menos dos preços recebidos pelo produtor determinou um declínio no valor da produção de cerca de 150 milhões de cruzeiros.

Entretanto, se tomarmos como amostra representativa os preços médios do produtor paulista das principais safras agrícolas (v. QUADRO VII), poderemos crer numa subestimativa do valor da produção, levada a efeito pelo Serviço de Estatística da Produção. Note-se que, em vez de redução no preço do café e alta no de algodão, os levantamentos de preços do produtor, feitos pelo Serviço de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo, apresentam os termos do binômio de maneira inversa.

Dessa forma, espera-se que, quando publicadas em definitivo as estatísticas das safras de 1953, o valor da produção seja corrigido para mais, melhorando as previsões quanto à sua participação na formação da renda nacional.

No tocante às quantidades produzidas de per si pelas 43 culturas, verificou-se o seguinte: apenas 6 delas — algodão (— 24,1%), café (— 0,7%), amendoim (— 4,2%), maçã (— 9%), nozes (— 7,5%) e pêra (— 4,7%) — foram inferiores às de 1952. Os demais 37 produtos agrícolas acusaram em 1953 maior produção, destacando-se: fava (+ 37,8%), trigo (+ 19,2%), feijão (+ 15,5%), fumo (+ 12,6%), cacau (+ 7,9%) e arroz (+ 7,8%).

O aumento na quantidade produzida de arroz, milho, mandioca, batata, juta, limão e manga deve-se exclusivamente à expansão da área de plantio, uma vez que, como vinhos, o rendimento foi menor. Fenômeno inverso sucedeu com o cacau, cujo aumento de produção foi unicamente devido ao maior rendimento, registrando-se mesmo ligeira redução na superfície plantada. Os demais produtos foram favorecidos, embora em pequena escala, pelo incremento da área cultivada e do rendimento (ver QUADROS III e IV).

5. CAUSAS QUE INFLUENCIARAM A PRODUÇÃO

A produção agropecuária do país está claramente dirigida para duas órbitas de mercados — o externo e o interno. Essa divisão das safras, segundo a predominância de mercados, revela tendência diversa. Os produtos onde predominam os interesses do mercado externo — café, algodão, cacau, mamona, sisal, fumo, tungue e outros do extrativismo vegetal, que representam perto de 50% do valor das colheitas — acusam tendência à estabilidade. Os demais, destinados ao consumo interno, vêm evoluindo de maneira a satisfazer o rápido crescimento da população.

O índice da produção agrícola (ver QUADRO II) mostra de modo evidente essa tendência. Os produtos para fins alimentares, apesar de incluírem o café e o cacau, que pesam consideravelmente no grupo (perto de 25%), têm evoluído muito mais depressa que os destinados à indústria.

Vista por êsse ângulo a produção rural, passemos ao exame das causas que vêm influenciando o seu desenvolvimento, notadamente na última safra. São elas: situação geral da economia do país, condições climáticas, política de preços mínimos, mercado interno e externo, crédito, mecanização e uso de adubos.

a) INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Na ocasião em que se tratava da semeadura para as colheitas de 1953, isto é, a partir do terceiro trimestre de 1952, a economia brasileira ingressava em uma conjuntura das mais difíceis.

A situação cambial começava a impor restrições seriíssimas ao nosso desenvolvimento econômico. Enquanto cresciam as necessidades de importar, inclusive de bens destinados à lavoura, a capacidade de importar diminuía verticalmente. Os preços internos elevavam-se de maneira vertiginosa. Mas, os produtores não tiveram oportunidade de beneficiar-se da alta, porquanto, na ocasião, já estavam, praticamente, com a totalidade das colheitas vendida aos preços anteriores.

Por outro lado, os países tradicionalmente conhecidos como compradores dos produtos brasileiros afastavam-se de nosso mercado. Isso se dava, em vista da competição de outras áreas produtoras, resultante da disparidade dos preços no mercado mundial para grande número de nossos produtos rurais.

A safra de algodão, encerrada em setembro de 1952, não encontrava escoamento e os produtores não tinham perspectivas animadoras para a safra em preparação. Os preços do café, estabilizados desde o segundo trimestre de 1951, já não proporcionavam, quando das plantações das safras de 1953, a mesma disponibilidade de investimentos agrícolas.

A economia brasileira, que nesse momento se deparava com sérios problemas cambiais, não podia proporcionar maior estímulo aos produtores, razão por que a evolução das safras de 1953 não se processou no mesmo ritmo das anteriores.

b) CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

Além dos aspectos desfavoráveis da situação econômica geral do país, as condições meteorológicas também foram adversas. Na Região Brasil Central, que detém 2/3 de nossa produção rural, a irregularidade de clima, tanto por ocasião do plantio, como no momento da colheita, não propiciou às safras atingirem às estimativas iniciais.

As estimativas feitas em dezembro de 1952, confrontadas com as de junho de 1953, para os principais produtos da lavoura paulista, oferecem uma visão mais realista do problema. É o que mostram as cifras arroladas abaixo:

	ESTIMATIVA DE XII/1952	ESTIMATIVA DE VI/1953
Algodão — milhões de arrobas	44,7	40,2
Arroz — milhões de sacos	11,8	9,0
Milho — " " "	19,0	16,5
Batata — " " "	3,1	2,0
Café — " " "	8,0	8,0

No Nordeste, onde se encontram cerca de 18% da produção rural brasileira, a persistência da seca, embora de modo mais atenuado, não deixou que a agricultura nessa Região alcançasse melhor resultado em 1953. Relativamente às colheitas de 1952, as safras de algodão, milho, fumo, feijão, cana de açúcar, arroz, mandioca, mamona, fava e batata doce apresentaram sensível aumento das quantidades produzidas. Isso mostra que os rigores da seca não tiveram a mesma intensidade que nos dois anos anteriores.

c) PREÇOS MÍNIMOS

A política de garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas é uma praxe que ainda não adquiriu tradição no Brasil. Entretanto, já vem emprestando diretrizes à produção, e os agricultores já demonstram enorme interesse pelo assunto, notadamente os cotonicultores. Entre estes, os preços mínimos presidem, hoje em dia, quase toda a sua política de produção. Se a este fator aliarmos os créditos fornecidos pelo Banco do Brasil, pode-se dizer, sem exagero, que o algodão é no momento uma cultura dirigida. Daí,

ser fácil aquilatar a imensa soma de responsabilidade que vem recaindo sobre essa modalidade de política agrícola. Com o conceito atual que os cotonicultores têm do preço mínimo, a elaboração da medida implica em campanha preparatória, realizada com antecedência, a fim de poder atingir a grande maioria dos lavradores.

Os produtores de gêneros alimentícios — exceto os triticultores — ainda não dão a mesma importância que os cotonicultores à política de preços mínimos. Isso, talvez por não ter havido até o presente necessidade de o Governo intervir em defesa dos preços com a mesma intensidade dispensada ao algodão. Os preços recebidos pelos produtores de gêneros alimentícios têm-se situado muito acima do nível dos preços mínimos (ver QUADRO VII), graças às ótimas condições do mercado interno. Apesar disso, acredita-se que os gêneros alimentícios ainda venham necessitar — muito mais que o algodão — do apoio dos preços mínimos, pois seria uma maneira de evitar as alternativas de safras volumosas e reduzidas, implantando-se um regime de safras relativamente abundantes e mais uniformes.

Alguns gêneros alimentícios — trigo, arroz, milho, feijão, amendoim e café — foram contemplados com preços mínimos na safra 1952/1953. Para os lavradores paulistas, a garantia de preços para o arroz em casca — pôsto Santos — foi de Cr\$ 154,00, enquanto os produtores em maio de 1953 recebiam pela venda de seu produto Cr\$ 324,20. Ao milho foi garantido o preço de Cr\$ 90,00 e naquele mesmo mês (maio) os agricultores estavam recebendo pelo produto Cr\$ 129,30. O feijão também apresentou uma diferença de 100% entre o preço recebido pelo produtor (Cr\$ 260,70, em julho de 1953) e o preço mínimo garantido, isto é, Cr\$ 138,00. Convém salientar que os citados preços dos produtores vigoraram no momento em que a oferta dos produtos era mais volumosa e, conseqüentemente, mais baixos os preços. Para melhor esclarecimento lembramos que no mês de agosto o lavrador de arroz obteve Cr\$ 456,50, por 60 kg do produto com casca.

Com relação ao trigo, o preço mínimo de Cr\$ 230,00 por hectolitro (tipo comum) para a safra de 1953/54 constitui de fato uma garantia de preço, pois o mercado interno do produto é dirigido pelas cotações internacionais, em vista da produção nacional corresponder apenas a cerca de 30% das necessidades do consumo. Também o preço mínimo de café, como o do algodão, funciona de maneira mais rígida, porquanto significa uma garantia contra as oscilações do mercado internacional.

d) MERCADOS E PREÇOS

Em 1953, o mercado interno dos produtos agrícolas processou-se de maneira mais regular em relação a 1952. Os preços evoluíram consideravelmente. A relação das cotações dos principais produtos rurais para a alimentação — novembro de 1953 sobre novembro de 1952 — obtidas na Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul, principal mercado abastecedor do Distrito Federal, põe em evidência as seguintes percentagens de aumento: arroz, + 52%; batata, + 65%; banha, + 13%; farinha de man-

dioca, + 5%; cebola, + 50%; milho, + 3%. Tal fato se refletiu na elevação de 20% ocorrida no item alimentação do índice de custo da vida.

Durante os primeiros sete meses de 1953, os produtos rurais de exportação prosseguiram enfrentando as graves dificuldades de mercados,

VIII - PREÇOS DOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO
NO MERCADO MUNDIAL - 1953
(Em cents/lb.)

MESES	CAFÉ EXTRA- MOLE	CACAU	ALGODÃO
Janeiro ...	53,89	32,00	33,24
Março ...	58,24	32,50	34,09
Junho	56,02	32,75	34,10
Setembro..	61,32	34,00	33,69
Dezembro..	61,96	49,95	33,50

registradas desde 1952. Até mesmo o café e o cacau passaram por um período difícil. Todavia, a partir de agosto, as nossas vendas aos mercados externos entraram em fase de normalização. Pode-se mesmo assegurar que o segundo semestre foi um período de recuperação, devendo-se a êle toda a melhoria verificada em nossas exportações. Alguns produtos começaram a competir melhor no mercado

mundial e, no fim do ano, o café e o cacau experimentaram altas excepcionais de preços (ver QUADRO VIII).

A aludida reação do comércio de exportação dos produtos rurais deveu-se, em grande parte, às modificações introduzidas na política cambial, que influenciaram decisivamente o comércio externo. A primeira regulamentação da Lei do Câmbio Livre não surtiu os efeitos esperados. Sòmente depois de expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito a Resolução n.º 66, de 8 de agosto, é que começaram a se processar sensíveis modificações, culminando com as determinações da Instrução n.º 70 da SUMOC, de 10 de outubro.

O cacau temporão teve colheita volumosa, dando origem a que as remessas para o exterior aumentassem, a partir de junho. Nos três últimos meses do ano, foram presenciadas extraordinárias ocorrências no mercado de cacau. Salvo os acontecimentos de 1946/47, quando os países compradores saídos da guerra procuravam recompor os seus estoques, jamais se observou período de tanta prosperidade para os ofertantes do produto, como o dos últimos meses. Os preços elevaram-se a ponto de proporcionar um aumento de Cr\$ 130,00 por arroba. Essa euforia do mercado caqueiro deve-se quase exclusivamente à vantajosa posição estatística mundial do produto, uma vez que sòmente a produção africana — 65% da mundial — se apresenta com uma redução da ordem de 14%.

A posição estatística do café é também excepcionalmente boa. Até o início da próxima colheita o país dispõe de perto de 5,5 milhões de sacos exportáveis, o que poderá proporcionar embarques mensais de apenas 900 mil sacos. Ora, nos últimos meses as exportações mensais situaram-se em torno da média de 1,5 milhões de sacos, o que evidencia a escassez do produto e explica a alta excepcional nas cotações mundiais da rubiácea.

Entretanto, afastada a euforia verificada no fim do primeiro trimestre do ano, conseqüência da eliminação do preço-teto norte-americano, o mercado cafeeiro, até fins de agosto, funcionou com certa intranquilidade, devido, principalmente, desejarem os produtores melhor tratamento cambial

para o produto, a fim de que o café desfrutasse de preços internos mais vantajosos.

A próxima safra, em virtude das geadas caídas no mês de julho em São Paulo e Paraná, deverá ser sensivelmente reduzida. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro do Café, a safra exportável de 1953-54 oscilará em torno de 14 500 mil sacos, contra 16 100 mil na de 1952-53. Em vista disso, acredita-se que a atual posição favorável do café permaneça por mais algum tempo.

Até o início do segundo semestre estava o país praticamente ausente dos mercados mundiais de algodão. Daí por diante, o mercado algodoeiro toma novos rumos, graças às providências do Governo no sentido de colocar o produto estocado a preços de concorrência internacional. Dessa forma, os grandes estoques governamentais de algodão, oriundos das safras 1951/52 e 1952/53, deveriam girar em torno de 150 mil toneladas nos últimos dias de 1953. Isso leva à previsão de que no início da colheita 1953/54 não mais haverá o problema dos estoques acumulados, perturbando o ritmo normal do mercado. As exportações paulistas, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1953, montaram a 148,2 mil toneladas, contra apenas 26,9 mil em igual período de 1952.

e) CRÉDITO AGROPECUÁRIO

Analisados os principais aspectos do mercado dos produtos rurais em 1953, como fatores do desenvolvimento da produção, passemos, agora, a

IX - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS À LAVOURA E À PECUÁRIA (Em milhares de cruzeiros)

DISCRIMINAÇÃO	BANCO DO BRASIL		OUTROS BANCOS		TOTAL	
	Saldo em:		Saldo em:		Saldo em:	
	31-10-1952	31-10-1953	31-10-1952	31-10-1953	31-10-1952	31-10-1953
EMPRÉSTIMOS EM C/C:						
Lavoura	3 451 027	4 936 751	486 940	727 939	3 937 967	5 664 690
Pecuária	3 858 745	4 418 180	251 615	250 719	4 110 360	4 668 899
Total	7 309 772	9 354 931	738 555	978 658	8 048 327	10 333 589
TÍTULOS DESCONTADOS:						
Lavoura	-	-	3 800 180	4 187 873	3 800 180	4 187 873
Pecuária	-	-	1 324 154	1 587 762	1 324 154	1 587 762
Total	-	-	5 124 334	5 775 635	5 124 334	5 775 635
TOTAL GERAL	7 309 772	9 354 931	5 862 889	6 754 293	13 172 661	16 109 224

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira - Ministério da Fazenda.

examinar o papel desempenhado pelo crédito agropecuário. Este evoluiu consideravelmente em 1953. Cerca de 3 bilhões de cruzeiros mais que em 1952 foram emprestados às atividades campesinas. Isso é o que mostrou os saldos, em 30 de outubro, constantes do QUADRO IX e referentes à totalidade dos bancos.

À Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil cabe quase exclusivamente a responsabilidade do verdadeiro financiamento à produção. Os demais bancos operam apenas com a modalidade de "títulos descontados" — operação de caráter nitidamente comercial, quase sempre feita entre os intermediários, isto é, durante as primeiras fases de comercialização dos produtos.

O QUADRO IX foi construído com a finalidade de mostrar como os empréstimos rurais se distribuem, segundo as entidades de crédito e as modalidades de operação. Verifica-se que os empréstimos dos outros bancos, apesar de principalmente comerciais, representaram apenas 42% do total concedido à lavoura e à pecuária.

Até o mês de setembro de 1953, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil havia concedido à lavoura 30 508 financia-

A FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO BANCO DO BRASIL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA, DE JANEIRO A SETEMBRO						FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS À PECUÁRIA, DE JANEIRO A SETEMBRO					
	1 9 5 1		1 9 5 2		1 9 5 3		1 9 5 1		1 9 5 2		1 9 5 3	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Pernambuco.	466	523	846	667	1 059	466	7	7	18	4	15	2
Alagoas ...	87	91	258	154	682	110	17	4	33	4	31	2
Bahia	599	66	1 940	150	3 403	209	331	70	436	96	564	108
Minas Gerais	1 021	135	2 002	182	3 355	272	863	193	1 436	282	1 273	270
Rio de Jan.	288	82	371	97	672	78	304	25	365	19	483	49
São Paulo...	2 819	783	3 642	1 011	4 540	1 057	1 085	493	1 366	608	1 475	559
Paraná	401	88	636	178	830	160	31	11	55	13	64	15
R.G. do Sul	2 002	208	3 241	357	5 050	575	760	187	1 011	291	1 012	170
Mato Grosso	41	4	112	11	358	21	164	70	259	103	350	88
TOTAL	7 724	1 935	12 948	2 807	19 949	2 948	3 562	1 060	4 979	1 420	5 272	1 263
Outras Unid.	3 113	165	7 914	418	10 559	542	294	67	678	128	978	132
TOTAL GERAL	10 837	2 099	20 862	3 225	30 508	3 490	3 856	1 127	5 657	1 548	6 250	1 395

Fonte: CREA - Banco do Brasil.

mentos (20 862, de janeiro a setembro de 1952), no valor de 3 490 milhões de cruzeiros (3 225 milhões, em igual período de 1952). O valor médio dos financiamentos foi de 114,4 mil cruzeiros, contra 154,6 mil, no ano precedente. Isso significa que continuariam a persistir os propósitos de mais ampla distribuição dos créditos, tanto no que respeita às classes de produtores como às diversas culturas. No mesmo período, os financiamentos concedidos à pecuária alcançaram as cifras de 5 657 e 3 856, valendo 1 395 e 1 548 milhões de cruzeiros, respectivamente, em 1953 e 1952. O QUADRO X, além do que acabamos de dizer, mostra a distribuição dos financiamentos pelas Unidades da Federação, figurando em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

No tocante à distribuição dos financiamentos entre os diversos produtos agrícolas, observa-se que, apesar de prevalecerem em primeiro plano a cana de açúcar, o café, o arroz e o algodão, com 66% do total dos empréstimos agrícolas, essa participação diminuiu relativamente a 1952, quando atingiu 71%. Por outro lado, nota-se que o valor médio dos empréstimos, mesmo entre as grandes culturas, foi menor, sendo assim contemplado maior número de lavradores. O único setor que, em comparação com 1952, apresentou diminuição foi o das máquinas agrícolas. Em 1953, começou a funcionar a modalidade de crédito fundiário, realizando-se 16 operações dessa natureza, num valor de 11 milhões de cruzeiros.

XI - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
DO BANCO DO BRASIL ÀS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRO-PECUÁRIAS
(Em milhares de cruzeiros)

A T I V I D A D E S	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS DE JANEIRO A SETEMBRO					
	1 9 5 1		1 9 5 2		1 9 5 3	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Algodão	2 579	184 455	5 845	308 402	7 096	292 350
Arroz	937	151 079	1 722	252 513	3 765	500 940
Cacau	320	91 238	491	37 952	634	60 792
Café	1 764	482 893	2 576	605 642	3 511	618 935
Cana de açúcar	585	925 072	849	1 141 197	1 010	895 055
Mandioca	240	6 995	1 431	45 040	2 423	95 979
Milho	477	18 217	1 435	54 112	3 030	179 110
Trigo	1 009	46 468	1 387	107 338	2 210	158 426
Máquinas agrícolas ..	1 707	184 952	2 230	235 084	1 860	271 768
Diversos melhoramentos	139	57 848	591	205 375	1 055	224 949
Pecuárias ..	3 862	1 054 308	5 657	1 547 798	6 250	1 395 000
Fundiárias	-	-	-	-	16	19 911
Cooperativas	110	343 282

Fonte: CRBAI - Banco do Brasil.

A política de crédito às atividades agropecuárias, apesar de ainda se situar aquém das reais necessidades da produção, apresentou sensíveis progressos, o que, talvez, haja contribuído para atenuar as influências negativas resultantes das dificuldades dos mercados verificadas até o mês de agosto.

f) MECANIZAÇÃO E TRATOS CULTURAIS

Não obstante os esforços envidados pelo Ministério da Agricultura as dificuldades cambiais não propiciaram à mecanização da lavoura a manutenção do ritmo de crescimento dos últimos anos. As despesas com importação de tratores, efetuadas de janeiro a setembro de 1953, montaram a 312 milhões de cruzeiros, contra 527 milhões, em igual período de 1952. Também no mesmo período, a importação de arados e grades de disco somam 15 milhões de cruzeiros, contra 92 milhões, em 1952.

Entretanto, sanadas as influências negativas da situação cambial, a mecanização da lavoura terá provávelmente desenvolvimento mais acelerado. Quanto às medidas governamentais, além de ter sido instalada a Comissão Permanente da Revenda do Material agrícola, está em pleno funcionamento o Fundo Especial de Mecanização da Lavoura, a fim de vender ao agricultor a maquinaria agrícola pelo prazo de 3 anos e pelo preço de custo. Sem considerar cerca de 3 mil unidades de pequena maquinaria de tração animal e conjuntos de motores-bombas para irrigação, a serem vendidos este ano aos agricultores nordestinos, divulga-se que o Ministério da Agricultura irá distribuir 6 900 tratores aos lavradores, adquiridos através de compra direta nas próprias fábricas. A expansão dessas cifras é aquilatada pela maior importação de maquinaria agrícola feita por tôdas as fontes oficiais e particulares em 1951, quando alcançou 12 mil tratores.

Apesar da constante perda de fertilidade do solo, ainda é muito baixa a aplicação de adubos em nossas terras cultivadas. Aproximadamente, 75% de nossos agricultores desconhecem essa prática de correção do esgotamento das terras. Em 1953, ao contrário do que aconteceu com as máquinas agrícolas, as importações de adubos evoluíram como era de se esperar. Isto deverá ter concorrido, em parte, para melhorar o rendimento de algumas culturas e atenuar a quebra verificada em outras.

Vejam, agora, o comportamento das importações de alguns principais fertilizantes, no período de janeiro a setembro de 1953 e 1952: superfosfatos de cálcio, importamos 60 mil toneladas contra 61 mil; fosfatos naturais, 41 mil toneladas, contra 43 mil; salitre do Chile, 51 mil toneladas, contra 31 mil; cloreto de potássio, 41 mil toneladas, contra 18 mil; outros adubos, 75 mil toneladas, contra 18 mil.

Convém salientar que a importação de inseticidas para as lavouras declinou consideravelmente. No período de janeiro a setembro de 1953, as nossas compras desses produtos no exterior atingiram apenas 1 048 toneladas, contra 7 828, em igual período de 1952.

g) PRODUTIVIDADE

Apesar de ser ainda relativamente escassa a utilização de equipamento mecânico e de fertilizantes, bem como insuficiente o mecanismo do crédito especializado, a produtividade rural vinha evoluindo, embora em ritmo lento.

Todavia, em 1953, parece que esse ritmo foi interrompido, a não ser que as estimativas da quantidade produzida venham a melhorar no futuro. Como vimos, o acréscimo da produção foi apenas de 0,9% para um aumento demográfico total da ordem de 2,4%. Entretanto, a população rural do país cresce somente 1,7% ao ano; e dessa população, a parte em atividade na agricultura, pecuária e silvicultura aumenta anualmente menos de 0,5%.

Partindo-se da taxa de crescimento da população rural ativa e do montante do produto nacional bruto, calculado pela Equipe da Renda Nacional, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, che-

ga-se à conclusão de que a renda bruta do trabalhador rural, em 1950, foi de Cr\$ 7 757,00 tendo passado a Cr\$ 10 520,00, em 1952, e a Cr\$ 10 575,00, em 1953 (neste estimou-se o produto rural bruto em 106 bilhões de cruzeiros, e a população ativa em 10 024 mil pessoas). Eliminando-se a influência dos preços, através do índice de preços recebidos pelos lavradores, obtêm-se as seguintes cifras para a renda bruta real por trabalhador: 1950, Cr\$ 7 757,00; 1952, Cr\$ 8 463,00, e 1953, Cr\$ 8 528,00.

6. PERSPECTIVAS

Pelo exposto, à base dos dados disponíveis, os resultados obtidos pela produção rural brasileira, em 1953, ficaram aquém das previsões feitas no início do ano. Contudo, as perspectivas para as próximas safras são bem animadoras, salvo quanto ao café e ao algodão. Na Região do Brasil Central as condições climáticas têm sido muito favoráveis, esperando-se, no setor dos cereais, colheitas recordes, tanto no Estado de São Paulo como no Paraná. Os preços vigorerantes, em 1953, também foram motivo de estímulo.

No Nordeste, conquanto se diga que 1954 seja um ano bom com relação às chuvas, até o presente os prognósticos das safras naquela Região não se apresentam tão otimistas. No entanto, espera-se uma regular colheita de cana e de algodão. Mas parece que a escassez de chuvas, ainda existente nas zonas produtoras de gêneros alimentícios, irá prejudicar, caso persista, as safras do milho, mandioca, arroz, etc.

Finalmente, as medidas adotadas pelo governo, beneficiando o comércio exportador de produtos rurais, têm estimulado as safras em curso. Sabe-se que a redução da área plantada com algodão não foi tão grande como se previa. Por outro lado, algumas providências estão sendo tomadas pelo governo a fim de facilitar o escoamento da safra de cereais das áreas de grande produção. São estas, pois, as perspectivas para 1954, que, no conjunto, parecem compensar o pequeno êxito de 1953.

AGORA



Super Constellation

L 1049-C



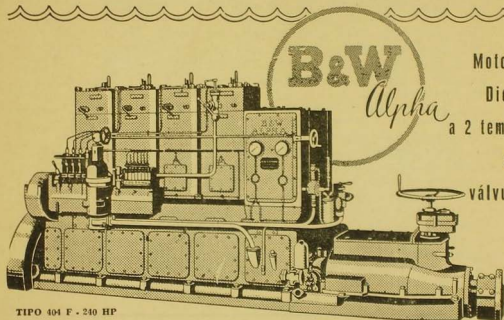
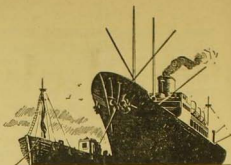
- MAIOR POTÊNCIA
- MAIOR VELOCIDADE
- MAIOR AUTONOMIA
- MAIOR CAPACIDADE

AIR FRANCE

OS MELHORES MOTORES

para tôdas as embarcações
de pesca ou de cabotagem

DESDE 90 HP.



TIPO 404 F - 240 HP

B&W

Alpha

Motores
Diesel
a 2 tempos
sem
válvulas



CIA. T. JANÉR
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

SEÇÃO DE MOTORES MARÍTIMOS E ESTACIONÁRIOS

Rio: Rua Visconde de Inhaúma, 38 - loja
Santos: Rua Martim Afonso, 34

Econômicos, de fácil manêjo e de concepção robusta, os Motores Diesel B & W merecem a confiança dos armadores do mundo inteiro. De fabricação de Burmeister & Wain, Dinamarca, os mais experimentados fabricantes de motores Diesel, marítimos e estacionários.



Indústria

RETROSPECTO INDUSTRIAL

O ritmo do desenvolvimento industrial sofreu em 1953 impactos superiores aos dos períodos antecedentes. A propensão a importar matérias-primas e equipamentos industriais, determinada pelo crescimento industrial, foi comprimida pelas dificuldades de negócios no comércio exterior, cuja crise teve início em fins de 1952, agravando-se durante todo o ano de 1953.

De janeiro a julho de 1952, as importações de matérias-primas montaram a 4,2 bilhões, e no mesmo período de 1953 a 2,0 bilhões; as de máquinas e aparelhos, no período considerado, foram de 3 bilhões em 1952 e 2,1 bilhões em 1953. Também se compraram manufaturas semi-acabadas na mesma proporção das matérias-primas e equipamentos.

Assim, a escassez de meios de pagamento no mercado internacional reduziu os suprimentos de elementos essenciais de nosso parque industrial em cerca de 50%. Desta forma, a compressão drástica realizada na importação de manufaturas menos essenciais, que poderia constituir elemento favorável ao desenvolvimento da produção nacional substitutiva, foi anulada pelas restrições ocorridas no setor das matérias essenciais. Ainda sob o aspecto do comércio exterior, cabe salientar que a instabilidade do mercado de câmbio, verificada no último trimestre, determinou certa indecisão relativamente à manutenção dos estoques de matérias-primas e aos novos investimentos industriais, seja quanto à instalação de novas indústrias, seja quanto ao reequipamento das unidades existentes. No estabelecimento do regime de licitação cambial, observaram-se certas restrições à medida, por parte da indústria, sob a alegação de que, em consequência dos altos preços das divisas adquiridas nos leilões, resultaria aumento substancial dos custos das manufaturas. Tais reações foram desaparecendo com a compreensão de que poucas eram as indústrias importadoras diretas de matérias-primas e equipamentos que realizavam compras às taxas oficiais. O que realmente ocorria no regime da licença prévia era a alta dos preços internos das mercadorias importadas, para atender aos custos fixos das firmas importadoras. As perspectivas para o ano de 1954 são consideradas animadoras, tendo em vista a reação das exportações, que no último trimestre de 1953 atingiram cifras recordes, decorrendo daí maiores disponibilidades cambiais.

Impacto igual ou maior que as restrições de suprimentos de matérias-primas ou equipamentos para a indústria foi o resultante da crise de energia elétrica, que eclodiu em 1953 com intensidade extraordinária, pois veio

juntar-se ao esgotamento da capacidade de energia instalada uma longa estiagem que reduziu a vasante das represas.

O sistema de racionamento e o de cortes de energia a que foi sujeita a indústria constituíram entaves à expansão e manutenção das atividades impondo aos estabelecimentos e à mão-de-obra horários anormais de trabalho, com desperdício de fatores de produção e redução dos índices de produtividade.

Outro elemento desfavorável para o ritmo dos negócios foram as constantes greves deflagradas, culminando com a inquietação nos meios industriais, decorrente da possibilidade do estabelecimento do salário mínimo em nível igual a 100% do estabelecido a partir de janeiro de 1952.

I - ALGUNS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL
ÍNDICES 1949 (1940=100)

INDÚSTRIA	PRODUÇÃO (1)	PESSOAL (2)	PRODUTIVIDADE (3)
Extrativa Mineral	118	100	118
Extrativa Vegetal	113	113	100
Metalúrgica	365	196	186
De Transformação de Minérios não Metalúrgicos	342	213	161
Borracha	480	300	240
Têxteis	167	146	114
Calçados	171	141	121
Produtos Alimentícios	136	145	94
Editorial e Gráfica ..	164	155	106
Construção Civil	142	135	105
Bebidas (Cerveja)	259	182	142
MÉDIA PONDERADA	110,5*		

Fonte: (1) Gustaf Loeb - Revista Brasileira de Economia, março de 1953;
(2) Recenseamento Geral do Brasil 1950 - Censo Industrial - I.B.G.E.;
(3) Relação entre (1) e (2).

(*) Média ponderada segundo a importância relativa de cada ramo no Valor Total da Produção Industrial em 1949.

Inúmeras greves, com perda irrecuperável de produção, necessariamente terão feito cair os índices de produtividade, cujo crescimento no último decênio foi considerado auspicioso para o desenvolvimento econômico. O QUADRO I mostra que o índice geral da indústria, ponderado pela importância de cada ramo, na década finda em 1949, é de 110,5.

É também possível que os relevantes esforços da iniciativa privada anulem os efeitos da conjuntura desfavorável de 1953, pois se nota maior rigidez na estrutura industrial, evidenciada pela tendência da melhoria de produtividade e pela vontade de investir em setores básicos. O QUADRO II indica que durante o ano de 1952 se verificaram subscrições de capital em bens de produção no valor de 2 706,5 milhões, contra 1 211,0 milhões em indústrias de bens de consumo. Ainda em 1952, foram incorporadas ao capital reservas e importâncias de contas correntes no valor de 1 877 milhões, contra 2 112,5 milhões na indústria de bens de consumo. O QUADRO III, referente às emissões de capital, mostra que não houve em 1953 diminuição

II - EMISSÕES DE CAPITAL NA INDÚSTRIA
JANEIRO A DEZEMBRO DE 1952
(Em milhões de cruzeiros)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	TOTAL GERAL	NOVAS COMPANHIAS	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO POR:				
			Total	Subscrição	Incorp- ração de Reserva	Incorp- ração de C/C	Reavaliação de Ativo
BENS DE PRODUÇÃO	6 581,6	1 047,4	5 534,2	2 706,5	1 386,1	490,9	950,7
<u>Sectores Básicos</u>	<u>1 738,0</u>	<u>459,0</u>	<u>1 279,0</u>	<u>969,4</u>	<u>109,2</u>	<u>28,7</u>	<u>171,7</u>
Serviços Públicos em Geral	35,3	12,8	22,5	5,1	5,3	4,0	8,1
Luz e Força	758,7	8,5	750,2	676,7	61,7	2,0	9,8
Transportes	267,0	11,2	255,8	152,2	7,0	6,0	90,6
Mineração	185,8	17,3	168,5	118,4	4,0	11,3	34,8
Siderúrgica	491,2	409,2	82,0	17,0	31,2	5,4	28,4
<u>Outras</u>	<u>4 843,6</u>	<u>588,4</u>	<u>4 255,2</u>	<u>1 737,1</u>	<u>1 276,9</u>	<u>462,2</u>	<u>779,0</u>
Metalúrgica	972,5	108,0	864,5	197,2	244,0	340,3	83,0
Máquinas e Aparelhos	693,0	71,6	621,4	270,9	314,5	16,8	19,2
Cimento, Cerâmica, Vidro	1 188,2	189,2	999,0	670,9	213,5	61,6	53,0
Química	648,0	36,9	611,1	169,7	83,1	4,1	354,2
Borracha e seus Artefatos	330,2	27,4	302,8	75,5	105,8	1,5	120,0
Óleos e Gorduras	113,7	35,8	77,9	33,5	20,0	4,4	20,0
Papel e Papelão	473,9	33,0	440,9	111,2	181,1	19,0	129,6
Construções e Engenharia	424,1	86,5	337,6	208,2	114,9	14,5	-
BENS DE CONSUMO	5 226,7	499,7	4 727,0	1 211,0	1 925,4	187,1	1 403,5
Têxtil e seus Artefatos	2 113,3	139,0	1 974,3	570,9	656,0	113,5	633,9
Produtos Farmacêuticos	348,1	15,7	332,4	80,1	158,7	19,5	74,1
Madeira e seus Artefatos	151,4	18,2	133,2	36,8	66,7	5,0	24,7
Couro, Peles e Artefatos	110,6	5,8	104,8	29,2	68,3	0,8	6,5
Indústria Gráfica	75,7	10,2	65,5	20,5	35,0	3,6	6,4
Produtos Alimentícios	1 143,3	235,2	908,1	230,0	376,3	35,4	266,4
Materiais Plásticos	62,7	42,9	19,8	6,5	9,0	1,3	3,0
Diversas	1 221,6	32,7	1 188,9	237,0	555,4	8,0	388,5

Fonte: Serviço Bancas.

III - EMISSÕES DE CAPITAL NA INDÚSTRIA
JANEIRO A SETEMBRO DE 1953
(Em milhões de cruzeiros)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	TOTAL GERAL	NOVAS COMPANHIAS	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO POR:					Origem Ignorada
			Total	Subscrição	Incorpo- ração de Reserva	Incorpo- ração de C/C	Reavali- ação do Ativo	
BENS DE PRODUÇÃO	5 402,1	979,8	4 422,3	1 785,1	1 031,2	398,1	1 199,1	8,9
Setores Básicos	<u>1 374,2</u>	<u>535,7</u>	<u>838,4</u>	<u>517,8</u>	<u>120,7</u>	<u>83,5</u>	<u>116,5</u>	-
Serviços Públicos em Geral	91,9	3,8	88,1	16,8	41,4	-	30,0	-
Luz e Força	710,6	433,6	277,1	181,3	61,3	18,2	16,3	-
Transportes	190,8	16,0	174,9	144,2	1,7	1,8	27,3	-
Mineração	286,4	82,4	204,0	154,6	1,7	37,7	10,0	-
Siderúrgica	94,4	-	94,4	21,1	14,6	25,8	32,9	-
Outras	<u>4 027,9</u>	<u>444,0</u>	<u>3 583,2</u>	<u>1 267,3</u>	<u>910,5</u>	<u>314,6</u>	<u>1 082,6</u>	<u>8,9</u>
Metalúrgica	598,2	14,5	583,7	114,8	191,0	44,0	232,4	1,5
Máquinas e Aparelhos	882,3	187,6	694,7	164,6	198,0	134,3	197,3	1,0
Cimento, Cerâmica e Vidro	586,2	33,4	552,8	319,0	91,7	60,1	75,2	7,0
Química	749,3	73,1	676,2	264,2	165,2	25,6	221,2	-
Borracha e seus Artefatos	194,9	28,5	166,4	24,7	43,0	1,8	97,0	-
Óleos e Gorduras	34,4	1,5	32,9	10,9	17,0	-	5,0	-
Papel e Papelão	360,2	3,1	357,1	63,9	75,4	44,6	213,2	-
Construções e Engenharia	622,5	102,4	520,1	305,4	129,2	44,3	41,3	-
BENS DE CONSUMO	5 603,6	336,7	5 266,9	1 153,7	1 185,8	(1) 363,1	2 450,7	113,7
Têxtil e seus Artefatos	1 699,5	85,1	1 614,4	147,5	333,7	(2) 165,0	855,5	112,7
Produtos Farmacêuticos	209,2	8,0	201,2	35,8	80,5	39,1	45,7	-
Madeira e seus Artefatos	193,3	16,0	177,3	62,1	81,4	21,5	12,2	-
Couro, Peles e Artefatos	149,4	4,0	145,4	48,3	20,6	13,3	63,2	-
Indústria Gráfica	291,8	19,5	272,3	74,7	83,1	6,6	107,8	-
Produtos Alimentícios	2 314,2	138,2	2 176,0	564,6	295,3	58,6	1 257,5	-
Materiais Plásticos	75,4	-	75,4	27,3	40,5	4,3	3,3	-
Diversas	671,0	65,9	605,1	193,4	250,7	(3) 54,7	105,3	1,0

(1) Inclusive 25 800 de bens. (2) Inclusive 24 000 de bens. (3) Inclusive 1 800 de bens. Fonte: Serviço Banaas.

da tendência a investir no setor industrial; ao contrário, os investimentos até setembro de 1953 equivalem aproximadamente ao total dos de 1952. Os dados enumerados não incluem reavaliações de ativos e somente se referem a emissões novas de capital, incorporação de reservas e valores de contas correntes, porquanto estes dois últimos elementos constituem as importâncias de lucros reinvestidos.

MINERAÇÃO

Em 1952 os investimentos no setor mineração alcançaram cerca de 185,8 milhões e até setembro de 1953 foram feitas emissões de capital da ordem de 276,4 milhões, ou seja, um incremento até então sobre o total do ano anterior de 90,6 milhões.

A mineração de carvão continuou no mesmo ritmo de 1952, produzindo-se 1 543 848 t, até setembro de 1953, contra 1 497 484 t em igual período de 1952. As importações de carvão até julho somaram 287 132 t, isto é, 181 221 t a menos que as do mesmo período de 1952. A indústria carbonífera, nos moldes em que é explorada e com as dificuldades que se lhe impõem, ainda é considerada pouco rendosa, carecendo de política econômica própria, a fim de que alcance um desenvolvimento adequado. A lei 1 886, de 11 de junho de 1953, denominada Plano do Carvão Nacional, estabelece medidas para conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, visando a ampliar-lhe a produção, regularizar o seu funcionamento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como matéria-prima e combustível. Para atender às despesas do plano, foi aberto crédito especial de 955 milhões de cruzeiros, aplicável no quinquênio a começar em 1953, sendo especificadamente disposto o orçamento de aplicação da verba aprovada. Este fator é considerado auspicioso para o setor industrial, tendo em vista que o investimento público se destina principalmente à melhoria dos portos carvoeiros, transporte ferroviário, produção de energia termelétrica e financiamento das empresas produtoras. Esperam os responsáveis pelo plano reduzir de 50% o preço do carvão.

A indústria de mineração de ferro, que figurou em 1952 como elemento preponderante na balança comercial, foi obrigada em 1953 a reduzir os preços de venda no mercado internacional, em virtude do arrefecimento da demanda daquele mercado, principalmente pela cessação das hostilidades na Coreia e conseqüente diminuição do esforço de guerra americano. No primeiro semestre houve aumento das exportações sobre o ano anterior, embora em montante inferior ao da tonelagem exportada em 1952. O preço da tonelada, que alcançara em fins de 1952 e início de 1953 até 18,50 dólares, foi reduzido durante o último ano ao preço médio de 14 dólares. As encomendas colocadas pelos Estados Unidos têm sido reduzidas, aparecendo entretanto o mercado europeu como grandemente interessado no minério de ferro nacional. Afirma-se que para 1954 os Estados Unidos fizeram contrato com a Cia. Vale do Rio Doce, somente de 50 ou 60 mil t de minério, contra contratos firmados pelo mercado europeu de cerca de 800 000 ou um milhão de t.

Fato idêntico à redução dos preços no mercado internacional ocorreu com a shelita, em virtude de motivos semelhantes. De janeiro a julho de 1952, exportou o Brasil 764 t no valor de 69 milhões de cruzeiros, ao passo que as 885 t exportadas até julho de 1953 só alcançaram a soma de 50,8 milhões.

Entretanto, considerando a forte inelasticidade da procura de mangas os preços do minério permaneceram constantes no período em aprêço e as 103 mil t exportadas em 1953 foram vendidas por 59,2 milhões, contra 102,8 mil t em 1952, por 49,8 milhões. Pode-se concluir que a baixa produtividade do setor mineração é responsável por custos muito elevados, impossibilitando maior expansão da produção. O QUADRO I mostra que o índice de produtividade da indústria nacional de mineração conservou-se estacionário na década iniciada em 1940. Todavia, para os anos vindouros, pelo menos no setor carvão, espera-se com as medidas previstas na lei 1 886, de 11 de junho de 1953, haja um acréscimo de produtividade industrial, com conseqüente redução dos preços de custos, o que permitirá maior rentabilidade do capital aplicado.

SIDERURGIA

Apesar da crescente demanda do mercado interno, a produção nacional de ferro e aço conservou-se aproximadamente nos mesmos níveis de 1952, esgotando-se assim as possibilidades de incremento da produção das usinas com os equipamentos existentes. A produção de lingotes, de janeiro a setembro de 1953, foi de 746 274 t, contra 662 325 t, em igual período de 1952. A de ferro gusa, 597 116 t e 654 447 t nos períodos correspondentes de 1952 e 1953. Enfim, todos os produtos de aço tiveram acréscimo pouco superior ao de 1952 (no período considerado). Entretanto, foram produzidas algumas especialidades, que, embora em quantidades pequenas, deverão funcionar como multiplicador de atividade industrial. Ligas de ferro baixo carbono, de cromo, de ferro silício e aço fundido foram oferecidas ao consumo interno, e desta forma a diversificação da produção básica determinará novos níveis de ocupação, revelando, outrossim, domínio de técnica mais adiantada. As perspectivas para 1954 são auspiciosas, considerando que o segundo alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional, a iniciar a produção em fevereiro próximo, melhorará as condições da oferta de aço no mercado interno.

Comenta-se favoravelmente a produção maciça, à base de minério sintetizado, a ser realizada pela Companhia Belgo-Mineira. Isto determinará a redução dos custos, através de menor consumo de combustível, pois o carvão vegetal — utilizado até agora — se torna cada vez mais oneroso.

Os consumidores de aços especiais ainda continuam na expectativa da produção da Acesita, que promete no segundo semestre de 1954 realizar a primeira corrida.

A realidade é que, com a restrição drástica às importações, ainda compramos, no primeiro semestre do ano passado, 4 415 t de aço no mercado exterior. O mercado interno está a exigir da produção nacional maior es-

fôrço. Volta Redonda deverá produzir 760 mil t de lingotes em 1954, esperando alcançar um milhão em 1956.

Ultimamente se disse que, em face de uma menor tensão de guerra, poderia haver declínio acentuado na demanda do aço no mercado internacional, com reflexo no mercado interno, atingindo os programas de expansão das empresas; entretanto, a tese não teve acolhida nos especialistas sobre assuntos de aço, que vêem na expansão do mercado nacional, cada vez mais solicitado pelo desenvolvimento econômico, garantia suficiente do incremento da produção. A produção básica funciona como multiplicador, principalmente se considerarmos a carência nacional da produção de bens de capital, calcada na indústria siderúrgica. É sintomática a inviabilidade de investimentos estrangeiros no setor da construção naval, propostos nos últimos anos, por escassez da produção nacional de chapas.

PETRÓLEO

No processo de desenvolvimento econômico do Brasil, o petróleo continua responsável por tôdas as preocupações, envolvendo sua exploração, discussões de ordem econômica e política, com participação ampla da opinião pública nacional. A tese nacionalista, consubstanciada na mensagem governamental criando a Petrobrás, venceu a tese da livre exploração, com participação de capitais privados nacionais e estrangeiros. O ano de 1954, que se inicia com a incorporação da Petrobrás, criada pela Lei n.º 2004, de 3/10/53, é a estaca zero de um empreendimento em que o Estado arcará com a responsabilidade de obter êxitos em setor exigente de inversões inavaliáveis, já que depende da pesquisa, e cujos resultados têm muito de aleatório. Na presente conjuntura, os derivados do petróleo oferecem a contradição de, por um lado, serem responsáveis por boa parcela do desenvolvimento econômico, e por outro, impedirem o crescimento da renda nacional através de pressão recorde sobre a balança comercial, limitando a compra diversificada de bens essenciais ao próprio desenvolvimento econômico.

Em 1954 prevê-se o consumo de 195 000 barris diários de combustíveis líquidos e lubrificantes de origem mineral, que dependerão quase totalmente de importação, visto como a produção nacional será da ordem de 5 000 mil b/d, representando 1,2% das nossas necessidades. As estimativas do consumo de petróleo e lubrificantes constituem preocupação dominante, pois

de 34 000 b/d em 1945 deverá atingir 486 000 b/d no ano de 1961.

O Conselho Nacional do Petróleo, com verbas relativamente pequenas e orçamentárias, tem-se empenhado em dar à Nação a maior quantidade de óleo negro, e os números do QUADRO IV mostram o resultado desse esforço.

Dêsses poços, os de Candeias, D. João e Itaparica fornecem 3 990 b/d. Os demais poços positivos não estão produzindo, dada a incapacidade

IV - POÇOS PERFURADOS

até 1951	1952	1953	TOTAL	RESULTADO
136	44	53	233	Óleo
22	2	4	28	Óás
69	15	10	94	Sêcos
19	3	3	25	Esgrati- gráficos
TOTAL GERAL			380	-

de refino das refinarias. No Acre há dois poços secos, na Amazônia 3, no Maranhão 1, em São Paulo 1, estando em perfuração 1 no Amazonas, 8 no Maranhão, 5 na Bahia e 1 no Paraná. Ainda na Bahia, existem 28 de gás, 87 secos e 25 estratigráficos.

A indústria de refino do petróleo tende a extraordinário incremento a partir do ano de 1954, devendo-se assinalar que a presença da iniciativa privada nos empreendimentos muito contribuirá para a expansão prevista, o que é apresentado no QUADRO V, fornecido pelo Conselho Nacional do Petróleo.

V — REFINARIAS DE PETRÓLEO NO BRASIL

a) EM FUNCIONAMENTO:

Mataripe, Bahia	2 500 b/d	Governo
Ipiranga, R. G. do Sul	3 000 "	Particular

b) EM CONSTRUÇÃO:

Cubatão, S. Paulo	45 000 b/d	<i>Conclusão prevista</i>	
Mataripe, Bahia (adicional)	2 500 "	Governo	1954
União, S. Paulo	20 000 "	"	Out. 1954
Manguinhos, D. Federal	10 000 "	Particular	1956
Ibessabá, Amazonas	10 000 "	"	1955
	2 500 "	"	1955

c) EM ESTUDOS:

Mataripe, Bahia	10 000 b/d	para óleos lubrif.
Cubatão, S. Paulo	30 000 "	para derivados

Nota: Há, ainda, duas pequenas refinarias em funcionamento, uma em Uruguaiana, R. G. do Sul, e outra em São Paulo, ambas de produção insignificante.

Entretanto, apesar de todo este esforço, as unidades existentes e as programadas, mesmo em 1957, quando deverão atingir a sua capacidade industrial, atenderão apenas 30% da demanda previsível, o que é esclarecido no QUADRO VI.

VI — DEMANDA PREVISÍVEL E CAPACIDADE DE REFINO DE PETRÓLEO E DERIVADOS NO BRASIL 1952 / 1957

A N O S	BARRIS DIÁRIOS DE ÓLEO BRUTO	CAPACIDADE DE REFINO	%
1952	138 000	4 000	2,9
1953	161 200	5 500	3,4
1954	187 500	8 000	4,3
1955	216 900	53 000	24,4
1956	250 600	65 500	26,1
1957	285 700	85 500	30,0

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

A capacidade de refino, em face da demanda, será de 4,3% em 1954, e em 1957, depois de toda a capacidade instalada, atingir-se-ão provavelmente

30% das necessidades. A partir de 1957, com a execução do programa da Petrobrás, que prevê novas refinarias com a capacidade total de 100 000 barris diários, a capacidade de refino poderá ser consideravelmente aumentada. A execução desse programa, uma vez iniciada, exigirá, porém, um mínimo de três anos para que as primeiras unidades entrem em funcionamento. Unidades de grande porte, como as em causa, exigem cerca de cinco anos, para serem projetadas, construídas e montadas.

A Petrobrás, através investimentos decorrentes em grande parte de subscrição compulsória, empregará na pesquisa, lavra e refino do petróleo quantias da ordem de 2,5 bilhões, o que representa 20% das emissões de capital das sociedades anônimas realizadas, no período janeiro/setembro de 1953.

CIMENTO

Um dos mais solicitados setores industriais nestes últimos dez anos foi sem dúvida o do cimento. A pressão do consumo interno para atender o desenvolvimento econômico teve na iniciativa privada ampla repercussão.

A produção nacional, que em 1952 foi de 1 019 000 t, deverá alcançar em 1954 a extraordinária cifra de 3 304 000 t.

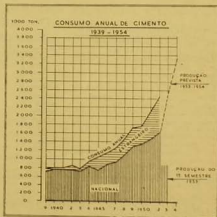
Fato notável do desenvolvimento da indústria de cimento é a tendência de sua distribuição regional, o que influirá de maneira favorável na economia nacional.

A indústria, que se desenvolvera inicialmente nas margens dos dois maiores centros de consumo, Rio de Janeiro e São Paulo, expande-se em outras áreas da Federação, como Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Distrito Federal.

Estão sendo construídas 14 fábricas, que entrarão provavelmente em funcionamento em 1954 e 1955, e cuja produção, adicionada à das unidades existentes, deverá atingir, se se realizarem as previsões, 4 290 000 t/ano em 1955.

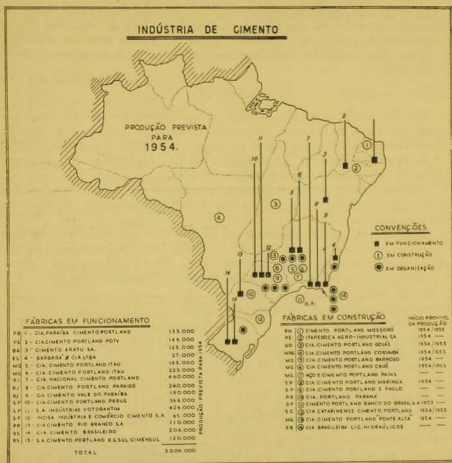
Entretanto, considerando a expansão realizada pela indústria de cimento, este campo continuará de certo a atrair novos investimentos, justificando as decisões nesse sentido tomadas pelas empresas em organização principalmente se levarmos em conta que o consumo nacional é ainda de 44 kg, por habitante, quando nos Estados Unidos é de 273, na Inglaterra 205, na França 199, no Canadá 192, no Uruguai e Chile 118, e na Argentina 89.

A Lei n.º 1 492, de 10 de agosto de 1953, autorizou o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país. Estas facilidades se referem à isenção dos impostos de impor-



tação para consumo e de consumo sobre o material destinado a instalações fabris e complementares, quer se trate de novas instalações, quer de ampliação de fábrica existente.

A indústria de cimento não fugiu aos impactos suportados pelos demais setores, principalmente porque necessita comprar no mercado exterior óleo combustível e utilizar energia elétrica. O fornecimento da energia



de Paulo Afonso deverá impulsionar o setor industrial, pois a região servida pela Hidrelétrica é rica em matérias-primas para a produção de cimento. Em parecer oferecido ao Poder Executivo, o Conselho Nacional de Economia recomenda como medida capaz de receber ajuda governamental a diversificação geográfica da produção, a fim de atender a uma melhor distribuição do produto a preços normais e principalmente possibilitar maior consumo de material básico e criar níveis de ocupação mais descentralizados. O QUADRO VII dá idéia do consumo *per capita* nas diversas regiões do país.

As estimativas da produção apresentadas nos GRÁFICOS indicam que a produção nacional atenderá, dentro de dois anos, as necessidades do consumo. Entretanto, a conjuntura não é prenunciadora de futura saturação

VII - CONSUMO DE CIMENTO PER CAPITA
(Em kg/ano)

A N O S	R E G I Ã O					B R A S I L
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste	
1 9 4 2	10,0	4,4	24,9	23,4	5,8	16,7
1 9 4 3	5,9	6,0	22,2	20,6	4,4	17,0
1 9 4 4	7,8	5,7	27,0	24,6	7,2	20,0
1 9 4 5	10,5	7,4	29,2	27,2	5,1	22,1
1 9 4 6	6,8	8,2	30,6	32,8	5,0	24,2
1 9 4 7	10,0	6,3	32,5	34,8	3,7	25,2
1 9 4 8	10,4	8,5	33,6	42,1	5,6	26,3
1 9 4 9	15,2	12,2	40,3	44,5	6,7	32,9
1 9 5 0	15,2	13,1	42,8	44,4	6,2	34,5
1 9 5 1	14,9	17,1	50,1	50,2	2,4	39,5
1 9 5 2	14,2	13,6	53,9	68,3	6,4	43,6

do mercado interno, tendo em vista os baixos níveis de consumo *per capita*. No primeiro semestre de 1953, verificou-se aumento do cimento nacional, subindo o preço da tonelada a Cr\$ 810,00 e caindo o estrangeiro a Cr\$ 570,00.

BORRACHA

O Brasil tem o privilégio de ser o único país que produz e industrializa a borracha em território metropolitano. O QUADRO I indica ser este setor industrial o que apresenta maior índice de produtividade — característica de seu recente e rápido desenvolvimento. O índice de produtividade alterou-se de 100 em 1940 para 240 em 1949. Em 1952 se verificaram emissões de capital da ordem de 210,2 milhões de cruzeiros, e em 1953 até setembro as novas emissões montaram a 97 milhões.

O desenvolvimento industrial decorre da pressão do mercado interno. Em 1950 o Brasil ocupava o 10.º lugar no consumo mundial de borracha, passando em 1953 para o 7.º. O valor da produção nacional, que em 1946 era de cerca de 993,5 milhões de cruzeiros, subiu em 1953 a 4 165,0 milhões. A produção de borracha em

VIII - B O R R A C H A
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(Em milhares de cruzeiros)

ANO	INDÚSTRIA PESADA	INDÚSTRIA LEVE	TOTAL
1946	616 216	377 327	993 543
1947	778 459	358 673	1 137 132
1948	933 395	398 084	1 331 479
1949	1 265 175	654 591	1 919 766
1950	1 704 939	850 112	2 555 051
1951	2 172 587	1 076 971	3 249 558
1952	2 582 636	1 093 702	3 676 338
1953	3 061 702	1 231 765	4 293 467

(*) Dados provisórios.
Fonte: Comissão Executiva da Borracha.

1952 foi de 28 192 t, contribuindo a indústria pesada com 24 192 t e a leve com 4 000 t. Estes números em 1953 são: 4 000 t para a indústria leve

e 26 000 t para a pesada, representando esta última manufatura de pneumáticos e câmaras de ar, e a primeira, os demais artefatos.

O QUADRO fornece as quantidades produzidas pela indústria e revela que em 1953 a produção física superou em cerca de 12,62% a de 1952 e em 120 vezes a de 1939. O contínuo desenvolvimento da indústria pesada da borracha é evidenciado no QUADRO VIII.

O número de peças produzidas em 1953 foi da ordem de 1,9 bilhões, contra 1,6 bilhões em 1952 representando 185 vezes a produção de 1939.

Duas importantes organizações internacionais — a Michelin da França e Goodrich dos Estados Unidos — estudam a possibilidade de investir também no setor pesado grandes capitais atendendo à crescente demanda do mercado interno.

ENXÓFRE

A indústria nacional preocupa-se com as deficiências ocorridas nos suprimentos de enxofre — material necessário ao consumo das indústrias de ácidos, açúcar, aeroplanos, álcool, alvejantes, artigos de borracha, caseína, chapéus, celulóide, cimento, cobre, colas combustíveis, coque, corantes, couro, detergentes, drogas, ebonite, extintores de fogo, explosivos, fenol, fertilizantes, filmes, fumegantes, fungicidas, fósforos, galvanotécnica, gasolina, glicerina, inseticidas, metalúrgica, querosene, papel, purificação de água, refrigerantes, sêda artificial, sabão, soda cáustica, solventes, tecidos e tintas. A crise de abastecimento decorre da intranquilidade internacional, do maior consumo da indústria de paz e principalmente da diminuição dos

IX - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ENXOFRE
(Em toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	1948	1949	1950	1951	1952	1953*
Em barra	31 059	44 156	64 535	56 951	67 645	4 336
Moído	669	633	3 182	2 750	13 343	4 835
Purificado	127	498	58	202	2 719	-
Bruto	-	-	-	-	-	44 314
Precipitado	-	-	-	-	-	2
Sublimado	-	-	-	-	-	1 21
TOTAL	31 855	45 287	67 775	59 903	83 707	53 508

(*) Janeiro a setembro. Nota: Em 1950, 1951 e 1953, dados sujeitos a retificação.
Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

depósitos de enxofre nativo, de extração econômica. Em 1951 as perspectivas foram alarmantes, diminuindo a tensão depois desta data, o que todavia não tranquilizou os consumidores do produto, especialmente após ter sido incluído no rol das matérias-primas estratégicas. Em 1951 as necessidades nacionais mínimas foram estimadas, por comissão encarregada do estudo do problema, em 78 000 t, enquanto o "Sulphur Committee" as orçava em 109 130 t. A CEXIM liberou licenças no total de 150 000 t, tendo sido efetivamente importadas 59 903 t. Em 1952, compraram-se no exterior 83 707, quantidade muito inferior à estimativa das necessidades de consumo em 1951, pelo "Sulphur Committee".

O problema se agrava com o aumento do preço da matéria-prima no mercado internacional, sendo o preço médio da tonelada em 1951 de Cr\$ 1 390,00 e Cr\$ 1 890,00 em 1952.

A Comissão de Estudos do Enxôfre estudou a possibilidade da produção nacional desta matéria-prima. Em relatório apresentado ao Sr. Ministro da Fazenda, concluiu que, desconhecendo-se no Brasil reservas de enxôfre nativo de fácil produção econômica, deveriam encarar-se as possibilidades de aproveitamento de:

- a) gipsita do nordeste;
- b) recuperação do enxôfre dos gases de destilação do carvão;
- c) regeneração dos banhos de decapagem da Usina de Volta Redonda;
- d) aproveitamento da pirita da região de Ouro Preto;
- e) a pirita do carvão do Rio Grande do Sul;
- f) a pirita do carvão do Paraná;
- g) a pirita do carvão de Santa Catarina;
- h) a utilização da pirita concentrada de Santa Catarina.

A Comissão optou pelo planejamento industrial baseado nos dois últimos itens, atendendo às experiências realizadas nos Estados Unidos com os refugos piritosos da Usina de Beneficiamento de Carvão de Capivari, e pelas quais se verificou ser possível obter um concentrado com 45% de enxôfre, 75% de carbono e recuperação total de 80% do enxôfre contido nesses refugos. O plano implicaria na fabricação de ácido sulfúrico em Santa Catarina, distribuição de pirita concentrada às indústrias químicas do Rio e de São Paulo para produção direta de ácido sulfúrico, e fabricação de enxôfre elementar em Santa Catarina. Entretanto, as dificuldades de transporte e outros óbices impediriam a produção econômica baseada nas duas primeiras alternativas. Daí, haver aconselhado a Comissão a última hipótese, que seria a produção de enxôfre elementar em Santa Catarina, completada por uma usina siderúrgica, a qual, em virtude da escassez de minério de ferro na região, consumiria minério de Minas Gerais, transportado de retorno pela frota carvoeira. O mercado do sul foi considerado capaz de absorver a produção da nova usina, que produziria 70 000 t de enxôfre elementar e 160 000 t de ferro gusa. Os respectivos investimentos montariam a cerca de 600 milhões de cruzeiros, constituídos de duas parcelas, uma em dólares e outra em cruzeiros. Julgou possível a Comissão realizar a primeira com um empréstimo ao Export and Import Bank, resgatável em vinte anos a juros de 4% e a outra, com a colocação de capital de uma empresa constituída para operar o complexo industrial, com controle governamental, através a Companhia Siderúrgica Nacional. As perspectivas para os anos futuros dependerão em grande parte de execução do Plano de Carvão.

PAPEL

Continua a expandir-se a indústria de papel, embora sem a intensidade requerida pelo consumo nacional. Indica-se como principal responsável a de-

ficiência de energia elétrica, em virtude do alto consumo de energia, que caracteriza o processo industrial. O país é rico em matérias-primas, e, apesar da crise que se esboça em futuro próximo no mercado mundial, a produção nacional ainda não reagiu às necessidades do mercado interno, satisfeito em parte pelo exterior, numa média de 100 000 t anuais, no valor de 704 milhões de cruzeiros, o que representa pouco menos de um terço da produção nacional. A deficiência da produção reside principalmente no setor de papéis para impressão de jornais, que participam nas importações com a percentagem de 90% do total. Os dados atestam que a atração de investimentos para a indústria pesada de papel tipo imprensa não tem sido muito importante, o que se explica pelo vulto dos capitais a serem aplicados e pela demanda de técnica avançada, aos quais se junta a insuficiência do setor energético. Afirmam-se que os proprietários de terra no Paraná procuram associar-se para grandes investimentos no setor papel de imprensa e que os estudos para um grande empreendimento estão prontos. O grupo Ibessabá da Amazônia pretende também utilizar um arbusto abundante na paisagem amazônica — a imbaúba branca — para produção de papel, dependendo entretanto de energia elétrica, que acredita obter com a construção das centrais elétricas previstas no Plano de Valorização Amazônica.

VIDRO E PORCELANA

O incremento verificado na produção nacional alcançou preponderantemente o setor vidro e porcelana. A indústria nacional atende de modo geral ao consumo interno, dependendo de importação somente algumas especialidades manufaturadas em vidro e porcelana para pesquisas em laboratório. Relativamente à indústria do vidro cabem algumas considerações sobre a conjuntura atual, pois embora a indústria apresente agora o seu maior desenvolvimento, vive da crise de estrutura, transformando empresas tradicionais em marginais. A indústria vidreira pode ser considerada, em vista dos processos de produção, em manufatureira de vidro plano, vasilhames para farmácia e laboratórios, artefatos de uso doméstico e industrial e finalmente em produtora de ampolas para injeções. Cada processo de produção difere de qualquer outro importando em tipos especiais de equipamentos, técnica e volume de investimentos. O traço de união que os liga é o emprêgo comum das principais matérias-primas, sílica e carbonato de sódio, a primeira abundante no território nacional, e a segunda dependente do exterior até que comece a produzir a Cia. Nacional de Álcalis. A referida crise de estrutura relaciona-se aos processos de produção e atinge as empresas produtoras de vasilhame (a comumente denominada indústria de garrafaria), cujo equipamento se tornou obsoleto. O desajustamento esboçou-se após a guerra e embora prejudicial a algumas empresas que não se reequiparam para a produção automática, foi considerada benéfica para a economia nacional, em face da alta produtividade do estabelecimento de produção mecanizada. O processo anterior utilizado por grande número de fábricas para manufatura de vasilhames era o de produção manual ou o semi-automático, que se equivaliam em produtividade. Comparando-se a produtividade do processo semi-automático ou do manual com a observada

na operação das máquinas automáticas Hartford, vê-se que nos primeiros a produtividade é da média de 43 unidades por homem-hora, e no segundo, de 600. Assim, uma empresa no Rio ampliou as suas instalações com mais unidades Hartford, e outra iniciou a produção em começos de 1953 com duas unidades modernas. Em São Paulo, as três maiores empresas ampliaram-se com novos equipamentos. O fato respondeu pelo agravamento da situação das unidades de produção empírica, que vinham lutando com a baixa produtividade da mão-de-obra especializada, de difícil qualificação e de operação penosa. A crise nas empresas marginais atingiu ponto elevado em 1953, sendo que somente no Rio duas companhias tradicionais paralisaram suas atividades, esperando-se situação mais grave em 1954. Por ocasião do último dissídio coletivo na indústria vidreira (região Rio), apenas as empresas de produção automática atenderam imediatamente à decisão judicial. Outro problema que se apresenta para os consumidores de vasilhames de vidro é a disparidade de preços resultante da produção automática e da manual ou semi-automática, porquanto os preços da primeira são muito mais baixos que os da segunda, acrescentando-se que o produto de origem automática é de qualidade superior.

Entretanto, isto não eliminará imediatamente as empresas não modernizadas, pois os equipamentos Hartford só poderão receber encomendas em grande quantidade para os maiores consumidores, por não compensar a pequena produção. Desta forma as fábricas de produção manual atenderão às pequenas encomendas, apesar da alta de preços, até que uma política de consumo permita a estandarização de modelos, permitindo aos pequenos consumidores se abastecerem nos estoques das grandes fábricas. O setor de artigos de mesa, embora constitua produção artesanal, sofreu a influência da mecanização, e a produção de copos, do tipo denominado americano, é também obtida através do processo mecanizado, por uma unidade industrial do Rio e outra de São Paulo. O copo foi vendido no ano de 1953 mais barato que em 1946, apesar do aumento geral de preços, devendo-se levar em conta que o copo de 1946 era feito a mão. Notável esforço da indústria no sentido de elevar os índices de produtividade é tão representativo que, nos últimos anos, foi extinta a produção de copos lisos a mão.

A indústria de ampolas para laboratórios, depois de amplo desenvolvimento — a produção nacional atendia ao mercado interno e exportava os excedentes —, sofreu nos últimos anos a influência da produção do flaconete para medicamentos que veio substituir a ampola, com superioridade de economia de embalagem, segurança e preço.

A indústria de vidro plano continuou em 1953 o mesmo ritmo de 1952, atendendo integralmente ao mercado interno, o que permitiu abastecer o ramo das construções imobiliárias. A produção cresceu em volume e diversificação, possibilitando-lhe assumir boa posição no mercado exportador, através os subsídios da nova política cambial. Fato notável ocorrido ultimamente na indústria de vidro plano é o que se refere à produção de vidros de segurança inestilháveis para automóveis e aviões, contribuindo para a complementação das indústrias auxiliares de produção de automóveis e caminhões.

O Brasil tornou-se também auto-suficiente em porcelana. O volume da produção atende ao mercado interno e a qualidade do produto é satisfatória. Assim, a Europa perde o mercado brasileiro, sendo atingidas mais frontalmente a Inglaterra, Alemanha, Portugal, Tchecoslováquia e Polônia.

Em 1954 a produção nacional inicia a luta para conseguir posição no mercado internacional, o que se espera alcançar com a política cambial adequada, já posta em prática pela Resolução 70.

INDÚSTRIA TÊXTIL

Apesar da indústria têxtil constituir o mais antigo e importante setor da produção industrial do país, sua contribuição para o balanço de pagamentos ainda não se tornou permanente, oscilando muito as quantidades exportadas anualmente. Nos últimos anos a indústria envidou grande esforço para promover a substituição de equipamentos obsoletos por modernos. Algumas fábricas construíram estabelecimentos de produção integralmente automática, com produtividade operacional idêntica à das boas fábricas estrangeiras. A produção aumentou em quantidade e qualidade; entretanto, este esforço, embora refletindo-se na produção substitutiva, não forneceu a contribuição que seria de esperar para a balança comercial, em face dos capitais disponíveis neste ramo e sua tradição no parque industrial brasileiro.

As importações de equipamentos para a indústria têxtil, constantes do QUADRO X, revelam o acréscimo de investimentos em bens de capital.

X - IMPORTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL
(Em milhões de cruzeiros)

1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
29 932	82 186	184 037	465 565	541 731	580 526	453 968	467 286	387 772

Fonte: S.E.E.F.

Os investimentos maciços realizados pela indústria, de 1944 a 1952, em equipamentos industriais de origem estrangeira, totalizaram 3,2 bilhões de cruzeiros.

A indústria tem repellido algumas medidas de política econômica impostas, alegando serem elas o principal responsável pelas restrições à sua expansão e participação na renda nacional, apesar do esforço da iniciativa privada no sentido de melhorar as instalações fabris, como se nota através das grandes inversões feitas.

A medida mais fortemente combatida pelos industriais têxteis foi a proibição de exportação no após-guerra que contribuiu para a perda do mercado exterior conquistado com grandes esforços. A segunda medida condenada pelo ramo industrial foi a aquisição, por parte do governo, dos estoques de algodão das safras de 1951/52 e 1952/53, a preços superiores aos que vinham sendo pagos pela indústria nacional.

Entretanto, com a atual política cambial é de acreditar-se que nossa produção volte a competir no mercado internacional, desde que os investimentos em equipamentos realizados pela indústria continuem a incrementar os índices de produtividade e conseqüente redução de custo. Isto, justamente com as bonificações à exportação, permitirá maiores possibilidades de competições (Índices de produtividade da indústria: 100 em 1940 e 110 em 1950).

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Em fins de 1953, verificou-se grande inquietação nos meios açucareiros, e o ano de 1954 deverá ser decisivo para os rumos futuros da produção nacional de açúcar. A política de limitação da produção, desenvolvida pelo IAA, feriu de frente os interesses dos industriais de São Paulo, em seus desejos de expansão. Em 1945 o Estado bandeirante produziu 3 bilhões de sacos e, conforme estimativas oficiais, atingirá 11 bilhões em 1954, assumindo a liderança da produção nacional. O IAA apresenta o problema como capaz de trazer prejuízos irremediáveis às demais regiões produtoras, principalmente o Nordeste, dada a possibilidade de ser o mercado da indústria do Norte invadido pela produção paulista.

A autarquia controladora da produção propõe para São Paulo medidas baseadas em restrição de créditos no que se refere à produção açucareira, e facilidades de financiamento quanto à produção de álcool industrial ou anidrido, possibilitando a atender à diversificação da produção industrial e consumo de carburante para veículos. A indústria paulista alega que os excedentes de sua produção seriam realmente empregados na produção de álcool e exportados, de acordo com as cotas maiores reservadas ao Brasil pela Convenção Internacional dos Países Produtores. Isto todavia parece não convencer o IAA de que a produção paulista não fará concorrência à do Nordeste.

O assunto está pendente de decisão do Poder Executivo, que determinou se ouvisse o Conselho Nacional de Economia sobre a matéria.

MACIFE S. A.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Telefone 23-2151

Rêde Interna



Caixa Postal 1201

Telegramas: MACIFE

São Paulo — Niterói — Belo Horizonte — Salvador
RIO DE JANEIRO

Distribuidora dos produtos de Volta Redonda, Belgo Mineira, usinas paulistas e do cimento Mauá.

Importadora de materiais para a indústria em geral.

Cimento, chapas pretas e galvanizadas, ferros em todos os perfis para construções e indústrias, arames e tubos para todos os fins.

Fôlhas-de-flandres.

Escritório e Vendas: — AV. PRESIDENTE VARGAS, 509-3.º

Depósito: — AVENIDA BRASIL, 1852 — TEL. 48-7387

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

MATRIZ: BELÉM — PARÁ

AGÊNCIAS em: Altamira, Belém, Boa Vista, Cuiabá, Guajará-Mirim, Itacoatiara, Macapá, Manaus, Parintins, Pedro Afonso, Porto Alegre, Porto Velho, Rio Branco, Salvador, Santarém, São Paulo e **RIO DE JANEIRO** (Ministério da Fazenda, 10.º andar).

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1953 — (Compreendendo Matriz e Agências)

INEDITORIAL

A T I V O				P A S S I V O			
A - DISPONÍVEL				P - NÃO EXIGÍVEL			
<u>Caixa</u>				<u>Capital</u>			
Em moeda corrente	21 685 513,80			Capital	150 000 000,00		
Em Depósito no Banco do Brasil	231 466 247,00			Fundo de Reserva Legal	16 830 086,50		
Em Depósito a ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	2 735 742,80	255 887 503,60		Fundo de Provisão	144 097 533,60		
				Outras Reservas	354 014 966,30	664 942 588,40	
B - REALIZÁVEL				G - EXIGÍVEL			
<u>Empréstimos em C/Corrente</u>				<u>Depósitos:</u>			
Empréstimos Hipotecários	25 547 106,40			<u>A vista e a curto prazo:</u>			
Títulos Descontados	122 736 735,03			de Poderes Públicos	1 725 281,20		
Letras a Receber de				de Autarquias	35 369,70		
propria	6 016 258,80			em o/c sem limite	25 457 257,70		
Agências no País	744 407 235,60			em o/c limitadas	5 017 077,40		
Correspondentes no País	336 866,70			em o/c populares	9 727 811,50		
Outros Créditos	347 927 434,40	1 493 822 182,60		em o/c sem juros	7 135 365,30		
Imóveis	4 327 336,90			em o/c de avião	1 373 721,70		
<u>Títulos e Valores Mobiliários:</u>				outros depósitos	135 901,00	50 607 785,50	
Ações e Debêntures	8 216 000,00	1 506 365 519,50		<u>a prazo:</u>			
C - IMOBILIZADO				de Poderes Públicos	161 602,40		
Edifícios de uso do Banco	21 355 046,00			de Diversos:			
Móveis e Utensílios	9 342 584,20			a prazo fixo	1 230 010,50		
Material de Expediente	2 367 905,20			de Aviso Prévio	157 416,30	1 549 022,20	
Instalações	620 012,70	33 693 548,10				52 156 814,70	
D - RESULTADOS PENDENTES				<u>Outras Responsabilidades:</u>			
Juros e Descontos	325 613,00			Obrigações Diversas	2 200 000,00		
Impostos	708 752,50			Agências no País	702 689 197,30		
Despesas Gerais e Outras Contas	22 608 043,90	23 642 411,40		Correspondentes no País	78 101,70		
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO				Ordens de Pagamento e			
Valores em Garantia	365 953 518,10			outros créditos	223 375 818,30		
Valores em Custódia	31 952 961,20			Dividendos a Pagar	53 584 852,70	981 927 970,00	1 034 084 784,70
Títulos a Receber de C/Alheia	168 572 069,20			H - RESULTADOS PENDENTES			
Outras Contas	352 886 902,80	919 365 451,30		Contas de Resultados		120 561 509,50	
		2 738 954 433,90		I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
				Depositantes de Valores em Garantia e			
				em Custódia	397 906 479,30		
				Depositantes de Títulos em Cobrança no			
				País	168 572 069,20		
				Outras Contas	352 886 902,80	919 365 451,30	
						2 738 954 433,90	

NOTA: Na verba "Outros Créditos" está incluído o valor da borracha adquirida e em estoque: Cr\$-214.448.562,40

Belém, 30 de novembro de 1953

(a) GABRIEL HERMES FILHO
Presidente

(a) ALBERTO SEGUN DIAS
Chefe do Dep. Geral de
Fiscalização e Contabilidade
Reg. nº 80.629 - CRC nº 0560

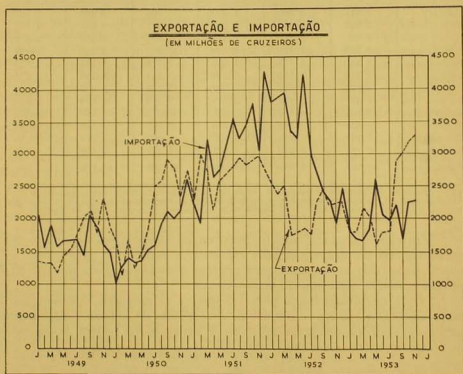


Comércio



COMÉRCIO EXTERIOR

Os dados conhecidos do comércio exterior do Brasil em 1953 — janeiro a novembro —, confrontados com período idêntico de 1952, revelam que as numerosas modificações introduzidas no sistema cambial se fizeram sentir de maneira positiva a partir de agosto, quando foram aceleradas as exportações e se mantiveram em nível baixo as importações, daí resultando um saldo expressivo até novembro e que deverá ser ainda maior no ano todo.



A exportação do terceiro trimestre de 1953 em relação a 1952 — julho a setembro — apresentou um aumento de 1 177 milhões de cruzeiros, enquanto a importação declinou de 2 280 milhões. Em outubro e novembro acentuou-se a tendência de aumento das exportações, que alcançaram 3 176 e 3 296 milhões de cruzeiros (173,0 e 179,5 milhões de dólares, convertidos

a Cr\$ 18,36), contra 3 067 milhões de cruzeiros em setembro e 2 205 e 2 221 milhões em outubro e novembro de 1952.

Embora as importações hajam crescido nesses dois meses em relação a setembro, os resultados de janeiro a novembro acusaram o saldo de 2 964 milhões de cruzeiros, correspondendo às exportações 25 072 milhões e às importações 22 108 milhões. As exportações para a área de moedas convertíveis corresponderam a cerca de 60% do total, e as importações a 50%.

Considerando que em dezembro as exportações de café, algodão, cacau e pinho serrado continuaram em níveis altos, podemos aceitar que a tendência observada até novembro se manteve no mês seguinte.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL - 1951/1953
(Em milhões de cruzeiros)

M E S	E X P O R T A Ç Ã O			I M P O R T A Ç Ã O		
	1951	1952	1953(1)	1951	1952	1953(1)
Janeiro ...	2 211	2 558	1 808	2 285	3 800	1 859
Fevereiro..	3 001	2 385	1 782	1 972	3 888	1 704
Março	2 708	2 517	2 140	3 177	3 954	1 663
Abril	2 103	1 755	2 003	2 641	3 392	1 849
Maió	2 597	1 801	1 588	2 753	3 232	2 559
Junho	2 678	1 866	1 790	3 111	4 196	2 076
Julho	2 803	1 756	1 793	3 512	3 068	1 938
Agosto ...	2 934	2 264	2 685	3 268	2 689	2 209
Setembro ..	2 825	2 448	3 067	3 473	2 409	1 689
Outubro ...	2 928	2 205	3 176	3 717	2 254	2 253
Novembro ..	2 992	2 221	(2) 3 296	3 062	1 923	(2) 2 260
Dezembro ..	2 734	2 289	(3) 3 028	4 245	2 394	(3) 2 992
TOTAL	32 514	26 065	(3)28 100	37 198	37 179	(3)25 100

(1) Os dados de outubro e novembro foram obtidos convertendo o valor em dólares à taxa de Cr\$ 18,36 nas exportações e de Cr\$ 18,82 nas importações, não incluindo pagamento, os agios e subsídios. (2) Dados sujeitos a retificação. (3) Estimativa.

É prudente, contudo, admitir importações elevadas em dezembro, pois sendo maiores as disponibilidades cambiais, é lógico que parte desse aumento tenha sido aproveitada para minorar a escassez aguda de matérias-primas e bens de equipamento estrangeiros.

Nessas circunstâncias, é provável que as exportações alcancem aproximadamente, de janeiro a dezembro, 28,0 bilhões de cruzeiros e as importações 25,0 bilhões, deixando um saldo de cerca de 3,0 bilhões de cruzeiros no comércio exterior do Brasil em 1953.

PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Café — E' admissível considerar como satisfatórias as vendas dos quatro principais produtos de exportação do Brasil em 1953. O café, confirmando as previsões de *Conjuntura Econômica*, começou a reagir a partir de agosto, depois de um quadrimestre de exportações relativamente reduzi-

das. De fato, da média mensal de 1 256 mil sacas de 60 quilos, no primeiro trimestre do ano, a exportação caiu para 914 mil na média do quadrimestre abril-julho. A origem desse fato parece ter sido a pequena disponibilidade em estoque e a falta de estímulo aos exportadores, pois o café não havia sido beneficiado com parte do valor na taxa livre de câmbio, concedida aos demais produtos desde fevereiro. Em 8 de agosto uma resolução da Superintendência da Moeda e do Crédito estabeleceu um preço mínimo de exportação para o café, permitindo assim que uma parte fôsse negociada no câmbio livre. O preço mínimo fixado no porto de Santos foi de 68 dólares, por saca, enquanto a cotação era de cerca de 78 dólares; vale dizer que 10 dólares por saca podiam ser negociados no câmbio livre, aumentando portanto a receita do exportador em cruzeiros. Em outubro, foi instituída a reforma cambial — Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito —, que ampliou o estímulo aos exportadores de café. Pela medida da SUMOC, foi estabelecido um subsídio de 5 cruzeiros por dólar do café exportado e de 10 cruzeiros para os demais produtos. Como decorrência principal desse estímulo, as exportações em novembro e dezembro alcançaram os níveis mais altos dos últimos dois anos: 1 792 e 1 672 mil sacas em novembro e dezembro respectivamente.

Com tal aumento o número de sacas embarcadas no ano montou a 15 562 mil, quase igualando o de 1952. Deve-se acrescentar que o total de café vendido em 1953 (parte ainda não embarcada) ultrapassou 17 milhões de sacas. De janeiro a novembro, o valor do café exportado atingiu 19,0 bilhões de cruzeiros, participando portanto com 75,6% do total das exportações brasileiras.

O aspecto favorável das exportações de café, por outro lado, assume maior importância em face dos preços alcançados pelo produto, os mais altos até o presente.

Algodão — As exportações de algodão em rama atingiram níveis expressivos, voltando o produto a ocupar o segundo lugar nas exportações brasileiras, só superado pelo café. De janeiro a outubro, a exportação de algodão em rama acusou 1 114 bilhões de cruzeiros, ou seja, 84% de aumento sobre igual período do ano passado, e participação de 5% no total das exportações brasileiras.

Atualmente, as cotações no mercado internacional estão relativamente estáveis. Os preços brasileiros, contudo, situam-se abaixo desses níveis (em dezembro, cerca de 12 a 15% menores que os do produto norte-americano). É de se esperar portanto que a procura do algodão nacional continue ativa nos primeiros meses de 1954, sobretudo tendo em vista o subsídio de Cr\$ 10,00 por dólar, autorizado pela Instrução 70.

Cacau — A posição do cacau em amêndoas foi das mais favoráveis em 1953. As exportações de janeiro a novembro quase triplicaram as de igual período de 1952 (de janeiro a outubro o aumento foi de 112%) e foram superiores às de 1951. A cotação do produto continua satisfatória, verificando-se extraordinária tendência para alta, em vista das notícias sobre a redução da safra africana e de não ter sido ainda debelada a praga chamada “podridão parda” nos cacauais da Bahia, que afetou a safra de 1953.

Essa situação favorável baseia-se não só nas condições do mercado mundial, como nas medidas governamentais no setor do câmbio, que estimularam as exportações de cacau em 1953. Durante o ano, o produto foi beneficiado, primeiro mediante a parte das exportações feitas pelo câmbio livre, e a partir de outubro pela Instrução 70, com o subsídio de Cr\$ 10,00 por dólar do valor exportado.

Pinho — As exportações de pinho serrado mantiveram-se em alto nível, havendo de janeiro a outubro de 1953 um aumento de 42% em confronto com o mesmo período de 1952. Esse fato se deve ao maior interesse demonstrado pela Grã-Bretanha, em vista da redução do preço do produto, da liberação de 30% das divisas autorizadas pela lei do câmbio livre (posteriormente 50%), e pelas compras elevadas do maior importador do produto brasileiro, a Argentina.

Deve-se notar contudo que, embora satisfatória, a exportação não alcançou, provavelmente, até dezembro, a cota estipulada no Acôrdio Comercial. O licenciamento de pinho serrado para a Argentina, de janeiro a novembro de 1953, registrou 374,9 milhões de cruzeiros, enquanto a cota do acôrdio para os 12 meses de 1953 era de 573 milhões.

De qualquer forma, estima-se que a exportação haja alcançado 200,0 milhões de pés quadrados em 1953, não tendo ido além de 146,1 milhões em 1952.

E' interessante salientar que o pinho serrado vendido à Argentina, que representa cerca de 60% do total exportado pelo Brasil, não obteve o subsídio de Cr\$ 10,00 por dólar, autorizado pela Instrução 70 para os demais países. Isso porque o cruzeiro era a moeda-base do Acôrdio, não sendo por conseguinte as importações licitadas em bolsa. Sem os ágios das importações de origem argentina, o governo não pôde conceder subsídio às exportações para esse país.

IMPORTAÇÕES

O fato mais destacado sobre importações em 1953 refere-se à transferência das compras de trigo da área do dólar para a Argentina (150 milhões de dólares em 1952), que voltou assim a ser o principal fornecedor do Brasil (cerca de 1 200 mil toneladas em 1953), contra o pagamento em moeda compensada.

No que concerne às importações de matérias-primas essenciais, de janeiro a outubro de 1953, em relação a igual período de 1952, cumpre destacar a redução de gasolina e óleos combustíveis — 3 e 2% —, em contraste com aumentos sistemáticos nos anos anteriores. Verificou-se também diminuição nas importações de muitas outras matérias-primas e materiais semi-acabados, como, por exemplo, a celulose para fabricação de papel (57%), cobre (31%), estanho (72%), soda cáustica (36%) e tubos de ferro e aço (71%). Aumentaram, contudo, as importações de chumbo e barrilha — 28 e 22% respectivamente.

A redução verificada nas importações de bacalhau e automóveis para passageiros foi de 57 e 81%.

Embora seja ainda prematuro tirar conclusões sobre os efeitos do sistema de leilões, não há dúvida que o critério de pronto pagamento, que caracteriza a reforma cambial de 10 de outubro, tem mantido as importações em níveis baixos, evitando a formação de novos atrasados comerciais e possibilitando a amortização de parte dos existentes. E' claro que o suprimento interno de bens estrangeiros é sacrificado pelos ágios elevados, consequência da pequena disponibilidade de divisas oferecidas até o presente à licitação, relativamente às necessidades das importações. Entretanto, essa circunstância só pode ser atribuída à reduzida capacidade de importar do

COMÉRCIO EXTERIOR - OSCILAÇÃO DO VALOR
(JANEIRO A OUTUBRO DE 1953 SOBRE IGUAL PERÍODO DE 1952)

EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
PRODUTOS	Oscilação (%)	PRODUTOS	Oscilação (%)
Café	+ 2	Trigo em grão	+ 33
Algodão em rama	+ 84	Gasolina	- 3
Cacau em amêndoas	+ 112	Óleos combustíveis (Fuel e Diesel) ..	- 2
Pinho serrado	+ 42	Papel para impressão de jornais ..	- 34
Couro de vacuno salgado	+ 49	Automóveis para passageiros	- 81
Açúcar	+1 080	Cimento comum	- 11
Minério de ferro	- 6	Bacalhau	- 57
Fumo	+ 12	Cobre em lingotes e pães	- 31
Bananas	- 10	Maças, peras e uvas	+ 20
Cera de Carnaúba	- 5	Celulose para fabricação de papel ..	- 57

país, em contradição com o ritmo excepcional do seu desenvolvimento econômico.

ACORDOS COMERCIAIS

Os acordos bilaterais continuaram em franca expansão durante 1953. Atualmente, o Brasil mantém acordos comerciais com 17 países — Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bolívia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão, Polônia, Portugal, Tchecoslováquia e Uruguai — cujo intercâmbio representa cerca de 50% do total do comércio exterior brasileiro.

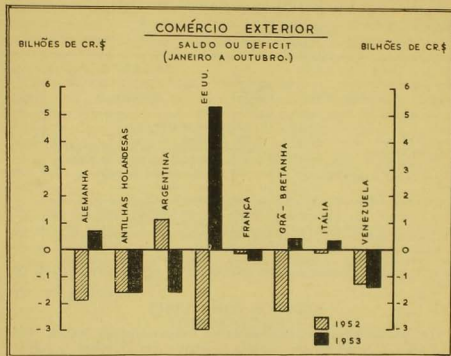
A política de acordos comerciais passou por séria crise em outubro e novembro, quando as características da reforma cambial — Instrução 70 — vieram colidir com os princípios básicos do bilateralismo. Acontece que os acordos do Brasil com outros países se baseavam no sistema de licença prévia, que permitia o controle sobre os contingentes de produtos do intercâmbio. Com o sistema de licitação da moeda estrangeira, em bolsa, por categoria de produtos, para efeito de importação, o controle específico por produtos tornou-se impraticável.

Entretanto, o assunto, depois de examinado pelos órgãos técnicos competentes, foi apreciado pelo Conselho da SUMOC, que optou pela manutenção da política de acordos bilaterais, embora fôsse indispensável proce-

der à revisão dos que se acham em vigor e estabelecer critérios mais adequados para os novos ou para renovação de listas de mercadorias.

INTERCÂMBIO BILATERAL

Os dados do comércio exterior de janeiro a outubro acusam saldos elevados em relação àqueles países com os quais o Brasil tem obrigações de pagamentos de atrasados comerciais, revelando a política adotada pelo go-



vêrno nesse sentido. Com os Estados Unidos, as exportações alcançaram 11 146 milhões de cruzeiros, contra 5 818 milhões das importações, deixando saldo de 5 328 milhões.

Verifica-se, portanto, completa inversão do panorama no intercâmbio brasileiro com os Estados Unidos relativamente ao mesmo período de 1952, quando o deficit subiu a mais de 3,0 bilhões de cruzeiros.

O intercâmbio com a Alemanha e Itália também apresentou saldos elevados, em consequência do acôrdo de "abinamento" para a liquidação dos atrasados comerciais. Do mesmo modo que com os Estados Unidos, a posição do intercâmbio com esses dois países foi invertida em 1953, de vez que houvera deficit no ano anterior.

De janeiro a outubro de 1953, a exportação para a Alemanha e Itália montou respectivamente a 2 236 milhões e 604 milhões de cruzeiros, enquanto as importações foram apenas de 1 579 milhões e 352 milhões.

Com a Grã-Bretanha, também em função da liquidação dos atrasados comerciais, as importações de janeiro a outubro mantiveram-se em níveis baixos, originando um saldo de 351 milhões de cruzeiros, contra um deficit de cerca de quase 2,5 bilhões em igual período de 1952. O intercâmbio com a Argentina, não obstante as cotas de mercadorias fixadas no acôrdo comercial, apresentou um deficit de 1 591 milhões de cruzeiros, em virtude de vultosas compras de trigo e do pequeno interesse desse país pelos produtos brasileiros.

CONCLUSÕES

Conquanto os resultados estatísticos favoráveis em 1953 sejam oriundos, em grande parte, da violenta redução das importações, não há dúvida que a situação do comércio exterior apresentou melhoras sensíveis comparativamente ao ano anterior, em face do aumento das exportações e da posição firme dos nossos principais produtos no mercado internacional.

Por outro lado, se essa circunstância não autoriza pensar que esteja sendo modificada a tendência da desproporção entre a crescente necessidade de bens estrangeiros e a reduzida possibilidade de aumento das disponibilidades cambiais produzidas pela exportação, ainda assim é possível admitir que as perspectivas para 1954 são animadoras.

São os seguintes os motivos que justificam uma perspectiva de índices satisfatórios para o comércio exterior do Brasil em 1954:

1) Os preços alcançados pelo café, a boa posição do algodão em rama, cacau em amêndoas e pinho serrado, e o incentivo dos subsídios asseguram um nível razoável para as exportações no ano atual;

2) Embora o tempo decorrido desde a adoção do sistema de leilões seja ainda insuficiente para permitir um julgamento de sua eficiência é possível supor que sofrerão declínio as importações de produtos não essenciais, aumentando assim as disponibilidades para fazer face às compras de produtos essenciais;

3) Inúmeros setores industriais, governamentais, mistos e privados começarão a produzir em 1954, reduzindo as necessidades de importação. Estão nesse caso, entre outros, a refinaria de Cubatão, a indústria siderúrgica (ampliação de Volta Redonda) e o desenvolvimento excepcional das indústrias de peças para veículos motorizados e cimento. A produção de cimento, segundo informações autorizadas, será grandemente acrescida em 1954, permitindo talvez o suprimento do mercado interno e dispensando a importação que, em 1953, foi de cerca de 500 milhões de cruzeiros;

4) E, por último, as despesas de cambiais decorrentes do pagamento de fretes e seguros marítimos serão provavelmente reduzidas em 1954, em vista do aumento crescente da participação dos navios brasileiros no transporte das importações. Em 1953, pela primeira vez, os navios de bandeira nacional ocuparam o primeiro lugar nesse transporte.

COMÉRCIO INTERNO

COMÉRCIO DE CABOTAGEM

No ano transato, a grande cabotagem acusou, em volume de carga movimentada, um acréscimo de cerca de 12,5 % relativamente a 1952, ou seja, uma reativação de seu ritmo de crescimento, diversamente do que acontecera de 1951 para 1952, quando essa taxa de aumento não chegou a 3 %.

Tal acréscimo deve-se, principalmente, aos portos de menor importância, do ponto de vista do movimento realizado, sobressaindo-se entre estes o de Imbituba, cujo volume de carga passou de 48 a 48,5 milhares de toneladas, aproximadamente, quase tudo de exportação (99,5 %).

É de se prever a manutenção da taxa de aumento nesse nível, de 1953 a 1954, não só pela crescente utilização dos portos menores, como porque as empresas que atendem a esses portos se encontram em fase inicial de reaparelhamento em larga escala.

Quanto à pequena cabotagem, seu acréscimo, de 1952 para 1953, foi da ordem de 18,5 %, também devido unicamente aos portos pequenos, em particular os das Regiões Norte e Nordeste.

Espera-se, por igual, o acréscimo da referida taxa, de 1953 para 1954, em vista de que as empresas de navegação dessa classe, pela crescente solicitação do mercado e pelos investimentos necessários, relativamente menores, estão renovando e acrescentando suas frotas de novas unidades.

COMÉRCIO POR VIAS INTERNAS

Continuou, em 1953, como em 1952, praticamente estacionário o volume total de mercadorias comercializadas dentro do país. Todavia, em valor, houve acréscimo de cerca de 10 % sobre 1952.

As taxas mais elevadas de crescimento situam-se nos Estados do Nordeste, destacando-se o Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas. No Sul, é no Paraná e Rio Grande do Sul, onde se encontram as maiores taxas. Na Região Centro-Oeste, Goiás se caracteriza pela notável elevação de seu nível de trocas internas. Também Mato Grosso reativou, em 1953, seu comércio interno, prevendo-se que assim continue em 1954, pois é ainda muito baixo o respectivo nível.

Espera-se, igualmente, que continue a elevação do nível, em valor, das trocas internas do país, principalmente no Nordeste, em fase de recuperação, no Sul e particularmente no Centro-Oeste. A Região Leste, em conjunto, ainda deverá ter, em 1954, esse nível estacionário, como sucedeu de 1952 para 1953.

COMÉRCIO LOCAL NO DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal, de 1952 para 1953, elevou-se, aproximadamente, de apenas 2 % o volume total de trocas realizadas dentro de seu território. Prevê-se que o crescimento em valor haja sido da ordem de 10 %, para as diversas classes de mercadorias e serviços tomados em conjunto.

O mês de dezembro caracterizou-se, como ocorre todos os anos, pelo aumento das vendas, em volume e valor, relativamente à média dos primeiros onze meses.

Os ramos que, no mês de Natal, apresentaram maior crescimento foram os de brinquedos e de bijuterias, respectivamente, de 300 e de 180 %, sobre aqueles onze primeiros meses. Seguiram-se os de toucador, com 50 %, os de discos, com 40 %, os de roupas, com 35 %, os de utilidades para o lar, com 30 %, os de livros com igual taxa, e os de alimentos, com 25 %, sobre a média janeiro-novembro. Os de joalheria e calçados tiveram acréscimos percentuais, respectivamente, em torno de 8 e 5 %, em valor.

Em relação ao mês de dezembro de 1952, o aumento de valor percentual das vendas de dezembro de 1953 foi, em conjunto, cerca de 30 %, ou seja, pouco acima do valor médio de 25 %, observado em dezembro de 1952 sobre o mesmo mês de 1951.

“Bibliografia Econômico-Social”

A única publicação mensal sobre o assunto existente em nosso país.

Assinatura anual Cr\$ 65,00

Número avulso Cr\$ 6,00

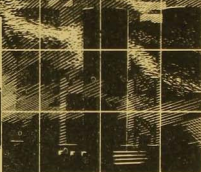


Assinaturas:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL. 46-4010 — RAMAL 15

RIO DE JANEIRO

Ocupe o lugar que lhe compete...



...entre os que participam da fase de renovação da economia brasileira. As mutações na estrutura do país abrem ao "homem comum" a oportunidade de se associar aos grandes empreendimentos. Milhares de brasileiros, graças à ação das Companhias de Investimentos, estão invertendo suas economias em negócios de renda e segurança.

IND. SUL AMERICANA DE METAIS S.A. - ISAM
(ass. Revere Copper & Brass Inc.)
CIA. CINEMATOGRAFICA VERA CRUZ
CIA. IMOBILIÁRIA & FINANCEIRA - CIF
GERADORES, ENERGIA MECÂNICA APLICADA, S.A. - GEMA
REAL, S.A. - TRANSPORTES AÉREOS
CIA. PAULISTA DE CERVEJAS VIEIENSES
CINE-HOTEL CONSÓRCIO (Jacarézinho), S.A.
COMPANHIA LITHOGRAPHICA YPIRANGA - CLY
BANCO DO COMÉRCIO DE S. PAULO, S.A.
MULTIFILMES, S.A.
COMPANHIA SWIFT DO BRASIL, S.A.
FABRICA RIO GUAYUBA, S.A.
CONSÓRCIO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS, S.A.
TABÁ, CINE TEATROS, S.A.
FIBRA, S.A.
VISION, Inc.
FRIGORÍFICO COLONIAL, S.A. "Frico"
CINE-HOTEL CONSÓRCIO DE BAGE, S.A.
CINE-HOTEL CONSÓRCIO DE ALEGRETE S.A.

Cr \$ 12 milhões	167 subscritores
Cr \$ 14 milhões	331 subscritores
Cr \$ 4 milhões	67 subscritores
Cr \$ 4,5 milhões	66 subscritores
Cr \$ 35 milhões	1188 subscritores
Cr \$ 50 milhões	736 subscritores
Cr \$ 8 milhões	232 subscritores
Cr \$ 18 milhões	281 subscritores
Cr \$ 120 milhões	350 subscritores
Cr \$ 8 milhões	49 subscritores
Cr \$ 132 milhões	2225 subscritores
Cr \$ 6 milhões	132 subscritores
Cr \$ 6 milhões	82 subscritores
Cr \$ 29 milhões	619 subscritores
Cr \$ 33 milhões	663 subscritores
Cr \$ 16 milhões	*
Cr \$ 24 milhões	*
Cr \$ 29 milhões	*
Cr \$ 20 milhões	*

* Em curso

Planejamento e Distribuição Realizadas por:

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS S.A. (S. PAULO)
APLICAÇÃO DE ECONOMIAS EM NEGÓCIOS DE RENDA E SEGURANÇA

Praça Ramos de Azevedo, 206 - 8.º - São Paulo - Teleg. CONSÓRCIO

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS (R. G. DO SUL) S.A.
APLICAÇÃO DE ECONOMIAS EM NEGÓCIOS DE RENDA E SEGURANÇA

Palácio do Comércio - 4.º - Porto Alegre - Teleg. CONSORSUL

Diretor Presidente - Paulo C. Suplicy
Diretor Vice Presidente - Arnaldo D'A. Florence
Diretor Executivo - Mario L. Vieira
Diretor Administrativo - Conde Carlo Lovatelli
Diretor Tesoureiro - J. L. Lacerda Soares
Diretor Assistente - Thomas A. Scott
Supte. Dep. Distribuição - Humberto Diglio



Diretor Presidente - Jahir B. Sgrillo
Diretor Vice Presidente - Kurt Weissheimer
Diretor Vice Presidente - Arnaldo D'A. Florence
Diretor Executivo - Mario L. Vieira
Diretor Administrativo - Harold C. Balaguer
Diretor Tesoureiro - *
Supte. Dep. Distribuição - Helio Wendhausen *

Chefe Dep. Pesq. Econ. | Arnaldo Vieira de Carvalho

* -> virtude da renúncia do seu titular, de conformidade ao disposto no artigo 17 dos Estatutos Sociais a função está sendo acumulada pelo Administrativo.



Finanças

CÂMBIO

Ao iniciar-se o ano de 1953, a situação que defrontávamos no setor do intercâmbio com o exterior era caracterizada por um desequilíbrio cambial sem precedentes.

Em face de uma taxa cambial que se sobrevalorizava à medida que aumentavam os preços e custos de produção internos, em relação aos vigentes no exterior, reduzia-se paulatinamente a possibilidade de colocação de produtos brasileiros no mercado internacional, com a exceção quase exclusiva do café. Assim, a média mensal das exportações nos três primeiros meses do ano findo mal atingia Cr\$ 1 900 milhões, contra quase Cr\$ 2 500 milhões no mesmo período de 1952, e mais de Cr\$ 2 600 milhões no de 1951.

Em decorrência dessa situação calamitosa, agravada progressivamente desde 1952, viu-se o Governo forçado a criar drásticas restrições às importações, de forma a evitar o crescimento dos atrasados comerciais, que já se acumulavam desde 1951. Daí, a queda vertical das importações a partir de agosto de 1952, que fez baixar a respectiva média mensal no segundo semestre daquele ano a menos de Cr\$ 2 500 milhões, contra mais de Cr\$ 3 700 milhões no primeiro semestre. Nos três primeiros meses de 1953, a queda acentuou-se ainda mais: a média mensal não atingiu Cr\$ 1 800 milhões, apresentando uma diminuição superior a 100 % relativamente ao primeiro trimestre de 1952.

Quanto ao problema de nossas relações financeiras com o exterior, não eram menos evidentes os indícios de desequilíbrio cambial. Somente à custa de severa restrição ao livre movimento de capitais e à remessa de juros e dividendos de investimentos estrangeiros no país, conseguiu-se evitar maior déficit financeiro, o qual, não obstante, ainda ultrapassou a cifra dos Cr\$ 600 milhões em 1952.

No mercado interno, enquanto de um lado a renda auferida pelos setores voltados para o comércio exterior decrescia à medida que se acumulavam os estoques "gravosos", por outro, as restrições às importações, que atingiam inclusive os produtos essenciais — especialmente matérias-primas e semi-manufaturas para ulterior transformação industrial —, determinaram severo recuo na indústria nacional.

O MERCADO DA TAXA LIVRE DE CÂMBIO

Visando a adaptar o sistema cambial aos efeitos da inflação, cujo ritmo fôra acelerado com a aquisição pelo Governo de safras inteiras ou excedentes

de alguns produtos que não encontravam colocação no exterior, foi instituído em fevereiro de 1953 o mercado paralelo da taxa livre de câmbio. Três eram as principais finalidades de tal medida. Em primeiro lugar, permitir o escoamento dos gravosos; em segundo, esperava-se que a liberação da remessa de rendas de investimentos para o exterior, aliada à elevação de taxa livre, constituísse importante fator de atração dos capitais estrangeiros. E, finalmente, através da transferência das importações de mercadorias não essenciais para o mercado da taxa livre — mais alta que a oficial —, reduzir a propensão a importar, excessivamente aumentada pela sobrevalorização do cruzeiro no mercado de câmbio.

Do ponto de vista exclusivo das relações comerciais, a solução adotada pretendia fornecer ao país meios de defesa contra a concorrência internacional, através do regime das taxas múltiplas. Reconhecia outrossim ser imprescindível aumentar a resistência dos produtores e exportadores brasileiros, em face das oscilações das cotações no mercado internacional, o que se tornaria mais difícil caso se realizasse a depreciação pura e simples da taxa cambial. Neste sentido, o sistema das taxas múltiplas tem caráter mais flexível que o da taxa única, em virtude das manipulações que se podem realizar internamente nas misturas cambiais, sem necessidade de alterar a taxa de câmbio. Por outro lado, a ânsia de progresso dos países subdesenvolvidos justifica de certa forma uma hierarquização de critérios na importação, de modo a sacrificar o supérfluo em benefício do mais essencial.

EXECUÇÃO DO SISTEMA

Conquanto em suas linhas gerais o novo sistema assentasse em bases sólidas e objetivas, em sua primeira fase de execução — janeiro a junho — vários fatores contribuíram para tornar pouco evidentes os resultados esperados. Em primeiro lugar, no que diz respeito à atração de capitais estrangeiros, cumpre não esquecer que a liberdade cambial é apenas uma das variáveis do problema. A não ser em relação ao capital de arribação (*hot-money*), é muito mais importante a atitude do governo face aos investimentos estrangeiros, do que a liberdade de remessa ou retorno através do mercado livre. Daí ter-se observado que, dada a retenção das remessas nos dois ou três últimos anos, praticamente só houve saída de capital (rendas de investimentos), contra um ingresso virtualmente nulo de capitais estrangeiros.

Relativamente ao incremento das exportações, tão pouco houve, na primeira fase, a reação esperada. Em grande parte, deve-se tal fato à política inicial adotada pelo governo, no sentido de criar 3 diferentes percentagens de "mistura" da taxa oficial com a do mercado livre — 15 %, 30 % e 50 % — para os produtos gravosos. Somente em julho foram aquelas percentagens unificadas em 50 %, de forma a evitar a retenção por parte dos exportadores de produtos menos beneficiados, na esperança de obterem melhor contemplação no futuro. Foi também importante a restrição do benefício do câmbio livre a apenas um pequeno grupo de produtos. Além do café, cacau e algodão, inúmeros outros permaneceram na situação anterior, tendo de competir no mercado internacional com uma taxa cambial des-

favorável. Tão logo foram aquêles três produtos contemplados com uma liberação parcial — em agosto de 1953 —, se fêz sentir a melhoria que se esperava do sistema adotado em fevereiro.

Do lado das importações, o problema teve a sua solução retardada. Não obstante se haverem classificado no mercado da taxa livre mercadorias cujo montante era superior à metade das importações previstas, foram inexpressivos os licenciamentos naquele mercado. Deve-se isso ao fato de terem as autoridades verificado que a procura acumulada pelas restrições anteriores tendia a fazer subir excessivamente a taxa do mercado livre, afetando de modo adverso a paridade do cruzeiro.

Nesta primeira fase de execução do sistema, a consequência mais importante da política adotada inicialmente pelas autoridades foi o recrudescimento da campanha "não venda o seu café", desencadeada no interior dos maiores Estados produtores e que perturbou seriamente o equilíbrio de nossas relações comerciais com o exterior. Assim, enquanto nos 7 primeiros meses de 1952 já se haviam exportado 8 475 540 sacas, no mesmo período de 1953 chegara-se apenas a 7 425 739, ou seja, uma diferença para menos, de 1 049 801 sacas de 60 quilos.

REFLEXOS SÔBRE A CONJUNTURA NO 1.º SEMESTRE

Como seria de esperar, todos os setores da vida econômica do país sofreram os efeitos negativos da crise cambial que se estendeu por todo o 1.º semestre do ano. O mais duramente afetado, como é óbvio, foi o comércio importador. Uma vez agravado o desequilíbrio de nossa balança comercial com o desinteresse dos exportadores, em face do nível corrente da taxa de câmbio, as restrições atingiram também as matérias-primas e equipamentos importados, prejudicando sensivelmente a expansão industrial, já refreada pela escassez de energia elétrica e pelos movimentos grevistas ocorridos especialmente no primeiro trimestre.

Por outro lado, as oscilações aparentemente incontroláveis da taxa do mercado livre, cujos extremos se distanciavam de até Cr\$ 10,00, num único mês, afetaram negativamente no exterior a confiança na paridade do cruzeiro, agravando as condições para a atração de capitais estrangeiros.

SEGUNDA FASE DA EXECUÇÃO

Nos últimos dias de junho de 1953, iniciou-se uma fase mais realista na execução da política cambial inaugurada com a lei 1 807. Ao mesmo tempo que se unificavam as percentagens de "mistura" da taxa oficial com a do mercado livre, foram suspensos os licenciamentos pelo mercado da taxa livre, desviando-se assim daquele mercado uma parte da procura, que, embora não atendida plenamente, tendia a prejudicar o equilíbrio do mercado. A par dessas providências, tomaram-se outras de menor importância; em virtude, porém, da oportunidade com que foram postas em execução, contribuíram para o fortalecimento do cruzeiro, observado a par-

tir de julho e que prosseguiu ininterruptamente até meados de outubro. Entre outras, poderíamos citar: a elevação dos limites estabelecidos para a operação dos bancos particulares no mercado de câmbio, a permissão para aqueles bancos operarem em *swaps*, o apressamento na liquidação dos atrasados comerciais, e o adiamento para setembro de 1954 do início das amortizações do empréstimo do Eximbank.

Iniciou-se então um período de intervenção ativa por parte do Banco do Brasil no mercado livre, fazendo com que a taxa de câmbio, que havia ultrapassado a cifra dos Cr\$ 50,00 em junho, caísse firmemente até cerca de Cr\$ 37,00 em pouco mais de um mês.

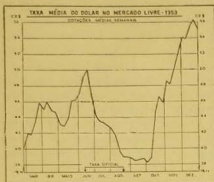
Ao mesmo tempo, encetaram-se estudos para ampliar o grupo de produtos inicialmente contemplados com parcial liberação de câmbio. Assim, na reunião do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de

8 de agosto, decidiu-se o fornecimento de guias de embarque para diversos produtos, entre os quais o café e o cacau em amêndoas, desde que fôsse feita comprovação da venda de câmbio, no mercado da taxa oficial, de um mínimo estabelecido para cada produto, inferior à cotação do mercado internacional, dispondo, em consequência, o exportador do excedente no mercado da taxa livre. Com essa providência, foi o café contemplado com uma liberação da ordem de 12-15 %, e o cacau em amêndoas, com cerca de 11-13 %.

Nesta ocasião, e com a posterior inclusão de outros produtos, como minério de ferro, fibras etc., entre os beneficiados com liberação parcial das divisas, deu-se mais um passo para equilibrar a balança comercial, no que toca às exportações. Permanecia ainda por solucionar o problema das importações. Embora algumas sugestões interessantes já houvessem sido lembradas — entre as quais a do sistema das sobretaxas cambiais em função da essencialidade sugerida pelo Conselho Nacional de Economia —, manteve-se o regime de restrição através do licenciamento.

MODIFICAÇÃO DO SISTEMA CAMBIAL

A profunda modificação do sistema cambial, iniciada nos primeiros dias de outubro — Instrução 70 —, assinalou um marco decisivo para o reajustamento do valor externo do cruzeiro e, especialmente, para limitar a discricção administrativa quanto ao problema das importações. Se do lado das



exportações a nova política cambial diferia da anterior apenas sob o aspecto formal e, até certo ponto, pelo aumento do incentivo aos exportadores (subsídio de Cr\$ 5,00/US\$-café e Cr\$ 10,00/US\$-demais produtos), foi do lado das importações que a modificação teve aspecto radical. A substituição do regime anterior de licenciamento pelo da licitação em Bôlsa das cambiais grupadas em categorias segundo o critério da essencialidade, implicou de fato em uma política de restrição às importações através do sistema de preços, atendendo-se assim, ao mesmo tempo, ao problema da proteção à indústria nacional. Enquanto não forem revistas as tarifas das Alfândegas, não se poderá pensar na liberação pura e simples das importações.

Ao que parece, as repercussões do chamado "Plano Aranha" não serão sentidas apenas no setor do intercâmbio com o exterior. Em virtude do critério adotado de subsidiar as exportações por meio dos ágios arrecadados dos importadores, decorrerá de sua execução uma profunda alteração da política de desenvolvimento anterior do Governo, em benefício da agricultura. Da mesma maneira, no próprio setor industrial procurou a Instrução 70 estabelecer certa hierarquização das novas inversões, por meio do relativo desestímulo aos investimentos não essenciais em favor dos básicos — energia e transportes —, através da classificação dos diversos tipos de equipamentos em diferentes categorias de importação. Os equipamentos julgados menos necessários foram incluídos em categorias mais elevadas.

Também devem ser levados em consideração os efeitos benéficos da nova política cambial no setor financeiro. Nos três meses de execução do sistema, ao que se anunciou, foram arrecadados pelo Tesouro Nacional cerca de 3,2 bilhões de cruzeiros nas licitações, enquanto os subsídios pagos aos exportadores não ultrapassaram 2,3 bilhões, produzindo, assim, um saldo positivo de cerca de Cr\$ 900 milhões. Se considerarmos que o incremento das exportações nos três primeiros meses foi excepcional e que são ainda relativamente pequenas as disponibilidades cambiais oferecidas à licitação, podemos concluir que o saldo mencionado é ainda inferior ao que seria lícito esperar para um período normal. Assim, grosso modo, poder-se-ia estimar em cerca de 10 bilhões a arrecadação líquida total com que o Tesouro Nacional contará em um ano de execução da nova política cambial.

É precisamente em sua influência sobre o setor financeiro que o novo sistema cambial se integra na política econômica do governo. Além da verdadeira redistribuição da renda nacional que dele decorrerá, no sentido dos produtores e exportadores, através dos subsídios, resta ainda a considerar o volume dos recursos que permanecerão em poder das autoridades, após o pagamento das compensações à exportação. A necessidade de refazer sua posição financeira, abalada pela sensível redução dos prazos para liquidação das compras de câmbio, forçará os importadores a reduzirem sua margem de lucro, a menos que haja paralelamente grande expansão do crédito. Daí, a importância da utilização a ser dada pelo governo àqueles recursos que restarão em seu poder, a qual influirá não só sobre o preço dos certificados de câmbio, mas especialmente sobre toda a política monetária e de crédito do país.

EFEITOS SÔBRE A CONJUNTURA

Conquanto seja ainda cedo para que se revelem todos os efeitos do novo sistema cambial, particularmente os relacionados com o setor financeiro, evidenciam-se sinais de equilíbrio no intercâmbio com o exterior.

I - LEILÃO DE CÂMBIO - OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1953
 AGIO MÉDIO DAS MOEDAS LICITADAS NA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO
 (Em Cr\$/moeda estrangeira)

MOEDA	MÊS	C A T E G O R I A S					MÉDIA PONDERADA
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
Dólar Americano ...	Outubro	17,37	28,37	42,10	43,20	100,30	28,79
	Novembro	13,66	36,69	45,07	53,59	134,65	34,00
	Dezembro	17,33	23,61	41,56	48,72	117,57	28,99
Pronto	Outubro	26,94	32,63	41,07	36,83	105,00	34,24
	Novembro	-	-	-	-	-	-
	Dezembro	-	-	-	-	-	-
120 dias	Outubro	16,45	27,98	42,21	44,23	99,50	28,23
	Novembro	13,66	36,69	45,07	53,59	134,65	34,00
	Dezembro	17,33	23,61	41,56	48,72	117,57	28,99
Dólar-Convênio	Outubro	11,03	16,57	19,46	25,03	36,64	18,10
	Novembro	10,26	18,11	22,45	40,40	60,06	22,83
	Dezembro	10,63	13,34	23,32	31,70	61,54	19,86
Franco Francês	Outubro	-	-	-	-	-	-
	Novembro	-	-	-	0,1542	-	0,1542
	Dezembro	-	-	-	-	-	-
Libra Islandesa ...	Outubro	-	54,39	-	-	-	54,39
	Novembro	-	34,33	-	-	-	34,33
	Dezembro	-	-	-	-	-	-
Coroa Dinamarquesa.	Outubro	1,50	2,14	2,34	2,22	6,32	2,36
	Novembro	1,50	1,94	3,25	3,53	8,14	2,85
	Dezembro	1,63	1,83	2,77	3,21	7,51	2,56
Coroa Sueca	Outubro	2,00	2,32	2,55	7,18	7,20	2,75
	Novembro	2,07	5,45	9,28	9,34	13,78	9,32
	Dezembro	2,79	4,33	8,85	6,93	13,29	4,60

Fonte: Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro.

No que se refere ao incentivo às exportações, são evidentes os resultados benéficos da nova política cambial. Como decorrência da liberação parcial das cambiais do café e cacau, concedida em agosto (ver *Conjuntura Econômica* — agosto de 1953) e posteriormente, em outubro, do subsídio pago aos exportadores (Cr\$ 5,00/US\$-café e Cr\$ 10,00/US\$-demais produtos), foi imediata a reação de nosso intercâmbio com o exterior, que, de um déficit da ordem de Cr\$ 600 milhões, no primeiro semestre de 1953, passou a um saldo de Cr\$ 2 900 milhões em novembro, podendo-se estimar em um mínimo de Cr\$ 3 000 milhões o saldo do ano todo.

Do lado das importações, embora menos evidentes, são também claras as tendências para o equilíbrio de nossas relações com o exterior. Apesar da desvalorização do cruzeiro, à primeira vista exagerada, em que implicou o novo sistema das licitações em Bôlsa — o custo do dólar para o importador subiu a Cr\$ 47,61, Cr\$ 52,82 e Cr\$ 47,81 em média, respectivamente em outubro, novembro e dezembro últimos —, observa-se certa elevação

das importações, posteriormente a setembro. A média mensal das importações no último trimestre do ano foi da ordem de Cr\$ 2 300 milhões, contra Cr\$ 1 742, Cr\$ 2 163 e Cr\$ 1 962 milhões, respectivamente nos três primeiros trimestres. Tal fato nos permite prever uma provável normalização das importações, à medida que se reduzirem os ágios médios das licitações de câmbio, cuja ocorrência se espera para os próximos meses. O QUADRO 1 parece confirmar tal expectativa.

Aviso aos Leitores

Em virtude de custos sempre crescentes, fomos obrigados a reajustar, a partir de 1.º de janeiro de 1954, os preços de assinaturas e venda avulsa de **Conjuntura Econômica**. Estes, desde o lançamento da Revista em novembro de 1947, mantinham-se inalteráveis, apesar do ônus decorrente dos sucessivos aperfeiçoamentos introduzidos e ampliação da matéria apresentada.

Os novos preços são os seguintes:

Assinatura: 1 ano	Cr\$ 150,00
2 anos	Cr\$ 280,00
3 anos	Cr\$ 400,00
Número avulso	Cr\$ 15,00
Número atrasado	Cr\$ 18,00
Assinatura para o exterior	Cr\$ 240,00 *
Assinatura no exterior	US\$ 5.00 ou equivalente *

Estamos certos de que essa decisão — tornada inadiável — continuará a assegurar-nos a cooperação dos nossos leitores, pois contribui apenas para cobrir parte da respectiva despesa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, instituição que, como é do conhecimento geral, não visa lucro.

A Direção

* Publicados com incorreção em dezembro último.

Já assina esta Revista?

Acompanhe os acontecimentos da economia nacional e internacional lendo

Conjuntura Econômica

Faça o seu pedido de assinatura preenchendo o talão abaixo, ou telefonando para a Fundação Getúlio Vargas (46-4010, ramal 15), no Rio de Janeiro, ou para o nosso Agente no seu Estado.

Desejando ☐ tomar assinatura de
☐ renovar

CONJUNTURA ECONÔMICA

por ☐ 1 ano Cr\$ 150,00
☐ 2 anos Cr\$ 280,00
☐ 3 anos Cr\$ 400,00

remeto ☐ vale postal
☐ cheque a favor da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 186

S. Paulo: Rua Martins Fontes, 109 - 9.º

Outros Estados: com o nosso Agente

Nome do assinante

Endereço

Cidade Estado

MOEDA E CRÉDITO

Em 1953 tornaram a ser mais volumosas as emissões de papel-moeda. No pós-guerra, exceto o ano de 1950, caracterizadamente inflacionário, 1953 registrou a mais alta taxa de expansão de papel-moeda emitido. O acréscimo do saldo do meio circulante em 31 de dezembro último sobrepujava o existente no fim de 1952, de 19,7 %, superando largamente as taxas de 1951 e 1952, que foram, respectivamente, de 13,2 % e 11,2 %.

As operações de recolhimento de parcelas do meio circulante restringiram-se aos dois primeiros meses do ano, num total de 1 227 milhões de cruzeiros. A partir de março até dezembro, ininterruptamente, foram emitidos 8 949 milhões de cruzeiros, propiciando uma emissão líquida, durante o ano, de 7 722 milhões de cruzeiros, o que elevou o meio circulante em 31/12/53 a 47 004 milhões de cruzeiros.

Concorreram, indubitavelmente, para essas emissões o agravamento da posição das contas do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil, os saldos favoráveis da balança comercial a partir do segundo semestre, os subsídios aos exportadores resultantes da nova política cambial, além das operações de financiamento às atividades agrícolas. Apesar da colocação, em maior escala, dos produtos adquiridos pelo Governo em 1953, reduzindo conseqüentemente as imobilizações financeiras, a pressão no sentido inflacionário, criada por aqueles agentes, foi muito mais poderosa.

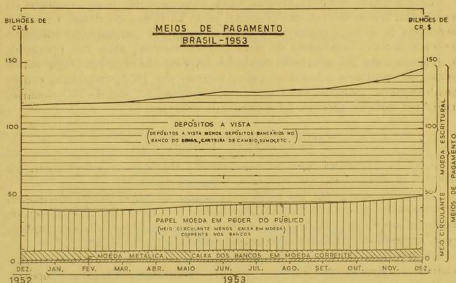
MEIOS DE PAGAMENTO

Com os constantes jatos de papel-moeda, elevaram-se sobremaneira os depósitos à vista e, em conseqüência, a moeda escritural.

A moeda em poder do público — saldo do papel-moeda circulante, menos a caixa em moeda corrente nos bancos — passou de 31,5 bilhões de cruzeiros, no último dia de 1952, a 36,9 bilhões no último dia de outubro, tendo atingido 38,0 bilhões aproximadamente no fim de 1953.

A moeda escritural, que compreende os depósitos à vista, deduzidos os relativos à Carteira de Câmbio, Caixa de Mobilização Bancária, Superintendência da Moeda e do Crédito, os dos bancos, os compulsórios do público e os em garantia de acidentes de trabalho, todos efetuados no Banco do Brasil, teve em 1953 ponderável expansão. Nos dez primeiros meses do ano, a moeda escritural sofreu um aumento de 10 bilhões de cruzeiros e, em face de apurações parciais, deveria ter acusado nos dois meses restantes mais uma elevação de 2,5 bilhões de cruzeiros, ou seja, ao todo, 12,5 bilhões, os quais, adicionados aos 6,5 bilhões relativos ao acréscimo da moeda em poder do público, dão aos meios de pagamento em 1953 um incremento de 19 bilhões de cruzeiros aproximadamente. Assim, passaram estes de 110 bilhões, em 31-12-52, a cerca de 129 bilhões, em 31-12-53, isto é, aumentaram de 17,1 %, contra 17,3 % de acréscimo em 31-12-52 relativamente a 31-12-51. O que torna mais grave essa expansão — já tão volumosa — é o fato de se haver verificado ela acentuadamente no setor da

moeda em poder do público (+ 6,4 bilhões, contra + 3,0 bilhões de cruzeiros em 1952). Além dos fatores de origem externa, resultantes dos problemas do desequilíbrio da nossa balança comercial, também os de ordem interna são responsáveis pelo aumento dos meios de pagamento em 1953. Até novembro as emissões de papel-moeda procedidas para atender às operações da Carteira de Redescontos, num total líquido de 5,3 bilhões de cruzeiros, destinaram-se quase exclusivamente ao Banco do Brasil. Enquanto a responsabilidade desse estabelecimento por títulos redescontados sofria nos onze primeiros meses um acréscimo de 4,8 bilhões, os demais bancos acusavam 0,5 bilhão de aumento. Todavia, é de esperar-se que as operações cambiais, decorrentes da Instrução 70, da SUMOC, venham propiciar apreciáveis recursos ao Banco do Brasil, concomitantemente aos proporcionados pela liquidação dos estoques de produtos de exportação. Assim, esses importantes fatores deverão reduzir sensivelmente em futuro próximo as res-



ponsabilidades do Banco do Brasil junto à Carteira de Redescontos, diminuindo, destarte, a pressão no sentido de novas emissões de papel-moeda.

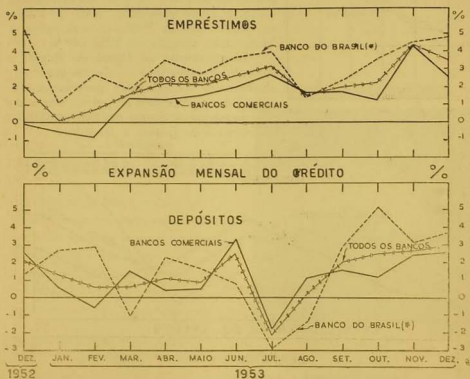
O balanço da Carteira de Redescontos relativo ao último dia de 1953 evidencia que os saldos dos títulos redescontados apresentaram redução de 2,1 bilhões de cruzeiros, comparativamente ao balanço de 30 de novembro. Ora, como as emissões de dezembro atingiram também 2,1 bilhões de cruzeiros, depreende-se que certamente o Banco do Brasil foi quem, já em dezembro, procedeu à vultosa redução de cerca de 4 bilhões da sua responsabilidade por títulos redescontados.

O montante total dos cheques compensados em 1953 atingiu a importância de 565,6 bilhões de cruzeiros, acusando um aumento de 79,5 bilhões sobre o movimento do ano anterior. Essa expansão, de 16,4 %, situa-se bem

acima da verificada em 1952, que foi de 9,5 %. Influíram decisivamente no vulto das operações as últimas resoluções postas em prática pela nova política cambial, que vem movimentando grande massa de numerário. Enquanto a média do período de janeiro a setembro atingia 44,6 bilhões de cruzeiros, a dos três últimos meses do ano montava a 54,8 bilhões, sendo que o valor da compensação relativa ao mês de dezembro alcançou a cifra recorde de 60,8 bilhões.

CRÉDITO BANCÁRIO

Tornou-se em 1953 mais volumosa a expansão dos empréstimos bancários. Até outubro, o saldo dessas operações acusava um aumento global de 29,2 bilhões de cruzeiros, contra 16,6 bilhões em igual período de 1952.



(®) EXCLUSIVE A CARTEIRA DE CÂMBIO

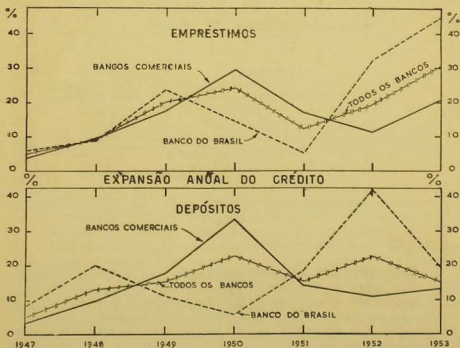
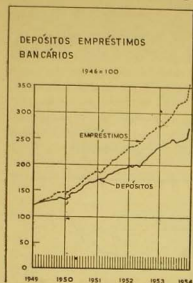
Levando em consideração que as apurações parciais dos maiores estabelecimentos nos meses de novembro e dezembro atingiram níveis elevados, é de esperar-se que a expansão geral dos empréstimos acuse, em 1953, a cota de 33,0 bilhões, ou seja, a taxa recorde de 26 % sobre o saldo existente em 1952. Dêsse aumento de 33,0 bilhões, cerca de 60 % foram destinados a operações com o público, cabendo ao Banco do Brasil 6 bilhões

e aos demais estabelecimentos cerca de 14 bilhões, contra 9 e 7 bilhões, respectivamente, para um empréstimo global de 21 bilhões em 1952.

Do aumento geral, o Banco do Brasil absorvia, até outubro, 68,6 % das operações de empréstimos: 3 bilhões ao público e 17 bilhões a entidades governamentais e a bancos.

Em 31 de outubro do ano passado, os saldos dos depósitos em bancos montavam a 144,0 bilhões de cruzeiros, acusando um aumento de 16,0 bilhões sobre o total apurado em fins de 1952. Espera-se que o volume global dos depósitos em 1953 atinja 20 bilhões de cruzeiros, ou seja, um incremento de 15 %. Dêsse acréscimo, cabem ao Banco do Brasil cerca de 39 %, ou seja, quase a mesma taxa atingida em 1952 (40 %).

Relativamente ao Banco do Brasil, o aumento dos depósitos foi devido quase exclusivamente às entidades governamentais, visto como os depósitos do público acusaram uma expansão de pouco mais de um bilhão de cruzeiros de janeiro a dezembro.



Nos demais bancos verificou-se o contrário, pois o aumento até outubro (6,1 bilhões) resultou totalmente dos depósitos do público.

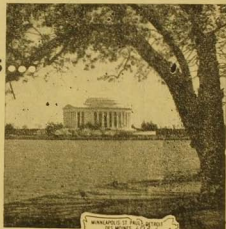
O modesto incremento dos depósitos em 1953 — 20 bilhões de cruzeiros, contra 33 bilhões para os empréstimos — indica que a Carteira de Redescontos, de um lado, a Caixa de Mobilização e o Banco do Brasil, de outro, propiciaram forte assistência financeira aos bancos comerciais. Isto, independentemente do auxílio prestado pela primeira daquelas entidades ao Banco do Brasil, e da redução contínua que vem acusando a relação depósitos/empréstimos para os bancos comerciais: 109,5 % em 1951, 108,6 % em 1952 e 105,2 % em 1953.

nada como uma viagem

— aos —  —

estados unidos

Os serviços da Braniff chegam até o coração do hemisfério norte — do Rio e de São Paulo às principais cidades dos Estados Unidos. E a viagem será inesquecível, quer pelo luxo e conforto a bordo do El Conquistador, como pelo deslumbramento da "Rota Panorâmica"



Informações e reservas nas agências autorizadas ou nos escritórios da Braniff.

...pela

BRANIFF

INTERNATIONAL AIRWAYS



R. SANTA LUZIA, 776-A — TEL. 32-2255 — RIO • R. 24 DE MAIO, 270 — TEL. 35-7197

S. PAULO

41110MPCJEC

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Sede em Lisboa — Fundado em 1864

CAIXA DO TESOUREIRO E EMISSOR NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESES (Exceto Angola)

BALANÇO DAS DEPENDÊNCIAS NO BRASIL

(RIO DE JANEIRO — FILIAL E SUB-AGÊNCIA, SÃO PAULO, RECIFE, BELEM, MANAUS E PORTO ALEGRE)

Cartas patentes ns. 1.782, 1.783, 1.784, 1.785, 1.786, 1.787, de 29-1-1951 e n. 2.774, de 2-9-1952

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

INEDITORIAL

A T I V O				P A S S I V O			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$	Cr\$
A - DISPONÍVEL				P - NÃO EXIGÍVEL			
<u>Caixa</u>				Capital	50 000 000,00		
Em moeda corrente	35 257 911,60			Aumento de Capital		50 000 000,00	
Em depósito ao Banco do Brasil	255 737 224,60			Fundo de reserva legal		4 712 470,10	
Em depósito a ordem da Sup. da Moeda e do Crd.				Fundo de provisão		57 911 373,50	
dito	20 407 419,70			Outras reservas		76 407 200,40	169 031 046,00
Em outras espécies	12 099 956,00	323 502 541,90		Q - EXIGÍVEL			
B - REALIZÁVEL				<u>Depósitos</u>			
Empréstimos em C/Corrente	294 437 273,70			A vista e a curto prazo:			
Empréstimos Hipotecários	9 812 157,50			de Poderes Públicos	106 285,40		
Títulos Descontados	366 750 961,60			em C/C Sem Limite	124 624 263,20		
Agências no País	220 221 208,40			em C/C Limitadas	440 892 026,00		
Correspondentes no País	14 383 578,70			em C/C Populares	78 479 875,30		
Agências no Exterior	4 606 485,50			em C/C Sem Juros	2 065 294,60		
Correspondentes no Exterior	12 470 430,90			Outros depósitos	55 867 877,30	701 438 621,80	
Outros valores em moeda es-				De Diversos:			
trangeira	21 786,80			a prazo fixo	110 775 018,80		
Outros créditos	76 958 487,20	1 000 219 314,30		de aviso prévio	22 423 845,90	133 198 869,70	
Imóveis		5 099 033,00				834 637 486,50	
Títulos e valores mobiliários:				Outras Responsabilidades			
Apólices e obrigações Fede-				Agências no País	247 047 059,70		
rais	9 209 096,00			Correspondentes no País	12 914 099,30		
Ideas, em depósito a ordem da				Agências no Exterior	14 399 073,00		
Sup. da Moeda e do Crédi-				Correspondentes no Exterior	4 016 557,20		
to, no total nominal de				Ordens de pagamento e outros			
Cr\$10.950.000,00	7 227 000,00			créditos	72 614 083,30	350 992 872,50	1 185 530 959,00
Apólices Estaduais	3 108 460,00			R - RESULTADOS PENDENTES			
Ações e Debenturas	1 938,80			Contas de resultados			7 563 619,40
Outros valores	21 519,80	19 568 024,60	1 024 886 572,90	I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
C - IMOBILIZADO				Depositantes de valores em gar. e em custódia	617 115 479,30		
Edifícios de uso do Banco	7 026 044,20			Depositantes de títulos em cobrança:			
Móveis e Utensílios	6 800 060,40	13 826 105,60		do País	292 045 646,10		
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO				do Exterior	20 484 869,70	314 530 515,80	
Valores em garantia	458 472 078,80			Outras contas		99 959 078,20	1 031 604 473,30
Valores em custódia	158 643 900,50						2 393 820 593,70
Títulos a receber de C/Alheia	314 530 515,80	1 031 604 473,30					
Outras contas	99 959 078,20	2 393 820 593,70					

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1953

O CONTADOR

Manuel Cardoso Fernandes Júlio
Reg. C.R.C. do D.P., 798

O GERENTE GERAL

Carlos Eugênio de Vasconcellos

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" DAS DEPENDÊNCIAS NO BRASIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

D E B I T O		C R E D I T O	
Cr\$		Cr\$	
Despesa Geral	39.400.129,30	Receita de Juros	45.727.433,80
Gastos de Material	1.629.597,80	Descontos	37.667.607,30
Impostos		Comissões recebidas ou Debitadas	11.631.639,10
Despesas de Juros		Renda de títulos e Valores Mobiliários	1.529.479,70
Outras Contas		Lucro em Operações de Câmbio	7.034.561,50
Perdas Diversas		Outras Rendas	586.220,90
Subtotal	93.081.925,70		
Percentagens ou Gratificações Pagas aos Funcionários	3.541.447,30		
Saldo do Exercício	7.553.615,10		
TOTAL	104.176.985,30		104.176.985,30

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1953

o diretor geral

Carlos Eugênio de Vasconcellos

o contador

Moisés Cardoso Fernandes de Azevedo
Reg. C.B.C. do D.P., 198

O elemento humano constitui fator decisivo para a eficiência de qualquer organização.

Selecionar o pessoal, pesquisar-lhe os pendores profissionais e orientá-lo devidamente são alguns dos importantes problemas de natureza técnica impostos à moderna empresa.

Para a solução desses problemas, procure o

Instituto de Seleção e Orientação Profissional

mantido pela
Fundação Getúlio Vargas
(horário: de 9 às 18 horas)

RUA DA CANDELARIA, 6
2.º andar — Telefone 43-5144
RIO DE JANEIRO

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

EDIÇÃO DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Assinatura anual.. Cr\$ 65,00
Número avulso ... Cr\$ 20,00

PRAIA DE BOTAFOGO, 186/192

Caixa Postal 4081
Rio de Janeiro

EMISSIONES DE CAPITAL

Como já acontecera em 1952, as emissões de capital levadas a efeito pelas sociedades anônimas com sede no Distrito Federal e Estado de São Paulo constituíram no transcurso de 1953 um dos mais expressivos índices da conjuntura econômica nacional.

Os dois maiores centros de capital do país, que englobadamente representam cerca de 70 % do movimento geral, acusaram em 1953 um volume de operações de 17,5 bilhões de cruzeiros, ou seja, um aumento de 8,0 % sobre 1952.

Contrariamente ao ano anterior, as emissões de debêntures autorizadas em 1953 atingiram cifras muito superiores (700 milhões, contra 167 milhões em 1952), embora ainda insignificantes, pois essas operações não têm encontrado entre nós campo favorável. Como meio de financiamento das atividades econômicas, não apresentam elas o grau de receptividade desejado e que se observa em outros mercados mundiais. Nesse particular, o Distrito Federal acusou menor movimento que o Estado de São Paulo: 200 e 500 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Persistiram em 1953 os favores concedidos pela Lei n.º 1474, de 26/11/51, que modificou a do imposto de renda, então em vigor, estabelecendo normas para a elevação de capital realizado até o fim do segundo semestre de 1953, mediante reavaliação do ativo imobilizado, adquirido até 31 de dezembro de 1946. As operações resultantes daquele instrumento legal atingiram a importância de 3,9 bilhões de cruzeiros, assim discrimina-

I - EMISSÕES DE CAPITAL
DISTRITO FEDERAL E ESTADO DE SÃO PAULO
(Em milhões de cruzeiros)

ANOS	SUBSCRIÇÃO EM DINHEIRO	INCORPORAÇÃO DE RESERVAS	REAVALIAÇÃO DE ATIVO
1952	7 943	5 466	2 485
1953	7 848	4 717	3 917
Diferença 1953/52	- 95	- 749	+ 1 432

minada: Distrito Federal, 1,6 bilhões, e Estado de São Paulo, 2,3 bilhões. Durante a vigência do citado dispositivo de lei, estima-se que os capitais das sociedades anônimas sediadas no país e que reajustaram seus capitais, mediante a reavaliação do ativo, elevaram-se de aproximadamente 10 bilhões, dos quais 6,5 bilhões relativos ao Distrito Federal e Estado de São Paulo.

Os QUADROS I e II mostram o vulto das operações realizadas em 1953 nos referidos mercados. Evidenciam outrossim que as subscrições em dinheiro mantiveram a liderança do movimento geral, que as incorporações de reservas ficaram aquém dos quantitativos registrados em 1952 e que as elevações de capital mediante reavaliação de ativo superaram de 57,6 % as de 1952.

A participação governamental em sociedades anônimas foi praticamente nula em 1953. O governo paulista é o único que aparece como subscritor de parte do aumento de capital do Banco do Estado de São Paulo, de 100 para 500 milhões de cruzeiros.

10% - Recav.
15% a 20% - em
man

I I - E M I S S Õ E S D E C A P I T A L E M 1 9 5 3

SOCIEDADES ANÔNIMAS DO DISTRITO FEDERAL E DE SÃO PAULO

ATIVIDADES	NUMERO DE SOCIEDADES				FORMA ADOTADA NO LEVANTAMENTO DO CAPITAL (Em milhões de cruzeiros)									
	Aumento de Capital		Novas Empresas		Subscrição em Dinheiro		Incorporação de Reservas		Revalorização de Ativo		Incorporação de bens ou fusões		Total	
	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo	Rio	São Paulo
Agro-Pecuária ..	3	17	4	14	58	342	-	62	24	45	-	62	82	511
Bancos	21	30	1	1	340	625	34	219	7	5	-	-	381	849
Comércio	151	226	40	79	532	805	381	601	198	73	37	6	1 148	1 485
Indústria	172	431	39	75	948	2 142	553	2 279	1 130	2 119	49	170	2 680	6 710
Imobiliária	32	16	18	27	201	225	78	85	85	2	-	-	364	312
Seguros	6	2	-	-	10	-	68	6	-	40	-	-	78	46
Serviços:														
Escola, Hotel.	4	5	-	5	-	40	-	-	26	4	-	-	26	44
Hospital	1	2	-	1	-	7	-	2	6	-	-	-	6	9
Rádio-Difusão.	-	1	1	-	3	8	-	-	-	-	-	-	3	8
Serv. Públicos:														
Eleticidade...	3	5	2	2	62	445	69	4	-	-	-	-	131	449
Transportes ..	6	2	-	2	65	83	40	-	3	-	-	-	108	83
Diversas	60	63	31	37	333	574	114	122	118	32	6	3	571	731
T O T A L	459	800	136	243	2 552	5 296	1 337	3 380	1 597	2 320	92	241	5 578	11 237
RIO E SÃO PAULO	1 259		379		7 848		4 717		3 917		333		16 815	

EMISSIONES NO DISTRITO FEDERAL

Na Capital da República, 459 sociedades (contra 466 em 1952) elevaram seus capitais de mais 5,6 bilhões de cruzeiros, enquanto as emissões efetuadas no ano anterior atingiam 6,9 bilhões. Fundaram-se no Distrito Federal 136 empresas, com o capital global de 826 milhões de cruzeiros, contra 166, com capital de 1 069 milhões, em 1952.

Na Capital Federal, 45,8 % das emissões foram autorizadas em dinheiro, 24,0 % em incorporação de reservas, 28,6 % com reavaliação de ativo imobilizado e 1,6 % com incorporação de bens ou fusão de outras sociedades.

As operações relativas aos aumentos de capital de maior vulto foram realizadas pelas seguintes sociedades:

ACIMA DE 100 MILHÕES DE CRUZEIROS:

Aumento de capital: Cia. de Cigarros Souza Cruz; Cia. Industrial São Paulo e Rio; Azoto Industrial S.A.; Cia. de Fiação e Tecidos Corcovado.

Novas empresas: Banco Ultramarino Brasileiro.

ENTRE 50 E 100 MILHÕES DE CRUZEIROS:

Aumento de capital: General Electric; S.A. Ford Motor Company Exp. Inc.; International Harvester; Cia. América Fabril; Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.; Cia. Deodoro Industrial; Sears Roebuck S.A. Comércio e Indústria; Indústrias Químicas Farmacêuticas Schering.

Novas empresas: Cia. Brasileira de Participações "Cobrapar"; Cia de Eletricidade Vale de Itabapoana; Valéria Segunda S.A. Participações Industriais.

ENTRE 30 E 50 MILHÕES DE CRUZEIROS:

Aumento de capital: Cia. Fiação e Tecidos Cometa; Cia. Brasileira de Fumo em Folha; OSA "Organização Territorial"; Empresa Granja Paraíso; Miranda Estância S.A. — Agropecuária; Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas; Valéria Segunda; Cia. Nacional Ultragás; Cia. Docas de Santos; Condoroil Tintas S.A.; S.A. Curtume Carioca; Empresa de Serv. Técnicos e Econ. S.A. ESTE; Cia. Brasileira de Roupas; Cia. Predial São Paulo e Rio; Cia. de Navegação São Jorge; Cia. Comercial Candace (Comércio e Indústria); Matheis — Cias. Têxteis.

Novas empresas: Carborundum S.A. Ind. Brasileira de Abrasivos; Indústrias Reunidas Franco-Brasileiras de Máquinas e Automóveis.

EMISSIONES NO ESTADO DE SÃO PAULO

As emissões de capital (inclusive debêntures) efetuadas pelas sociedades anônimas com sede no Estado de São Paulo totalizaram 11,7 bilhões de cruzeiros em 1953, contra 9,2 bilhões em 1952.

No Estado bandeirante 800 empresas (736 em 1952) acresceram seus capitais de mais 11,2 bilhões, superando as emissões do ano anterior de 23,1 %. O número de novas empresas fundadas no transcurso de 1953

atingiu 243, e os respectivos capitais, 1,8 bilhões de cruzeiros, contra 212, com o capital global de 1,1 bilhões, em 1952.

No Estado de São Paulo, 47,1 % das emissões foram procedidas em dinheiro, 30,0 % em incorporação de reservas, 20,7 % com reavaliação de ativo e 2,2 % com incorporação de bens ou fusão de outras sociedades.

Entre as sociedades que elevaram seus capitais, distinguiram-se, pelo vulto, as seguintes:

ACIMA DE 100 MILHÕES DE CRUZEIROS:

Aumento de capital: Cia. Antártica Paulista Ind. Brasileira de Bebidas e Conexos; Banco do Estado de São Paulo; Indústrias Reunidas Mata-razzo; Cia. Nacional de Estamparia; Ind. de Pneumáticos Firestone; Fá-

III - EMISSÕES DE CAPITAL - DISCRIMINAÇÃO POR ATIVIDADE (Em milhões de cruzeiros)

CATEGORIAS	1950		1951		1952		1953	
	Distrito Federal	Estado S. Paulo	Distrito Federal	Estado S. Paulo	Distrito Federal	Estado S. Paulo	Distrito Federal	Estado S. Paulo
AUMENTO DE CAPITAL								
Bancos e Seguros..	132,6	233,0	286,3	259,0	403,3	762,3	309,0	893,6
Comércio	637,5	594,6	929,3	1 045,2	1 400,0	1 409,1	955,7	1 245,9
Imobiliárias	5,3	35,0	59,3	63,7	336,7	137,6	290,8	205,8
Indústrias	503,9	973,2	2 394,2	3 140,3	2 591,1	5 353,2	2 546,4	6 425,3
Serviços Públicos..	224,3	137,3	396,5	138,8	809,5	128,9	184,1	40,2
Diversas	93,7	108,3	155,0	124,5	287,3	259,0	466,3	608,6
TOTAL	1 597,3	2 081,4	4 220,6	4 771,5	5 836,9	8 050,1	4 752,3	9 420,6
NOVAS SOCIEDADES								
Bancos e Seguros..	9,0	15,0	5,0	3,0	74,0	22,5	150,0	1,0
Comércio	67,9	187,5	217,2	256,7	132,8	278,7	192,3	239,2
Imobiliárias	7,4	48,2	81,4	64,4	41,5	116,4	72,8	104,8
Indústrias	125,0	240,6	316,4	702,6	727,6	481,9	216,0	795,6
Serviços Públicos..	10,0	8,0	84,0	14,0	-	5,0	55,0	491,8
Diversas	44,1	117,3	101,2	157,6	93,1	193,4	139,8	183,8
TOTAL	263,4	616,6	805,2	1 198,3	1 069,0	1 096,9	825,9	1 816,2

brica de Tecidos Tatuapé S.A.; Cia. Swift do Brasil S.A.; Ind. Reunidas Irmãos Spina S.A.; Cia. Brasileira de Rhodiaceia Fábrica de Raion.

Novas empresas: Usina Elétrica de Paranapanema S.A.; E. R. Squibb & Sons S.A. Prod. Químicos e Biológicos.

ENTRE 50 E 100 MILHÕES DE CRUZEIROS:

Aumento de capital: Fiação e Tecelagem Estamparia Ipiranga Jafet; Mercados Americanos; Frigorífico Armour do Brasil S.A.; Refinaria Paulista S.A.; Cia. Química Rhodia Brasileira; Tecelagem Paraíba; Cia. Ind. Papéis e Cartonagem; Cia. de Cimento Portland São Paulo; Fiação Brasileira de Raion Fibra; Cia. M. de Transportes Coletivos; Metalúrgica

Paulista; Banco do Trabalho Italo-Brasileiro S. A.; Ind. Klabin do Paraná de Celulose S. A.; Cia. Brasileira Pavimentação e Obras; Metalúrgica Matarazzo S. A.; Cia. Agrícola e Industrial Cicero Prado; Frigorífico Wilson do Brasil; Cia. Fabril de Juta Taubaté; Três Leões Cia. de Comércio Ind. e Representações; Inds. José João Abdalla S. A.

Novas empresas: King Ranch do Brasil S. A. (Agropastoril); Caçá Cia. Agrícola e Colonizadora Mad. S. A.

INTERAMERICANA
de Financiamento e Investimentos S. A.
BANQUEIROS DE INVESTIMENTOS

Rio de Janeiro

São Paulo

Avenida Rio Branco 81 - 4.º andar

Rua Álvares Penteado 218 - 5.º andar

INTERAMERICANA É CONSTITUÍDA DAS SEGUINTE
INSTITUIÇÕES:

BANCO BOAVISTA

BANCO MOREIRA SALLES

BANCO DA BAHIA

BANCO BRASILEIRO PARA A AMÉRICA
DO SUL

BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE
MINAS GERAIS

BANCO ECONOMICO DA BAHIA

BANCO MERCANTIL DE NITERÓI

BANCO DO COMERCIO E INDUSTRIA DE
SÃO PAULO

BANCO PORTUGUES DO BRASIL

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO

BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO

BANCO DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL

BANCO SUL AMERICANO DO BRASIL

THE CHASE BANK

INTERNATIONAL BASIC ECONOMY COR-
PORATION

DIRETORIA:

BARÃO DE SAAVEDRA

Director Superintendente do

Banco Boavista S. A.

THEODORO QUARTIM BARBOSA

Director Superintendente do

Banco do Comércio e Indústria

de São Paulo S. A.

CHARLES EMMETT WADDELL

Director da

Anderson Clayton Cia. Ltda.

ERNESTO G. FONTES

ERNESTO G.
Presidente do

Banco Português do Brasil S. A.

EDUARDO DA SILVA RAMOS

Vice-Presidente do

Banco Moreira Salles S. A.

GEORGE WASHBURN

Diretor-Gerente da

Interamericana de Financiamento e
Investimentos S. A.

INVESTIMENTOS E EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Os investimentos públicos programados nos orçamentos da União, Estados e Municípios para o exercício de 1953 totalizavam cerca de 16 bilhões de cruzeiros, dos quais 10,2 bilhões pertencentes ao Governo Federal. Entretanto, por força da continuidade da política de saneamento das finanças públicas, imposta aos governos pela insuficiência dos recursos tributários carregados para os respectivos tesouros, substanciais parcelas destinadas às obras tiveram sua realização sustada a fim de atenuar os deficits das execuções orçamentárias. Assim, do total acima assinalado, aproximadamente 1/5 deixou de ser aplicado no transcurso de 1953.

Os financiamentos programados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em moeda estrangeira e nacional, no montante respectivo de US\$ 387 329 000,00 e Cr\$ 14 369 941 000,00, discriminam-se da seguinte maneira:

SETORES	US\$ (1 000)	CR\$ (1 000)
Ferroviário	145 979	7 671 146
Energia	129 746	4 602 810
Rodoviário	6 661	—
Portuário	37 811	1 080 985
Navegação	29 147	417 000
Agrícola	27 125	206 000
Industrial	10 860	392 000
	<hr/> 387 329	<hr/> 14 369 941

Dêse total, já foram assinados contratos de financiamento por parte do Banco Internacional, Eximbank e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no valor de 162 196 000 dólares e 4 994 974 000 de cruzeiros, inclusive os mais recentes empréstimos concedidos à Central do Brasil, para beneficiar a zona suburbana da Estrada, e à Usina Hidrelétrica do Salto Grande, no Estado de São Paulo.

Ao se encerrarem os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em fins de 1953, foi procedida a entrega dos dois últimos projetos elaborados atinentes ao reequipamento da Estrada de Ferro Araraquara e ao sistema de bitola métrica da Central do Brasil, orçados em 8,8 milhões de dólares e 19,5 milhões de cruzeiros relativamente à primeira, e 1,8 milhões de dólares e 588,4 milhões de cruzeiros à segunda.

Para o exercício de 1954 os investimentos públicos assumem valores bem elevados. Paralelamente às inversões do Governo Federal, através do Orçamento ordinário, outros empreendimentos de vulto estão programados para o corrente ano. Além dos 14,1 bilhões de cruzeiros consignados no Orçamento da União, o Governo do Estado de São Paulo tem comprometidos, para atender os gastos de sua Secretaria de Viação e Obras Públicas, 3,0 bilhões; a Municipalidade da Capital paulista, mais 0,5 bilhões;

o Governo sul-riograndense, a par dos gastos ordinários do seu orçamento, aprovou um plano de obras, serviços e equipamentos, estando para isso autorizado a contrair empréstimos com estabelecimentos de crédito, Caixas Econômicas, autarquias, empresas particulares ou instituições de previdência do país até o limite de 3,0 bilhões de cruzeiros; e a Municipalidade da Capital Federal tem consignados em seu orçamento cerca de 1,5 bilhões para obras públicas. Todavia, além dessas inversões, cujo montante previsto atinge 22,1 bilhões de cruzeiros, os investimentos relativos à Petrobrás (2,5 bilhões), Plano Nacional de Eletrificação (2,0 bilhões), Plano Nacional do Carvão (400 milhões), expansão de Volta Redonda (300 milhões), ampliação da Companhia do Vale do Rio Doce (126 milhões) e aplicação do Fundo Rodoviário Nacional (2,0 bilhões) elevarão provavelmente as inversões governamentais em 1954 ao expressivo nível de 29,0 bilhões de cruzeiros. Isto, sem levar em conta os empreendimentos da mesma natureza que se realizam nos Estados e Municípios, inclusive Minas Gerais que, como se sabe, executa um vasto programa de inversões públicas, principalmente em energia elétrica e vias de acesso rodoviário.

O vulto dos gastos orçados para 1954 suplanta largamente o dos de 1953. Relativamente às despesas orçamentárias da União, o acréscimo previsto para este ano ultrapassa as inversões de 1953 em 38,2 %. Paralelamente nenhuma alteração foi prevista para a política tributária de forma a evitar que o vulto das inversões programadas juntamente com as que serão realizadas pelo setor privado venham contribuir para o agravamento da pressão inflacionária.

Alguns dos empreendimentos citados, como a Petrobrás e o Plano Nacional de Eletrificação, devem ser postos em execução a partir do ano em curso. Para o primeiro já estão previstos recursos próprios, o que não se verifica com o segundo, porquanto o Congresso ainda não ultimou a votação do projeto de lei que dispõe sobre a matéria, apesar de constituir ponto pacífico a autorização a ser concedida ao Executivo, pelo mesmo projeto, no sentido da obtenção de adiantamentos no Banco do Brasil por conta de receita futura (1955).

Como as inversões procedidas pelos Estados e Municípios, dependentes comumente de operações de financiamento, encontram por vezes sérios empecilhos no levantamento dos recursos, pois os mercados de títulos públicos não oferecem, atualmente, possibilidades às novas emissões, são os Governos forçados a recorrer a operações de crédito com as Caixas Econômicas e Banco do Brasil. Daí, esperar-se que o montante dos gastos previstos fique muito aquém das estimativas e, portanto, mais de acordo com a real capacidade do Tesouro Público.

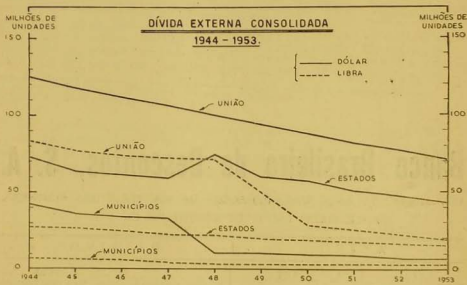
DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Externa — A dívida externa consolidada do país não apresentou em 1953 nenhum resgate extraordinário. A redução do saldo resultou tão somente do plano normal de operações.

O saldo em libras da dívida pública da União, Estados e Municípios no exterior, que em 31 de dezembro de 1952 atingiu 40,4 milhões, reduziu-se em fins de 1953 a 35,6 milhões.

Os compromissos dos mesmos governos em dólares passaram de 131,4 milhões em fins de 1952 a 120,8 milhões em 31/12/53.

Nos últimos dez anos a dívida externa consolidada nacional em libras sofreu uma redução de 83,9 milhões, e a em dólares, de 119,5 milhões, respectivamente.



Em moeda nacional o saldo existente em fins de 1953 alcançava 4,2 bilhões de cruzeiros, ou seja, menos 400 milhões que o circulante no ano anterior.

Em face dos resgates extraordinários efetuados em 1949 e 1950, a dívida em libras da União reduziu-se grandemente, passando de 71 milhões de libras naquele último ano a cerca de 19 milhões em fins de 1953. Todavia, os débitos dos Estados e Municípios, quer em dólares, quer em libras, apresentaram nesse período reduções menos sensíveis, o mesmo acontecendo com o passivo da União em dólares (ver GRÁFICO).

Do saldo total existente em 31 de dezembro último, 56% eram relativos à União, 39% aos Estados e 5% aos Municípios.

Dívida Interna — A dívida interna consolidada mereceu em 1953 especial atenção do governo. Acaba de ser remetido ao Congresso Nacional ante-projeto de lei dispondo sobre um plano de resgate de toda a dívida

interna até o montante de 60 bilhões de cruzeiros, dos quais cerca de 10 bilhões, relativos à dívida consolidada, e outro tanto, à dívida flutuante, além do débito aos Institutos de Previdência superior a dez bilhões, são pertinentes à União.

Tal como sucede à União, a dívida do Governo do Estado de São Paulo, quer a fundada quer a flutuante, assume valores particularmente altos. Na Mensagem que acompanhou o ante-projeto de lei orçamentária à Câmara Legislativa do Estado, o governador paulista ressalta o seu vulto — 25,0 bilhões de cruzeiros —, dos quais 5,8 bilhões são relativos à dívida fundada e os restantes 19,2 bilhões à flutuante. Embora as disponibilidades nessa ocasião atingissem 2,2 bilhões de cruzeiros, o saldo resultante era por demais grande para um Estado que propunha um orçamento de despesa correspondente a 1/3 do votado para a União, no corrente exercício.

Banco Brasileiro de Descontos, S. A.

RESUMO DO BALANÇO DAS OPERAÇÕES DA MATRIZ E DAS AGÊNCIAS.
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

A T I V O		P A S S I V O	
	Cr\$		Cr\$
Caixa e bancos e letras do Tesouro ..	436.932.180,40	Capital e reservas ..	246.000.000,00
Títulos descontados ..	2.337.934.613,70	Depósitos	2.625.366.020,10
Agências	783.813.316,50	Agências	740.791.911,40
Correspondentes ..	16.366.398,80	Correspondentes ..	10.859.450,10
Apólices e obrigações federais ..	38.937.417,00	Ordens de pagamento e outros créditos ..	139.502.598,20
Imóveis e móveis ..	142.551.995,30	Contas de resultados ..	44.674.535,30
Outros créditos ..	50.658.288,40	Contas de compensação	1.416.570.459,90
Contas de resultados ..	— \$ —		
Contas de compensação ..	1.416.570.459,90		
Total	5.223.764.970,00	Total	5.223.764.970,00

aa) — Dr. J. CUNHA JUNIOR, Diretor-Presidente — Galdino Alfredo de Almeida Junior, Diretor Vice-Presidente — Amador Aguiar, Diretor-Superintendente — Donato Francisco Sassi, Diretor-Gerente — Luiz Silveira, Diretor-Adjunto — Laudo Natél, Diretor-Adjunto — Mário Vissoto, Contador Geral (C.R.C. 19.053).

BÔLSAS DE VALORES

O movimento geral das transações efetuadas nas duas maiores bolsas de valores do país — Rio de Janeiro e São Paulo — atingiu em 1953 a cifra recorde de 3,9 bilhões de cruzeiros.

I - MOVIMENTO DAS BÔLSAS DE VALORES
(Em milhares de cruzeiros)

ANOS	RIO DE JANEIRO ⁽¹⁾				S Ã O P A U L O			
	TÍTULOS PÚBLICOS		TÍTULOS PARTICULARES		TÍTULOS PÚBLICOS		TÍTULOS PARTICULARES	
	Valor nominal	Valor de venda	Valor nominal	Valor de venda	Valor nominal	Valor de venda	Valor nominal	Valor de venda
1950	902 721	691 152	355 667	349 163	1 708 814	1 013 340	402 390	437 985
1951	696 403	519 239	442 239	522 486	1 757 835	1 222 665	431 719	505 667
1952	806 252	608 804	361 864	473 983	1 009 568	705 439	464 847	547 816
1953	793 253	596 983	672 396	1 261 379	1 631 916	1 255 471	667 822	814 844

(1) Inclusive as vendas em leilão, judiciais e a prazo.

(*) Dados sujeitos a retificação.

Tais operações, que representam cerca de 96 % do movimento total do país, superaram de 68,2 % as de 1952; por outro lado, o volume dos títulos públicos e particulares negociados acusou, em relação ao ano anterior, uma elevação de 40,9 % e 103,1 %, respectivamente.

II - 1953 - BÔLSA DE VALORES DO DISTRITO FEDERAL
(Em milhões de cruzeiros)

MESES	TÍTULOS PÚBLICOS			TÍTULOS PRIVADOS		
	Valor nominal	Valor venal	Depreciação média	Valor nominal	Valor venal	Depreciação ou valorização
Janeiro ...	41 998	32 977	21,5	30 581	36 799	+ 20,3
Fevereiro...	45 149	34 953	22,6	17 739	20 396	+ 15,2
Março	66 134	49 028	25,9	30 821	34 117	+ 10,0
Abril	73 837	54 118	26,7	54 829	88 556	+ 60,9
Maior	69 513	50 972	26,7	107 759	196 691	+ 83,2
Junho	68 517	50 772	25,9	40 098	45 549	+ 12,5
Julho	76 797	57 558	25,0	27 426	32 431	+ 18,5
Agosto	76 442	57 070	25,4	43 295	50 748	+ 18,6
Setembro ..	63 590	46 535	26,8	55 689	130 966	+ 133,9
Outubro ...	64 042	47 152	26,4	156 394	513 309	+ 228,8
Novembro ..	72 173	54 446	24,6	45 806	55 087	+ 19,5
Dezembro ..	75 061	61 402	18,2	61 959	56 730	- 8,4
TOTAL	793 253	596 983	24,7	672 396	1 261 379	+ 87,6

Na Bolsa do Rio de Janeiro, onde indubitavelmente vem predominando maior movimentação de títulos particulares, as transações totais alcançaram 1 858 milhões de cruzeiros, contra 1 083 milhões em 1952. Esta expansão

resultou unicamente do desenvolvimento das negociações dos títulos privados que, em relação às vendas de 1952, aumentaram de 166,0 %, enquanto o montante das transações dos títulos públicos se reduzia de 2,0 %, atingindo 597 milhões de cruzeiros.

A participação dos títulos privados no cômputo geral das vendas foi bem significativa em 1953, alcançando 67,9 %.

O rendimento médio das ações particulares melhorou muito, chegando a 87,6 % (contra 30,9 % em 1952), embora essa elevação resulte, especialmente, de uma operação realizada em outubro por uma empresa fornecedora de gás, cujas ações são altamente valorizadas.

A taxa média de depreciação dos títulos públicos também apresentou melhoria, conquanto ligeira (24,7 % contra 25,4 % em 1952). Manteve-se

III - 1953 - BÔLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

(Em milhões de cruzeiros)

MESES	TÍTULOS PÚBLICOS			TÍTULOS PRIVADOS		
	Valor nominal	Valor venal	Depreciação média	Valor nominal	Valor venal	Depreciação ou valorização
Janeiro ...	57 674	41 162	26,9	32 282	36 090	+ 12,5
Fevereiro..	53 592	37 415	30,2	38 662	37 319	- 3,5
Março	91 100	63 841	30,0	30 392	34 192	+ 12,5
Abril	56 781	38 567	32,1	62 897	66 714	+ 6,0
Maió	45 863	30 841	32,7	49 374	54 315	+ 10,0
Junho	59 167	38 179	35,3	61 839	100 622	+ 62,7
Julho	61 325	38 458	37,3	74 518	69 881	+ 6,6
Agosto	85 191	54 586	35,9	60 456	72 870	+ 20,5
Setembro ..	139 647	107 965	22,9	52 838	71 703	+ 35,8
Outubro ...	415 847	344 747	17,0	81 300	124 792	+ 53,4
Novembro ..	282 729	229 784	18,8	38 264	41 620	+ 8,8
Dezembro ..	283 000*	229 926	19,0	85 000*	104 726	+ 23,2
TOTAL	1 631 916*	1 255 471	23,1	667 822*	814 844	+ 22,0

(*) Estimativa.

assim um rendimento praticamente estável que, para as apólices e obrigações federais, vem sendo em média de 7 %.

Na Bôlsa de Valores de São Paulo o volume das transações somou 2 070 milhões de cruzeiros, ou seja, 65,2 % a mais que em 1952.

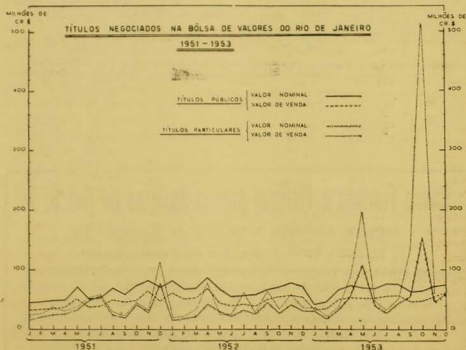
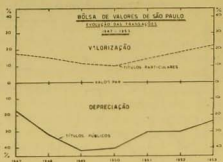
Foi evidente o predomínio dos títulos públicos na Bôlsa paulista, em razão do aparecimento, a partir de setembro, em pregão público, dos chamados Bônus Rotativos emitidos pelo governo do Estado. Basta dizer que em sômente três meses e meio o valor das vendas desses títulos subiu a

754 milhões de cruzeiros, isto é, 60 % das operações referentes aos títulos públicos.

Dada a fraca interconexão dos dois maiores mercados de valores do país, os títulos públicos paulistas (Bônus Rotativos) quase não alcançaram a Bolsa da Capital Federal, o que propiciou maior afluxo dos títulos particulares a esta.

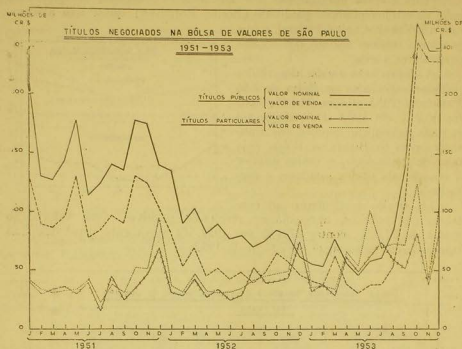
A depreciação média dos títulos públicos negociados na Bolsa de São Paulo em 1953 atingiu 23,1 %, contra 30,2 % em 1952. Tal redução foi causada pelo forte impacto das transações com os Bônus na Bolsa, cuja taxa de depreciação é muito inferior à dos demais títulos estaduais e municipais.

Os títulos particulares, ao contrário dos públicos, apresentaram resultados positivos: uma valorização média de 22,0 %, contra 17,8 % em 1952. O movimento geral das suas transações ultrapassou de 48,7 % o de 1952.



Além do movimento total de transações, de 3,9 bilhões de cruzeiros, foram efetuados nas duas maiores Bolsas do país leilões de divisas no montante de 2,6 bilhões, o que elevou o movimento financeiro a 6,5 bilhões

de cruzeiros. É provável que em 1954 se alcance a extraordinária cifra de 18 bilhões de cruzeiros.



Banco Francês e Italiano para a América do Sul S. A.

MATRIZ: São Paulo — Rua 15 de Novembro, 213

FILIAIS: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos

AGÊNCIAS: São Paulo — Ag. urbana n.º 1, Rua Santa Rosa, 429.
Ag. urbana n.º 2, Rua do Arouche, 123. Ag. urbana n.º 3, Rua Bráulio
Gomes, 143. Ag. urbana n.º 4, Rua Maria Marcolina, 70 (Brás)
Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 326; Rua Rodolfo Dantas, 40-A
Araraquara, Botucatu, Campinas, Jaú, Londrina,
Ribeirão Preto, São Carlos

Correspondente da BANQUE FRANÇAISE & ITALIENNE
POUR L'AMÉRIQUE DU SUD

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado da execução orçamentária da União em 1953, apesar de deficitário, evidenciou grande compressão nos gastos.

A despesa do exercício, estimada pela respectiva lei de meios em 34 bilhões de cruzeiros, vieram juntar-se os gastos proporcionados pelo Abono de Emergência e outras vantagens concedidas ao funcionalismo civil da União, calculados aproximadamente em quatro bilhões de cruzeiros e que não foram em tempo incorporados ao orçamento ordinário. Somaram-se a essa despesa os especiais transferidos de outros exercícios e os abertos no transcurso de 1953, num total de cerca de três bilhões de cruzeiros. Destarte, os dispêndios previstos poderiam alcançar 41 bilhões de cruzeiros, ensejando elevadíssimo deficit, porquanto a receita, apesar de ter alguns de seus impostos reajustados (consumo e sêlo), acusava, em razão do acentuado declínio das arrecadações nas alfândegas, um modesto incremento em relação aos quantitativos recolhidos em 1952, não devendo por isso superar 35,5 bilhões de cruzeiros. Entretanto, a austeridade posta em prática pelas autoridades financeiras governamentais possibilitou que o exercício financeiro de 1953 fôsse encerrado com o deficit de cerca de 1,5 bilhões de cruzeiros somente.

Os gastos orçamentários realizados pela União em 1953 ultrapassaram os do exercício anterior em 30%, enquanto a receita geral arrecadada aumentava somente de uns 15% em relação à de 1952.

Em ordem de grandeza, os grandes impostos propiciaram as seguintes arrecadações aproximadas: impôsto de renda, 12 bilhões de cruzeiros; impôsto de consumo, 11 bilhões; impôsto de sêlo 3,8 bilhões, e o de importação, 1,4 bilhões (estimado em 2,4 bilhões). Comparativamente às arrecadações processadas em 1952, os tributos acima assinalados apresentaram as variações a seguir: renda, + 20%; consumo, + 22%; sêlo, + 27%, e importação, — 42%.

O Estado de São Paulo, que possui o segundo orçamento público do país (40% dos orçamentos estaduais), apresentou em 1953 situação semelhante à de 1952, isto é, execução altamente deficitária de seu orçamento. No ano passado, em face dos dados disponíveis, o deficit do exercício atingiu provavelmente 4,5 bilhões de cruzeiros, enquanto a finalização das contas orçamentárias apuradas em balanço e relativas ao exercício de 1952 indica um saldo passivo do mesmo vulto.

A arrecadação do seu maior tributo — vendas e consignações (63% do total) — atingiu 7,2 bilhões de cruzeiros em 1953, ou seja + 14% sobre o ano anterior.

A despesa atingiu aproximadamente 16 bilhões de cruzeiros, contra 14,4 bilhões em 1952.

Relativamente à Prefeitura do Distrito Federal, a execução de seu orçamento deixou em 1953 um saldo negativo superior a um bilhão de cruzeiros, alcançando a despesa mais de 6 bilhões de cruzeiros e a receita uns 5 bilhões. Até novembro, para melhor situar a posição das contas da Municipalidade, o total da despesa autorizada para o exercício era de 5,9

bilhões de cruzeiros. Entretanto, apesar da despesa empenhada alcançar no fim desse período 5 bilhões de cruzeiros, os gastos efetuados atingiam tão somente 3,9 bilhões. Nessa mesma ocasião, a arrecadação da receita orçamentária somava 4,5 bilhões, indicando isto que a Municipalidade executava o respectivo orçamento dentro das possibilidades do Tesouro. Todavia, além dos compromissos a saldar, que na época citada montavam a 2 bilhões de cruzeiros, tinha ainda o Governo Municipal de executar parte de um vultoso crédito especial de cerca de 1 bilhão de cruzeiros aberto e dependendo de registro do seu Tribunal de Contas.

O maior tributo municipal — o imposto de vendas e consignações — acusou uma arrecadação de 2,3 bilhões, ou seja, 18,8% a mais do que em 1952 e inferior à sua estimativa orçamentária.

A execução orçamentária da Municipalidade da Capital do Estado de São Paulo apresentou resultado satisfatório em 1953. O seu orçamento, que é o mais vultoso de todos os municípios brasileiros (44%), estimava a despesa em 2,1 bilhões e a receita em 2,0, deixando antever um pequeno déficit de 100 milhões de cruzeiros. Entretanto, na execução a receita superou a estimativa (até outubro, 92% já haviam sido arrecadados), e a despesa, apesar de fixada em 2,1 bilhões, tinha até outubro empenhados somente 1,3 bilhões, além dos 308 milhões pertinentes a créditos adicionais. Assim, até outubro a situação financeira relativa ao orçamento do exercício apresentava-se do seguinte modo: receita arrecadada, 1,8 bilhões; despesa efetuada, 1,6 bilhões, o que ensejava, na ocasião, um saldo orçamentário de 200 milhões de cruzeiros. Até o término do exercício a receita orçamentária totalizou cerca de 2,2 bilhões, e a despesa, cifra aproximada.

Os orçamentos acima assinalados representam pouco mais de 80% dos orçamentos da União, Estados e Municípios reunidos. Isto pôsto, avalia-se que os gastos orçamentários dos três níveis de governo alcançaram aproximadamente 75 bilhões de cruzeiros em 1953 deixando um déficit global de 8 bilhões de cruzeiros.

Para o exercício de 1954 as estimativas orçamentárias fixam os gastos da União, Estados e Municípios em cerca de 85 bilhões de cruzeiros, com a seguinte participação: União, 54%; Estados, 39% e Municípios, 7%, contra respectivamente, em 1953, 50%, 43% e 7%.

No ano passado os Municípios tiveram suas receitas elevadas de um bilhão de cruzeiros, em razão da cota de 10% sobre o imposto de renda (Federal) que a União lhes transfere por força de dispositivo constitucional. Para o exercício de 1954, os governos municipais deverão receber 1,2 bilhões da mesma origem, contribuição essa que em média representará mais de 35% da receita das municipalidades brasileiras.

SEGUROS

Os resultados apurados pelas companhias de seguros refletem comumente a situação econômica geral. Nos nove meses iniciais do ano transato a receita global de prêmios auferidos pelas empresas continuou a aumentar em escala praticamente igual à do exercício anterior segundo revela o imposto pago (1952/3: + 13,4% e 1951/2 até outubro: + 12,6%).

De conformidade com a legislação em vigor, as companhias tiveram pela primeira vez que recolher a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico cerca de Cr\$ 205 milhões (25% do aumento das reservas técnicas entre 1951 e 1952). Essa importante inovação repercutiu de modo sensível sobre a orientação seguida em relação às demais inversões.

A aquisição de bens de raiz, sítos no Distrito Federal e em São Paulo, ficou restrita nos dez meses iniciais à importância de Cr\$ 24,3 milhões, contra Cr\$ 67,9 milhões no ano anterior. As vendas de propriedades imobiliárias das empresas dos ramos de seguros e capitalização permaneceram estáveis (Cr\$ 40,9 milhões em 1952 até outubro e Cr\$ 41,1 milhões no exercício subsequente). Como resultado final das transações acima descritas, apurou-se para 1953 um desinvestimento de Cr\$ 16,8 milhões, em contraste com uma aplicação de capital de Cr\$ 40,9 milhões em igual período do ano precedente.

Também a concessão de empréstimos garantidos por bens de raiz diminuiu muito. No Distrito Federal, as companhias realizaram apenas 71 novas hipotecas por Cr\$ 46,5 milhões, contra 140 no valor de Cr\$ 105,3 milhões em 1952 (10 meses).

COMPANHIA TÉCNICA E COMERCIAL DE ELETRICIDADE

“ELETRICAL”

Sucessora da filial no Brasil e representante da

S. A. Ateliers de Constructions Electriques

DE

CHARLEROI

MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL

ESTUDOS E INSTALAÇÕES TÉCNICAS



Escritório Central: SÃO PAULO — Rua Florêncio de Abreu, 474 — Telefones: 35-1146, R. interna

Filial: RIO DE JANEIRO — Praça da República, 75 — Telefones: 22-4068, 22-4898, 42-7256

Filial: PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, 60 — Telefone: 5842

Endereço Telefônico: “Electrical”

MERCADO IMOBILIÁRIO

Aspecto geral — No Distrito Federal e em São Paulo o número de imóveis negociados diminuiu em escala regular, comparativamente ao ano de 1952. Continuou assim a manifestar-se uma retração já observada em períodos anteriores na capital do país. Contudo, o montante aplicado em bens de raiz sítos nas duas mais importantes cidades do Brasil ultrapassou em 1953 a importância de Cr\$ 5,1 bilhões. Esse fato comprova que o investimento imobiliário ainda é, em nosso meio, uma das formas preferidas de empate de capital.

I - PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NO DISTRITO FEDERAL - 1952/1953
(Em milhões de cruzeiros)

CATEGORIA	1 9 5 3		1 9 5 2		% DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Prédios	3 200	1 258,5	4 260	1 442,6	- 25	- 13
Terrenos	2 622	643,2	3 544	654,4	- 26	- 2
Apartamentos	2 828	979,8	3 178	987,7	- 11	- 1
T O D O S	8 650	2 881,5	10 982	3 084,7	- 21	- 7

A aquisição de bens de raiz por parte de pessoas físicas apresentou razoável expansão. As diversas pessoas jurídicas em conjunto figuram apenas como compradores, por quantia total praticamente idêntica à apurada em 1952, o que, em face das cotações crescentes, representa uma diminuição do valor real dos respectivos bens.

A elevação dos preços de imóveis foi, em geral, superior ao aumento dos preços de atacado ou custo da vida. Em São Paulo a valorização relativa de 1952 para 1953 alcançou quase o dôbro da observada no Distrito Federal. Na capital bandeirante a cotação de prédios cresceu, entretanto, com mais intensidade que no Rio de Janeiro, sucedendo o inverso com o valor atribuído a terrenos.



da taxa de juros foi amplamente compensado pela concessão de prazo mais longo destinado à amortização.

Distrito Federal — Durante o ano foram negociados 8 650 prédios, terrenos e apartamentos, no valor de Cr\$ 2,9 bilhões. Houve o declínio de

O crédito imobiliário não foi suficiente para incentivar um movimento de compra e venda em alto nível. A diminuição do montante de novas hipotecas afetou em maior escala as pessoas físicas desejosas de contrair empréstimo do que as diversas instituições. Um ligeiro aumento

21% em relação ao número global de imóveis vendidos em 1952. O capital empregado foi inferior em Cr\$ 200 milhões ao do período precedente, equivalendo, porém, à cifra de 1951. Pela primeira vez, observa-se maior quantidade de apartamentos que de terrenos vendidos. A valorização média entre 1952/3 foi de 18%. Para as diversas categorias alcançou os seguintes coeficientes:

Terrenos: 32% Prédios: 16% Apartamentos: 11%

São Paulo — A quantidade de imóveis negociados em São Paulo até outubro foi cerca de 10% inferior à de 1952. Mesmo assim, a quantia total aplicada (Cr\$ 1,8 bilhões) superou a de 1952 pela margem de 21%. A valorização média entre esses dois períodos alcançou 34%.

II - TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM SÃO PAULO - SÉRIAS PAGAS DE JANEIRO A OUTUBRO 1952/53
(Em milhões de cruzeiros)

CATEGORIA	1 9 5 3		1 9 5 2		% DE AUMENTO (+) OU DIMINUIÇÃO (-)	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Prédios	2 714	1 240,8	3 459	1 082,6	- 22	+ 15
Terrenos	1 641	459,2	1 398	342,2	+ 17	+ 34
Apartamentos	242	93,7	160	36,0	+ 51	+ 67
T O D O S	4 597	1 793,7	5 017	1 480,8	- 10	+ 21

As vendas de prédios tornaram-se menos freqüentes (— 22%), ao passo que as compras de apartamentos aumentaram substancialmente (+ 51%), e as de terrenos, de forma moderada (+ 17%).

Daí se conclui haver crescido o interesse pelos imóveis em função inversa da valorização, que foi de:

Prédios: 47% Terrenos: 15% Apartamentos: 11%

Hipotecas — Diminuiu na escala de 25% o montante aplicado em empréstimos garantidos por bens de raiz no Distrito Federal, que baixou de Cr\$ 1,4 bilhões em 1952 para Cr\$ 1,1 bilhões no ano recém-findo. O número dessas operações sofreu, porém, um decréscimo de apenas 17% (2,6 mil em 1952, contra 2,2 mil em 1953), o que indica uma quantia média inferior de cada operação. Realmente, esta — em oposição aos preços crescentes de prédios, terrenos e apartamentos — passou de Cr\$ 541 mil em 1952 a Cr\$ 490 mil em 1953 (— 9%).

Os empréstimos a prazo médio apresentaram o menor declínio quantitativo (8%), e os de longa duração a mais moderada redução de capital (9%).

As pessoas físicas que adquiriram bens de raiz no Distrito Federal empregaram em 1953 um total de Cr\$ 2,3 bilhões. Foram-lhes, outrossim, concedidas hipotecas no valor de Cr\$ 667,3 milhões. Houve portanto uma cobertura, mediante empréstimos, de 29% do custo global convencionado (36% em 1952).

Pessoas jurídicas figuraram como devedores de Cr\$ 402,5 milhões de hipotecas realizadas no ano (38% do total). Mais de metade dessas ope-

rações de crédito efetuou-se em janeiro e fevereiro. As indústrias de diversos ramos foi atribuída a importância de Cr\$ 288 milhões de financiamentos garantidos por bens de raiz; a instituições de fins não lucrativos, Cr\$ 43 milhões; a empresas imobiliárias, Cr\$ 41 milhões; e o restante, a diversas outras entidades.

A taxa média de juros, que se afigura como preço do dinheiro, aumentou apenas de 9,5% em 1952 a 9,7% em 1953. Essa alteração só será expressiva se considerarmos que simultaneamente o prazo médio de amortização do principal cresceu de 9,8 anos para 11,6 anos. Os devedores hipotecários pagam portanto, por uma dilatação de quase dois anos do prazo contratual, um acréscimo de somente 2,1% dos juros efetivos.

III - COMPRADORES E VENDEDORES DE IMÓVEIS NO DISTRITO FEDERAL E EM SÃO PAULO
JANEIRO A OUTUBRO DE 1952/1953
(Em milhões de cruzeiros)

COMPRADOR OU VENDEDOR (1)	1 9 5 3			1 9 5 2		
	COMPRAS (2)	VENIDAS (3)	SALDO (2) - (3) (4)	COMPRAS (5)	VENIDAS (6)	SALDO (5) - (6) (7)
Particulares	3 343,0	3 169,6	173,4	3 034,9	2 857,0	177,9
Empresas Imobiliárias e Bancos	310,7	414,8	- 104,1	225,4	326,3	- 100,9
Comércio e Indústria	312,3	196,3	116,0	326,2	276,0	50,2
Companhias de Seguros ou Capitalização e Institutos de Previdência Social	71,5	67,3	4,2	143,5	53,1	90,4
Espólios	-	239,5	- 239,5	-	212,3	- 212,3
Outros	124,2	74,2	50,0	114,0	119,3	- 5,3

Preços — Segundo se depreende do GRÁFICO, os preços de prédios, terrenos e apartamentos, examinados em conjunto, aumentaram mais intensamente em São Paulo que no Distrito Federal. Na capital da República foram, porém, mais bruscas as alterações dos valores sucessivamente atribuídos aos bens de raiz. Observa-se outrossim que a taxa de juros de novos empréstimos realizados no Rio de Janeiro mostrou, geralmente, tendência a alta quando as cotações imobiliárias diminuía, e à baixa, quando cresciam.

Compradores e vendedores — O valor dos imóveis adquiridos por pessoas físicas no Distrito Federal e em São Paulo, até outubro, superou pela margem de 10,2% o total registrado em 1952, enquanto a importância global referente aos bens de raiz comprados por pessoas jurídicas cresceu apenas 1,2%. Entre estas, as empresas imobiliárias e os bancos intensificaram os investimentos em escala superior (+ 37,8%) ao aumento de vendas das suas propriedades (+ 27,1%). As companhias de seguros ou capitalização e as instituições de previdência social restringiram drasticamente a aplicação de capital em imóveis (- 50,2%) e, ao mesmo tempo, realizaram maior volume de vendas (+ 26,7%). As firmas comerciais e industriais passaram a ser compradores e vendedores menos importantes (decréscimo do montante: 4,3% e 28,9% respectivamente).

Em consequência dessas alterações, verificaram-se também mudanças substanciais no saldo das operações acima mencionadas (compras menos vendas), em relação ao ano precedente. Para o comércio e a indústria, em conjunto, o valor desse saldo, que fornece uma indicação aproximada do aumento patrimonial em imóveis, cresceu de mais de 130% ; para as empresas de seguros ou capitalização e as instituições de previdência social, tal diferença diminuiu a menos de 5% da quantia anterior. Essas observações mostram ter havido condições bem diferentes para as entidades de ramos diversos e que, conseqüentemente, a orientação seguida pelas pessoas jurídicas em relação a investimentos imobiliários variou fortemente de um grupo para outro.

IV - EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS REALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL EM 1952/1953
(Em milhões de cruzeiros)

P R A Z O (anos)	1 9 5 3		1 9 5 2		% DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Até 5	463	239,4	744	506,0	- 38	- 53
6 a 15	1 053	650,7	1 148	724,5	- 8	- 10
16 ou mais	666	179,7	744	195,3	- 10	- 9
T O D O S	2 182	1 069,8	2 636	1 425,9	- 17	- 25

Efeitos do novo regulamento cambial — Uma influência indireta das normas monetárias baixadas em outubro pôde ser notada a partir de novembro. Nos dois meses finais do ano tornaram-se mais freqüentes as transações de prédios situados nas zonas mais valorizadas e as vendas de apartamentos concluídos, sem que, ao mesmo tempo, aumentasse o nível geral de financiamento. É que, temendo uma ulterior redução do poder aquisitivo da moeda, capitais disponíveis, pertencentes a pessoas físicas, foram aplicados em bens imóveis de custo unitário elevado ou de renda promissora.

Perspectivas — O movimento do mercado imobiliário em 1954 será determinado pelo poder aquisitivo interno do cruzeiro, disponibilidade de economias privadas, facilidade de empréstimos hipotecários, ritmo de expansão da indústria e outros fatores de menor importância. Um aumento ulterior dos preços criaria, segundo a experiência do passado, maior interesse pelo investimento imobiliário. O total de numerário diretamente aplicável e de capital mobilizável em forma de financiamento estabelecerá o máximo de compras e vendas. O investimento em bens de raiz pela indústria e o comércio pode, sob condições propícias, alcançar 10% do movimento global (em valor) e assim influir decisivamente sobre os resultados globais.

INSOLVÊNCIAS

O exame dos compromissos não satisfeitos, em devido tempo, habilita-nos a completar convenientemente o QUADRO obtido mediante estudo dos aspectos positivos.

Títulos protestados: No Rio de Janeiro e em São Paulo foram, em média, protestados 4,5 mil títulos, mensalmente, no valor de Cr\$ 43,7 milhões (janeiro a outubro). Esses resultados correspondem a 324% do número e a 471% do montante assinalado no ano-base de 1946. Tal aumento reflete, indubitavelmente, maior risco na concessão de crédito.

A cota de São Paulo equivaleu a 62% do valor global dos títulos protestados nas duas praças. Foi, porém, de Cr\$ 12,4 mil a importância média de um título no Distrito Federal, não ultrapassando Cr\$ 8,7 mil na capital bandeirante. Possivelmente, esse fato indica uma seleção mais eficiente por parte dos credores paulistas.

I - TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO - JANEIRO/OUTUBRO DE 1953

P R A Ç A	NOTAS PROMISSÓRIAS		DUPLICATAS		T O T A L	
	Número	Valor (mil Cr\$)	Número	Valor (mil Cr\$)	Número	Valor (mil Cr\$)
Rio de Janeiro...	3 427	108 525	9 998	57 912	13 425	166 437
São Paulo.....	12 374	184 872	18 735	85 716	31 109	270 588
T O T A L	15 801	293 397	28 733	143 628	44 534	437 025

As notas promissórias, menos freqüentes do que as duplicatas, superaram-nas, entretanto, em média, quanto ao valor (Cr\$ 18,6 mil contra Cr\$ 5 mil por unidade). Tiveram importância especial as promissórias no Distrito Federal (Cr\$ 31,7 mil contra Cr\$ 14,9 mil em São Paulo, cada).

Falências e concordatas: Nas duas maiores cidades do país foram, até outubro, requeridas falências ou concordatas de 693 firmas comerciais ou industriais. Reconheceu-se legalmente nesse período a insolvência de 333 firmas (média mensal equivalente a 177% da de 1946). A freqüência de concordatas aumentou de 137% em relação ao ano-base, mas a de falências apenas de 37%. Em vista da evolução de outros índices econômicos, o incremento global das insolvências segue um curso não exagerado.

Parece lícito estimar, à base dos resultados de uma amostra numerosa, em Cr\$ 192 milhões a importância global não paga aos credores na época convencionada, tendo como consequência o pedido de falência (Cr\$ 329,1 mil por firma). O passivo de cada

II - NÚMERO DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO JANEIRO A OUTUBRO 1953

FALÊNCIAS E CONCORDATAS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	TOTAL
FALÊNCIAS:			
Requeridas...	154	430	584
Decretadas...	86	156	242
Denegadas....	5	5	10
CONCORDATAS:			
Requeridas...	50	59	109
Deferidas....	55	36	91
Denegadas....	2	3	5

estabelecimento que impetrou concordata pode, por sua vez, ser fixado aproximadamente em Cr\$ 4 019,1 mil, dando um total de Cr\$ 438 milhões para as 109 firmas atingidas.

O maior número de insolvências foi notado entre as sociedades de responsabilidade limitada, seguidas de perto pelas firmas individuais. As sociedades anônimas contribuíram com cerca de 10% do volume de cada um dos grupos citados. Se levarmos em conta o número aproximado de com-

III - NÚMERO DE PALÊNCIAS DECRETADAS E CONCORDATAS DEFERIDAS
JANEIRO A OUTUBRO DE 1953

DISCRIMINAÇÃO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	TOTAL
FIRMAS INDIVIDUAIS:			
Palências decretadas	32	78	110
Concordatas deferidas	<u>17</u>	<u>14</u>	<u>31</u>
Total de insolvências	49	92	141
SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA:			
Palências decretadas	49	75	124
Concordatas deferidas	<u>25</u>	<u>19</u>	<u>44</u>
Total de insolvências	74	94	168
SOCIEDADES ANÔNIMAS:			
Palências decretadas	7	4	11
Concordatas deferidas	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>6</u>
Total de insolvências	10	7	17

panhias efetivamente operando sob esta última forma nas duas capitais investigadas, concluiremos que cerca de 5 a 6 entre cada 1 000 sociedades anônimas tiveram sua falência decretada ou concordata deferida no decorrer de 1953. Isto mostra que o risco inerente à gestão dos negócios é atualmente bem elevado para empresas de capital apreciável, como o são geralmente as sociedades anônimas.

O resumo seguinte indica que os ramos de artigos perecíveis de consumo (têxteis, calçados e couros, bares e restaurantes) contribuíram com 65% das insolvências.

INSOLVÊNCIAS NO DISTRITO FEDERAL E EM SÃO PAULO

(Até outubro de 1953)

RAMO	N.º	RAMO	N.º
Têxteis	30	Eletricidade	14
Calçados e couros	24	Móveis	12
Produtos químicos e farmacêuticos	18	Representações	11
Ferragens e materiais de construção	17	Bares e Restaurantes	11
		Diversos	34

RESULTADOS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

Exercício de 1952

A impossibilidade de se apresentarem, antes de meados do ano em curso, os resultados das sociedades anônimas, cujos balanços para 1953, com exceção dos bancos, somente em fevereiro começam a ser publicados, nos obriga a limitar a presente análise ao exercício de 1952.

A comparação entre os anos de 1951 e 1952, no que se refere ao volume do capital dos investidores por ações, deixa de ter expressão face à reavaliação dos ativos praticada pelas sociedades, em consequência da nova lei de imposto de renda e, até certo ponto, da viabilidade de se regulamentar a participação dos empregados nos lucros das empresas, calculadas sobre o capital.

Entretanto, os dados apresentados nos QUADROS I e II são ricos em informações concernentes ao movimento dos negócios das citadas sociedades, salientando-se os índices da tendência a investir desses organismos. Nos referidos QUADROS vê-se, através da percentagem dos dividendos distribuídos, modestos relativamente ao volume do capital realizado ou ao patrimônio líquido, que o setor privado na presente conjuntura é o principal responsável pela aceleração do desenvolvimento econômico.

De um total de 10,1 bilhões de lucros auferidos, 6 bilhões foram retidos, ou seja, cerca de 60% da renda líquida. Assim é expressiva a reinversão de lucros, feita pelos empreendedores, mesmo considerando que dos benefícios auferidos parte fique na expectativa de investimentos efetivos, atendendo às dificuldades existentes de compra no exterior de equipamentos ou de outras mercadorias. É de notar-se também a taxa já bem elevada de remuneração aos empreendedores, retirada dos lucros, pois de 4,1 bilhões distribuídos, tocaram a estes 714,6 milhões, e aos acionistas, 3,4 bilhões.

Os investimentos comerciais ofereceram maior rentabilidade, se considerarmos que os 10,1 bilhões a quanto se elevou o capital empregado auferiram 2,9 bilhões de cruzeiros, ou perto de 30%, ao passo que o capital de 26,4 bilhões utilizado pela indústria rendeu 5,2 bilhões de cruzeiros, ou 20% sobre o investimento. A atividade de distribuição de veículos, com a taxa de lucros de 64,4% sobre o capital realizado, representou o setor comercial mais lucrativo, o que se explica pelo privilégio decorrente do critério da tradição reinante no comércio importador.

O reinvestimento de lucros ocorrido nas atividades comerciais acompanhou as taxas de remuneração do capital: isto é o que se verifica no QUADRO II, onde a atividade de distribuição de veículos reteve 85,7% de uma remuneração de 64,4% sobre o capital, seguindo-se o comércio atacadista com 76% de 28,1%, o varejista com 74,2% de 24,7% e atividades diversas com 59,1% de 23,4%.

Como já foi dito, a indústria reteve 61,2% dos lucros de 1952, percentagem que, embora inferior à retenção realizada nas atividades comerciais, é mais expressiva, atendendo a que o reinvestimento industrial

II - RESULTADOS DAS SOCIEDADES AÇÚCARIAS BRASILEIRAS - 1952

(Em milhões de cruzeiros)

RAMOS DE ATIVIDADE	Nº DE SOCIE- DADES	CAPITAL		PATRI- MÔNIO LÍQUIDO	ATIVO FIXO		DISPO- NÍVEL	REALIZÁVEL		EXIGÍVEL	PROVISÕES PARA DEPRE- CIAÇÕES	L U C R O			
		Nominal	Realizado		Total	Isotóis		Total	Estoque			Total	Retido	Distribuído	Dividendos
FINANÇAS	277	5 664,1	6 054,4	9 687,2	2 789,0	2 089,3	10 902,5	85 772,0	-	91 275,8	-	1 207,7	465,9	741,8	363,1
Bancos	138	5 664,1	5 312,3	8 274,8	2 789,0	2 089,3	10 902,5	85 772,0	-	91 275,8	-	802,1	367,3	434,8	291,5
Seguros	129	-	664,8	1 311,2	-	-	-	-	-	-	-	364,7	99,6	265,1	63,3
Capitalização	10	-	77,3	101,2	-	-	-	-	-	-	-	40,9	- 1,0	41,9	8,3
COMÉRCIO	756	10 371,5	10 130,1	15 857,2	6 916,2	2 231,6	3 493,5	23 131,3	9 632,4	15 530,3	-	2 944,2	2 216,0	728,6	642,8
Atacadista	414	6 917,4	6 790,9	10 618,4	4 351,6	896,4	2 109,3	16 938,5	7 318,2	11 214,7	-	1 905,5	1 449,1	456,5	400,1
Varejista	70	1 462,3	1 457,9	1 896,2	896,6	419,1	181,1	2 264,3	1 015,3	1 126,7	-	360,6	267,4	93,1	91,0
Distribuidor de Veículos	36	604,5	575,5	1 550,9	545,8	222,5	907,0	1 234,9	650,8	1 184,4	-	370,5	317,4	53,1	46,1
Diversos	236	1 387,5	1 313,8	1 792,7	1 162,2	565,6	296,1	2 673,6	648,1	2 044,5	-	307,9	182,0	125,9	105,6
INDÚSTRIA	1 316	27 733,4	26 499,2	40 953,9	31 692,1	7 464,5	4 367,4	37 254,9	14 340,7	26 048,9	5 657,8	5 281,7	3 233,0	2 048,7	1 821,6
Têxtil	249	5 055,4	5 001,1	7 260,7	5 256,0	1 320,3	385,8	6 454,0	2 631,3	3 828,1	854,2	654,0	302,8	351,2	314,2
Metalúrgica	99	4 440,7	4 061,0	7 001,0	6 309,1	2 050,4	678,9	4 807,7	1 241,3	3 347,2	1 061,1	798,6	488,1	310,5	284,3
Química e Farmacêutica	178	3 061,5	3 044,6	4 295,7	3 342,2	607,3	610,0	3 886,4	1 732,6	2 670,2	705,3	567,6	308,5	259,1	241,5
Óleos Alimentícios	174	3 039,3	3 007,7	4 081,9	3 353,9	663,4	582,2	4 124,5	1 958,6	3 510,1	568,5	492,0	269,6	222,4	211,2
Vestuário	33	310,1	308,0	440,4	255,6	90,2	81,0	505,4	231,6	332,7	47,3	87,2	35,2	52,0	46,6
Borracha	18	736,4	714,5	1 422,2	779,8	80,7	254,4	1 291,7	89,5	905,4	177,2	435,1	364,3	50,8	49,6
Diversas	565	11 090,0	10 362,3	16 452,0	12 395,5	2 672,2	1 775,1	16 185,2	6 455,8	11 495,2	2 244,2	2 267,2	1 464,5	802,7	703,4
TRANSPORTES E SERVIÇOS	206	8 651,4	8 035,3	18 018,0	20 407,1	447,6	1 087,4	7 275,0	-	11 622,6	4 698,4	460,1	- 11,3	479,4	467,8
Transportes	97	2 071,5	2 057,0	6 799,7	3 748,3	447,5	478,9	3 329,4	-	6 154,5	1 322,6	- 609,9	- 726,1	116,2	107,2
Energia Elétrica	108	6 559,9	5 969,7	11 197,2	16 634,0	-	608,4	3 939,1	-	5 448,1	3 335,8	1 078,3	735,1	363,2	360,6
Diversos	1	20,0	17,6	21,1	24,8	0,1	0,1	16,5	-	20,0	-	- 0,3	- 0,3	-	-
OUTROS	208	1 347,3	1 231,1	1 580,7	1 176,4	837,8	257,9	1 734,3	189,4	2 650,8	54,3	204,0	97,2	106,8	95,4
Fazendas Agrícolas	48	318,6	275,5	377,2	229,5	99,4	49,3	429,0	189,4	289,7	14,7	62,4	44,2	18,2	16,4
Imobiliárias	100	747,7	697,8	821,4	544,3	475,4	179,6	1 110,7	-	2 108,7	11,4	91,7	32,3	59,4	51,1
Diversos	60	281,0	267,8	382,1	402,6	263,0	29,0	194,6	-	252,4	28,2	49,9	20,7	29,2	27,9
T O T A I S	2 763	53 767,7	51 958,1	86 097,0	62 980,8	13 066,8	20 108,7	155 167,5	24 162,5	147 128,4	10 370,5	10 106,0	6 000,8	4 105,3	3 390,7

(*) 2º semestre de 1952.

é geralmente feito a longo prazo e se dirige para imobilizações, ao contrário do que ocorre no comércio, em que a descapitalização é mais dinâmica.

Dos setores industriais, o da borracha foi o que alcançou maior índice de rentabilidade para o capital: 58,1% sobre o realizado e 29,2% sobre o patrimônio líquido das empresas. Daí, também ser o responsável, percentualmente, pela maior reinversão de lucros, ficando retidos nos organismos industriais 87,8% da renda líquida, e distribuídos somente 12,2% dos lucros.

II - PERCENTAGENS DOS RESULTADOS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS BRASILEIRAS - 1952

RAMOS DE ATIVIDADE	RENTABILIDADE		APLICAÇÃO DE LUCROS		DIVIDEN- DOS S/ CAPITAL REALI- ZADO	SOLVEN- CIA BRUTA	SOLVEN- CIA LÍQUIDA
	S/capi- tal rea- lizado	S/patrí- mônio líquido	Retido	Distribuído			
FINANÇAS	19,9	12,5	38,6	61,4	6,0	105,9	11,9
Bancos	15,1*	9,7*	45,8	54,2	5,5*	105,9	11,9
Seguros	54,9	27,8	27,3	72,7	9,5	-	-
Capitalização	52,9	40,4	- 2,4	102,4	10,7	-	-
COMÉRCIO	29,0	18,6	75,3	24,7	6,3	171,4	22,5
Atacadista	28,1	17,9	76,0	24,0	5,9	170,0	18,8
Varejista	24,7	19,0	74,2	25,8	6,2	217,0	16,1
Distribuidor de veículos	64,4	23,9	85,7	14,3	8,0	187,2	79,3
Diversas	23,4	17,2	59,1	40,9	8,0	145,3	14,5
INDÚSTRIA	19,9	12,9	61,2	38,8	6,9	159,8	16,6
Têxtil	13,1	9,0	46,3	53,7	6,3	178,7	10,1
Metalúrgica	19,7	11,4	61,1	38,9	6,3	163,9	20,3
Química e Farmacêutica	18,6	13,2	54,4	45,6	7,0	168,4	22,6
Generos Alimentícios	16,4	12,0	54,8	45,2	7,0	134,1	16,6
Vestuário	28,3	19,8	40,4	59,6	15,1	176,3	24,3
Borracha	58,1	29,2	87,8	12,2	6,2	170,8	28,1
Diversas	21,9	13,8	64,6	35,4	6,8	156,8	15,5
TRANSPORTES E SERV. PÚBLICOS	5,8	2,6	- 2,4	102,4	5,8	71,9	9,4
Transportes	-	-	-	-	5,2	61,9	7,8
Energia Elétrica	18,1	9,6	66,3	33,7	6,0	83,3	11,2
Diversas	-	-	-	-	-	83,0	0,5
OUTROS	16,6	12,9	47,6	52,4	7,7	75,2	9,7
Fazendas Agrícolas	22,6	16,5	70,8	29,2	6,0	165,1	17,0
Imobiliárias	13,3	11,2	35,2	64,8	7,4	61,2	8,5
Diversas	18,6	13,1	41,5	58,5	10,4	88,6	11,5
T O T A L	19,5	11,7	59,4	40,6	6,5	119,1	13,6

(*) Taxas semestrais.

A atividade industrial menos remunerativa foi a têxtil, que alcançou apenas 13,1% sobre o capital e 9% sobre o patrimônio líquido, sendo também a que, junto com a indústria do vestuário, menos reteve lucros proporcionalmente, embora as reinversões atingissem 46,3% dos lucros na primeira e 40,4% nesta última. De qualquer forma, a remuneração do capital industrial foi apreciável, quer considerando os resultados sobre o capital, quer sobre o patrimônio líquido.

Fato notável resultante da análise dos balanços das sociedades anônimas é o revelado pelos dados das empresas de serviços públicos, principalmente as produtoras de energia elétrica. À primeira vista, pode parecer que uma remuneração de 18,1% sobre o capital realizado seria taxa ótima

para investimento em qualquer setor; entretanto, é preciso considerar a influência do custo histórico nos resultados desta atividade econômica.

A remuneração sobre o capital é inexpressiva, se levarmos em conta a desvalorização da moeda em investimentos a longo prazo, restando para a análise as considerações da rentabilidade sobre o patrimônio líquido. O QUADRO II indica que a renda foi de 9,6% sobre o patrimônio líquido — somente superior à taxa de 9% obtida pela indústria têxtil. Isto seria relativamente normal se ambas as atividades tivessem tratamento semelhante, pois enquanto a indústria têxtil pôde reavaliar o ativo imobilizado, representando 9% da taxa — realmente elevada sobre os seus custos históricos, a indústria de energia elétrica, com 9,6% de rentabilidade sobre o ativo não reavaliado nos níveis das demais, ficou muito aquém daqueles resultados da indústria têxtil.

Apesar da pequena rentabilidade do capital investido no setor energético, a taxa de reinversão de lucros das empresas exploradoras de energia elétrica é de 66,3% — inferior apenas à da indústria da borracha, o que poderia ser explicado pelo espírito de responsabilidade dos empreendedores, face às necessidades do desenvolvimento econômico.

- ★ para melhor orientação
de seus negócios
- ★ leia e assine...

Redação e Administração

RUA LIBERO BADARÓ, 443

5.º Andar - Sala 1

Caixa Postal 1442 - S. PAULO

Assinatura Anual Cr\$ 100,00

Número avulso Cr\$ 10,00

REVISTA DOS MERCADOS

- COTAÇÕES
- ESTATÍSTICAS
- ESTUDOS
- NOTAS E INFORMAÇÕES
- COMENTÁRIOS
- RESENHA

ÓRGÃO OFICIAL DA

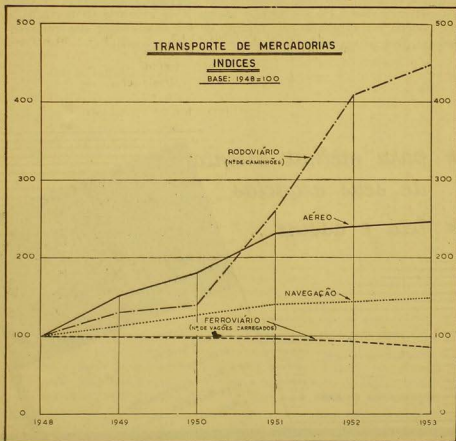
BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO



TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

TRANSPORTE

Ainda em 1953, foi o transporte rodoviário o que mais acusou aumento no volume de carga transportada, dentro do quadro geral dos sistemas de



transporte do país. Seguiram-lhe o de navegação marítima e o aeroviário, continuando em declínio o ferroviário. O próprio transporte aéreo-comercial, que, em 1952, tivera diminuído o ritmo de crescimento em relação aos anos

anteriores, baixou novamente de ritmo em 1953, ficando, todavia, pouco acima do nível de 1952.

As duas características principais do ano de 1953, no campo dos transportes, foram as mutações tarifárias e a seqüência de investimentos maciços nos sistemas terrestres. Ambos os aspectos deverão permanecer e mesmo adquirir maior impeto no decorrer do ano que se inicia.

As tarifas, em 1953, foram reajustadas, de maneira mais sensível, na aeronáutica civil, a fim de permitir que os novos salários do pessoal, bem como os problemas decorrentes da modificação das fontes de receita das empresas, fôssem atendidos prontamente. Houve, assim, para as linhas domésticas, um reajuste provisório na base de 15 % de acréscimo sobre as tarifas aprovadas dois anos antes, isto é, em novembro de 1951. As linhas internacionais, entretanto, tiveram o dólar reajustado de Cr\$ 43,00 para Cr\$ 38,00, enquanto não forem aprovadas novas bases tarifárias para esses percursos. É provável que, em 1954, tanto as linhas domésticas, quanto as internacionais, sejam modificadas, em caráter mais duradouro, em vista dos estudos que se vêm realizando no Ministério da Aeronáutica, com a colaboração das empresas e atendidas as convenções internacionais vigentes.

O transporte marítimo foi, igualmente, onerado com acréscimos na parcela de custo correspondente a salários, fazendo crer que, em 1954, sejam esses acréscimos revistos, em muitos casos, para nova adaptação ao custo da vida e às condições, por sinal precárias, de operação de nossa marinha mercante.

Cogita-se, por outro lado, do reexame das tarifas das estradas de ferro, seja visando a uma unificação, de certa forma discutível, seja para um reajuste que melhor atenda às diferentes contingências locais e regionais do transporte ferroviário. Assim, as pequenas alterações tarifárias, efetuadas em 1953, deverão ampliar-se de modo a abranger, em 1954, possivelmente, u'a modificação, de nossa política de tarifas nas ferrovias.

O transporte rodoviário, de enorme importância atual para o escoamento da produção e distribuição de produtos vários, é, porém, aquele que mais fortemente sentiu, em fins de 1953 e daí por diante, os resultados da nova política de câmbio e da nova tributação sobre combustíveis líquidos e lubrificantes. A esse efeito, devem juntar-se os provenientes da criação, em muitos Estados, de taxas de melhoria e de pavimentação de estradas, tomando por base as características do veículo do usuário. Não seria, talvez, excessivo prever em 40 % o aumento dos fretes rodoviários, em 1954, relativamente aos que vigoravam no início do ano transato. Os efeitos desse aumento concorrerão, obviamente, para o encarecimento geral das utilidades no país.

Nas estradas de ferro existentes ou em construção, deverão ser invertidos em 1954 cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros, distribuídos em: melhoria de traçado, 1,4 bilhão; eletrificação, 0,3 bilhão e material rodante, 0,3 bilhão; administração e diversos, 0,5 bilhão. Além desses recursos normais, deverão ser empregados, como parte de trabalhos financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e pelo "International Bank of Reconstruction and Development", cerca de 2 bilhões de cruzeiros, em moeda

nacional, e 30 milhões de dólares, no reaparelhamento da via permanente, na melhoria de traçados e na renovação do material rodante ferroviário.

Por outro lado, deverão ser investidos pelos governos federal, estadual e municipais, cerca de 8,0 bilhões de cruzeiros em estradas de rodagem, basicamente em construção e melhoramentos (3,8 bilhões), conservação (1,7 bilhão), pavimentação (1,1 bilhão) e equipamentos (0,5 bilhão), ficando 0,9 bilhão para administração e diversos.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Sensível queda, em 1953, sofreu o número de vagões carregados, nas ferrovias analisadas, conforme se observa no QUADRO I. A causa principal desse desequilíbrio reside na baixa do número de vagões que a Cia. Paulista de Estradas de Ferro fez circular, lotados, no ano findo. Cabe salientar que essa quantidade é afetada pela variação do tipo de vagão utilizado, em face da capacidade própria do veículo. Assim, as estradas de ferro, como a Paulista, que vêm substituindo seus vagões por outros de maior lotação, naturalmente têm de ver diminuído o número total de vagões carregados.

I - TRÁFEGO FERROVIÁRIO - NÚMERO DE VAGÕES CARREGADOS - MÉDIA MENS/M

A N O	ESTRADAS DE FERRO					TOTAL (5 estradas)
	Paulista	Santos Jundiaí	Sorocabana	Mogiana	Rêde Ferro- viária do Nordeste	
1 9 4 4	49 370	58 782	19 606	15 230	19 155	162 143
1 9 4 5	47 720	54 205	19 640	15 342	18 480	155 387
1 9 4 6	46 043	56 521	19 263	15 442	19 085	156 354
1 9 4 7	48 593	55 509	19 958	15 112	16 783	155 955
1 9 4 8	50 875	55 092	20 777	13 218	17 743	157 705
1 9 4 9	51 958	55 653	21 672	12 055	15 966	157 304
1 9 5 0	49 555	56 309	22 413	7 871	16 333	152 481
1 9 5 1	50 697	45 849	22 685	5 769	18 277	143 335
1 9 5 2	51 183	42 110	24 289	5 799	17 968	141 346
1 9 5 3*	46 055	37 539	21 416	5 968	17 617	131 276

(*) Estimativa baseada nos três primeiros trimestres. Fonte: Citadas ferrovias

Entretanto, o declínio notado, de 1952 para 1953, é mais do que suficiente para compensar os efeitos dessa substituição, levando a crer, destarte, numa perda crescente, embora moderada, de volume transportado por aquela estrada.

Dentre as ferrovias estudadas, só a Mogiana acusou aumento da quantidade de vagões carregados. Esse fato pode ser levado à conta de que, estando aquela estrada com grande parte da extensão de sua linha em melhores condições técnicas, a lotação média dos trens cresceu com a adição de maior número de carros, a fim de atender aos constantes reclamos da vasta região, dependente, em grande parte, da Mogiana para o seu transporte de carga.

No após-guerra, a política de expansão continua da nossa rêde rodoviária, ainda incipiente, mas já algo satisfatória, parece concorrer, em primeira linha, para êsse decréscimo no volume transportado pelas nossas estradas de ferro.

É, porém, problemático que as nossas ferrovias consigam, dentro dos próximos cinco anos, refazer-se dessa concorrência. Já agora, a política rodoviária se dirige à aplicação maciça de recursos em pavimentação, o que tornará os fretes mais compensadores para os caminhões, não obstante a contra-marcha nesses fretes, a que atrás nos referimos. Além disso, o triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte e os troncos rodoviários que interessam ao Nordeste Oriental, a Minas Gerais, a São Paulo, ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, uma vez pavimentados, carrearão, em maior intensidade, as mercadorias de mais alto custo para os caminhões e *trailers*. Ficarão cada vez mais com as ferrovias os produtos e mercadorias de baixo custo e que, dificilmente, suportam elevações tarifárias, acaso compensatórias às estradas de ferro.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Não cresceu, com o ritmo anterior, o parque automobilístico nacional, em 1953. Motivaram essa quebra de ritmo, principalmente, a maior restrição às importações e os altos ágios resultantes das licitações para que fossem

II - TRANSPORTE RODOVIÁRIO EM ESTRADAS FEDERAIS (Número de caminhões - Média diária)

ESTRADA	PÓSTO DE COLETA	UNID. FED.	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953*
Rio - Bahia	Jequié	BA	87	59	97	98	...
Rio - Bahia	Muriae	MG	111	88	91	211	196	176	242	507
Rio - Petrópolis	Quitandinha ..	RJ	673	607	695	2000	4192	...
Petrópolis-Juiz de Fora	Itaipava	RJ	255	477	521	485	1098	1550
Rio - São Paulo	Resende	RJ	192	...	189	318	243	726
Rio - São Paulo	Eng. Passos ..	RJ	-	-	-	-	-	1028	719	1060
Rio - São Paulo	Queluz	SP	216	235	198	591	...	1108
Rio - São Paulo	Cachoeira Paulista	SP	-	-	-	-	-	817	...	1052
São Paulo - Curitiba ..	Atuba	PR	...	111	141	149	166	219	228	266
Lajes - Porto Alegre ..	S. Leopoldo ...	RS	...	182	390	407	368	458	753	1727

(*) Estimativa baseada nos 10 primeiros meses. Fonte: D.N.E.R.

importados outros veículos, bem como a restrição à plena capacidade produtora das fábricas nacionais dedicadas à respectiva montagem, em virtude da crise de energia elétrica. Ainda assim, atingiu 650 000 o número de veículos em uso no Brasil, em 1953. Foi, porém, um crescimento incapaz de atender à procura que se fez sentir, seja quanto à renovação de frotas, seja quanto às exigências crescentes de transporte de mercadorias.

O QUADRO II apresenta médias diárias de caminhões em algumas estradas federais, a cargo do D.N.E.R., e pelas quais se verifica o crescente aumento da utilização desses veículos em nosso sistema de transportes, no período em estudo.

TRANSPORTE AÉREO COMERCIAL

Manteve-se quase estacionário o movimento de nossa aviação comercial, durante o ano de 1953, em contraste com o animador crescimento que

se observou até 1951, inclusive. É o que nos mostra o QUADRO III, para o decênio 1944/1953.

É também a concorrência do transporte rodoviário uma das explicações para esse fato. Com efeito, desde que a rodovia Rio-São Paulo, em meados de 1951, começou a ser trafegada pelos possantes ônibus de transporte coletivo de passageiros, a linha aérea Rio-São Paulo começou a se ressentir daquela competição, reduzindo o número de viagens diárias, ou contentando-se com lotações muito abaixo da média.

O fenômeno adquiriu aspectos tais que chegou a repercutir, fundamente, na economia geral das empresas, pois a Rio-São Paulo era uma das mais remuneradoras. A superveniência de greves e o aumento constante do custo da vida contribuíram para reforçar aquele quadro, motivando um reajustamento tarifário provisório, enquanto se estudam as bases de nova pauta a vigorar para esses transportes.

III - BRASIL - TRÁFEGO AÉREO COMERCIAL

ESPÉCIE	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Percursos realizados (milhões de km)	20,8	23,5	40,0	54,6	69,7	72,0	82,2	96,1	96,6	95,8
Passageiros (milhões)	0,2	0,3	0,5	0,8	1,1	1,3	1,7	2,2	2,2	2,3
Carga (milhares de toneladas) ...	3,5	4,8	7,2	12,3	23,4	33,5	39,5	51,0	49,1	51,6

(*) Estimativa baseada no primeiro trimestre de 1953. Fonte: D.A.C.

Em 1953, aliás, houve três importantes concentrações de empresas nacionais, visando u'a melhor defesa de sua situação econômico-financeira.

Não obstante esse quadro pouco animador, as finanças das empresas não justificam situação de emergência, sendo o fenômeno talvez até útil para reorganização das bases econômicas em que assenta a indústria do transporte aéreo em nosso país. Todavia, uma política de crédito, racional, às empresas, parece o caminho mais recomendável nessa etapa do desenvolvimento de tal ramo de transportes no Brasil.

O Ministério da Aeronáutica subvencionará, em 1954, as linhas internas, pioneiras, e as linhas internacionais, mantidas por empresas brasileiras. Esses montantes atingirão, respectivamente, 31,2 e 68,2 milhões de cruzeiros. Além disso, os aeroclubes receberão subvenções de cerca de 23,2 milhões.

Quanto à ampliação e melhoramentos da infra-estrutura do sistema aeroviário brasileiro, as dotações federais montarão, em 1954, a 463,7 milhões dos quais 36,6 milhões para atender à valorização econômica da Amazônia. Futuramente, esses serviços deverão obedecer a planos quinquenais, o primeiro deles, aliás, já em trâmites de aprovação, como Plano 1/53.

TRANSPORTE MARÍTIMO FLUVIAL

De estacionária a ligeiramente crescente, continua a ser a evolução do movimento de carga nos principais portos brasileiros, conforme se pode verificar no QUADRO IV, que abrange 35 portos, sendo assinalados os 10 mais importantes no movimento de cargas, no decênio 1944/53.

BIBLIOTECA

Fundação Getúlio Vargas

Ressalta para os portos de Vitória, Rio, Santos e Paranaguá, a importância da navegação de longo curso sobre a de cabotagem. Aliás, o primeiro desses portos tem bem nítida a tendência ao crescimento da tonelagem movimentada, reflexo da exportação de minérios pelo cais próprio. O porto do Rio de Janeiro, em 1953, sofreu a influência das restrições à importação, o que se traduziu na pequena perda de volume movimentado relativamente a 1952. Já os portos de Santos e Paranaguá não tiveram modificada sua tendência crescente.

Nos portos de Belém, Porto Alegre e Imbituba, continuou a predominância evidente da navegação de cabotagem sobre a de longo curso, enquanto em Recife e Salvador há sensível equilíbrio entre as tonelagens movimentadas pelos dois tipos de navegação.

IV - BRASIL - MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS
(Em toneladas)

PORTOS	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953*
Rio de Janeiro	4 817	5 269	5 286	5 911	6 560	6 381	6 893	7 498	7 671	7 267
Santos	4 102	4 053	4 803	5 126	4 974	5 199	5 709	7 143	6 986	7 154
Porto Alegre.	1 618	1 764	2 149	2 189	2 274	2 304	2 454	3 038	3 068	3 077
Vitória	275	272	246	397	671	738	954	1 598	1 808	1 864
Recife ...	1 088	1 112	1 205	1 313	1 580	1 452	1 592	1 938	1 696	1 738
Rio Grande	886	755	1 016	930	819	980	1 230	1 558	1 602	1 610
Belém ...	697	539	515	613	613	614	647	712	807	768
Salvador	569	546	549	421	620	709	750	752	713	658
Imbituba ...	405	370	342	403	431	386	385	540	630	488
Paranaguá	262	266	306	328	327	386	466	628	611	642
TOTAL(35 portos)	17 377	18 428	19 983	20 799	22 451	22 903	25 178	29 088	28 678	29 348

(*) Estimativa baseada nos três primeiros trimestres. Fonte: D.N.P.R.C.

Para o ano de 1954, a Comissão de Marinha Mercante deverá distribuir subvenções, no montante de 72,3 milhões de cruzeiros, a empresas e armadores diversos, bem como auxílios de, respectivamente, 74,0 e 4,4 milhões, ao Lóide e ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Por conta do Plano de Valorização da Amazônia, caberá, por sua vez, ao Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP) a importância de 403,7 milhões de cruzeiros, destinados a saldar compromissos no estrangeiro, para renovação de sua frota e equipamento.

Serão gastos também 410 milhões de cruzeiros por conta de recursos federais, pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, em estudos, obras novas e melhoramentos portuários e de cursos d'água, visando à navegação. Somar-se-á a essa importância o montante de 37 milhões de cruzeiros, por conta de obras e melhoramentos para a valorização da Amazônia.

Finalmente, há ainda os investimentos a serem custeados, em moeda nacional e estrangeira, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Para este ano, prevê-se a inversão de 1,5 milhão de dólares e 200 milhões de cruzeiros em obras portuárias e equipamentos de dragagem.

SERVIÇOS PÚBLICOS

O insuficiente e inadequado suprimento de energia em 1953 continuou a ser ponto de estrangulamento (*bottle neck*) da produção interna. As restrições ao consumo de energia elétrica e as dificuldades de novas ligações

I - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA ELÉTRICA (1)

DISCRIMINAÇÃO	1 9 4 9	1 9 5 0	1 9 5 1	1 9 5 2	1 9 5 3 (2)
Gasolina comum	100,00	122,34	146,99	176,04	196,71
Óleo Diesel	100,00	142,32	144,71	183,48	218,36
Óleo combustível	100,00	127,42	142,83	161,27	167,07
Carvão importado	100,00	141,88	131,49	117,24	117,24
Carvão nacional	100,00	88,50	90,43	99,04	101,53
Energia elétrica	100,00	107,90	115,09	124,81	135,45

(1) Índices baseados em dados de volume físico. (2) Estimativa.

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (SEEF), Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Serviço de Estatística da Produção (SEP), Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

de carga, em particular para a indústria, contribuíram, junto a outros fatores, para entorpecer o ritmo de desenvolvimento econômico do país.

Conjuntura Econômica abordou esse problema em estudos anteriores, bem como nas análises mensais da Evolução dos Negócios, durante o ano de 1953.

II - BRASIL - INDÚSTRIA DE ELETRICIDADE

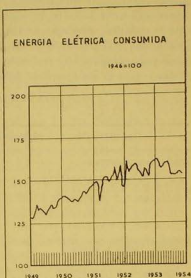
A N O S	BRAZILIAN TRACTION	BOND & SHARE	OUTRAS EMPRESAS	TOTAL
a) - PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE - (Em milhões de kWh)				
1 9 4 9	4 654	1 200	1 756	7 610
1 9 5 0	5 035	1 278	1 895	8 208
1 9 5 1	5 433	1 369	1 956	8 758
1 9 5 2	5 624	1 521	2 353	9 498
1 9 5 3 *	5 773	1 566	2 969	10 308
b) - CAPACIDADE INSTALADA EM 31 DE DEZEMBRO - (Em mil kW)				
1 9 4 9	867	250	618	1 735
1 9 5 0	958	252	672	1 882
1 9 5 1	958	256	707	1 921
1 9 5 2	958	267	754	1 979
1 9 5 3 *	1 028	271	938	2 237

(*) Estimativa.

Fonte: Conselho Nacional de Águas e Energia (CNAEE), Departamento da Produção Mineira (D.N.P.M.), Companhia Organizadora de Serviços Técnicos (COBAST), Companhia Auxiliadora das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) e Centro de Análise da Conjuntura Econômica (CACE).

Reunimos no QUADRO I a evolução, nos últimos cinco anos, do consumo dos principais combustíveis e de energia elétrica verificado no país. Destacam-se os derivados de petróleo, na sua quase totalidade ainda importados. A intensidade do tráfego rodoviário, decorrente de melhores condi-

ções técnicas de pavimentação e acesso das estradas de rodagem, assim como o crescimento do tráfego urbano explicam a duplicação do consumo, de 1949 para 1953, de derivados de petróleo (1,97 vezes para gasolina comum, 2,18 vezes para o óleo diesel e 1,7 para óleos combustíveis). A dieselização de nossas ferrovias efetua-se em ritmo mais intenso a partir de 1951, com os projetos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e de entidades internacionais. Assim, o incremento de óleo diesel consumido em 1953 reflete em boa medida aquela alteração no material rodante das ferrovias. Em futuro próximo, com a execução dos projetos em estudo e discussão no Banco Internacional, o óleo diesel constituirá apreciável parcela de nossas importações. Por outro lado, também influíu no maior consumo deste último e de óleo combustível a utilização crescente de energia de origem térmica, particularmente os geradores instalados pela indústria nacional, para fazer frente ao racionamento e aos cortes periódicos de energia elétrica.



A relativa estagnação do índice do consumo de carvão nacional modificar-se-á provavelmente em 1954, haja visto a execução do Plano Nacional de Carvão e a expansão da indústria siderúrgica. O QUADRO 1 indica para 1953, ao lado de um incremento no consumo de energia de tôdas as fontes, novas substituições de processos de energia inadequados e anti-econômicos, liderados pela lenha, que ainda representa mais de 70% do suprimento nacional de energia, em termos de calorias. No consumo domiciliar de energia ocorre também um processo de substituição de combustível. Nos centros urbanos em particular, verifica-se crescimento dos consumidores de gás de carvão e de petróleo (*Conjuntura Econômica*, novembro de 1953, pág. 41, e novembro de 1951, pág. 11).

Os outros serviços públicos, além das empresas ligadas à produção e distribuição de energia, são comentados em capítulos posteriores. Apesar das inversões efetuadas em tais setores — telefones, água e esgotos, correios e telégrafos —, permanece de modo geral insuficiente a disponibilidade desses serviços em relação às crescentes necessidades dos centros urbanos.

ENERGIA ELÉTRICA

Embora mais aliviado no 2.º semestre de 1953, o racionamento de energia elétrica no sistema Rio-São Paulo continua em vigor. Nas demais áreas do país, informações esparsas indicam situação semelhante, que não causa maior repercussão devido ao fraco ou nulo desenvolvimento econômico dessas áreas. São pequenas empresas espalhadas pelo país em número superior a 1 500, mantidas por Prefeituras locais, sem grandes re-

curso para se expandirem, com produção destinada quase exclusivamente à iluminação pública e domiciliar.

Com dados dos dois grandes grupos de empresas e outros, estimamos no QUADRO II a produção de energia elétrica e a respectiva capacidade instalada no último quinquênio. Observa-se que a participação das "outras empresas" tem sido mais significativa desde 1949. Assim, em termos de kW instalados, representavam elas em relação ao total: 35,6% em 1949, 38,1% em 1952 e 41,9% em 1953. Já comparando a produção em kWh, estas percentagens se reduzem respectivamente a 23,1%, 24,8% e 28,8%. A discrepância na distribuição percentual do kW e do kWh evidencia a bai-

III - PRINCIPAIS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - 1949/1953
(Em milhões de kWh)

ESPECIFICAÇÃO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	OUTROS	TOTAL
BRAZILIAN TRACTION:					
1 9 4 9	704	83	2 460	779	4 026
1 9 5 0	701	337	1 963	1 187	4 188
1 9 5 1	731	354	2 112	1 298	4 495
1 9 5 2	771	407	2 165	1 433	4 776
1 9 5 3 *	784	523	2 073	1 442	4 822
EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS (BOND & SHARE):					
1 9 4 9	247	141	297	283	968
1 9 5 0	269	155	310	332	1 066
1 9 5 1	302	176	326	294	1 098
1 9 5 2	342	202	356	315	1 215
1 9 5 3 *	369	220	358	288	1 235
S O M A:					
1 9 4 9	951	224	2 757	1 062	4 994
1 9 5 0	970	492	2 273	1 519	5 254
1 9 5 1	1 033	530	2 438	1 592	5 593
1 9 5 2	1 113	609	2 521	1 748	5 991
1 9 5 3 *	1 153	743	2 431	1 730	6 057

(*) Estimativa. Fonte: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).

xa utilização da potência instalada. Esta afirmativa é justificada se atentarmos para as áreas servidas por aquelas empresas, onde o estágio de desenvolvimento econômico, comparado com o da área servida pela Brazilian Traction e Bond & Share, é bem precário. Tal situação reflete-se também na baixa rentabilidade das "outras empresas", confrontada com a dos dois grandes grupos referidos.

Acresce ainda que nos itens de kW instalados, no QUADRO II (b) constam as usinas hidrelétricas construídas pelos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul operando inicialmente, como seria de esperar, com baixo fator de carga.

Para melhor julgar a evolução do consumo de energia elétrica, o QUADRO III mostra o comportamento da procura atendida segundo os tipos de consumidores: residencial, comercial, industrial e outros. Essa estatística computa somente as duas maiores empresas. Cabe ressaltar que no conjunto o consumo industrial ainda não recuperou o nível de 1949, enquanto

a procura domiciliar e a comercial, onde o racionamento foi menos severo, cresceram em maior proporção. O grupo de "outros consumidores" reúne energia utilizada para iluminação pública, consumo em ferrovias, etc.

As perspectivas para 1954 são favoráveis. Além dos projetos de financiamento em curso no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, existem outros planos estaduais em franca execução (Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, R. G. do Sul, Paraná, Bahia, Estado do Rio, etc.).

Os planos da Brazilian Traction, em execução, prevêem um acréscimo de 460 mil kW durante 1954, assim discriminados: 4 Unidades de Forçacava, com 65 mil kW cada uma, para janeiro, março, abril e maio; mais 100 mil kW em agosto/setembro, referentes à 1.^a Unidade da Usina Termelétrica de Piratininga; e finalmente 100 mil kW referentes à 2.^a Unidade da mesma Usina. A prazo mais longo, 1955/1956, a Usina Subterrânea de Cubatão adicionará 390 mil kW na etapa final, totalizando 850 mil kW o acréscimo nos próximos dois ou três anos, somente no sistema Rio-São Paulo.

Também a Bond & Share prevê a instalação de mais 45 mil kW em 1954, assim distribuídos: para janeiro, 3.^a Unidade de Jaguari (5 000 kW) e 3.^a Unidade de Americana (10 000 kW); e para março, a Usina Térmica de Carioba (30 000 kW). Todas essas Usinas estão ligadas ao sistema da Cia. Paulista de Força e Luz.

Concluindo, as instalações em projeto, financiadas com empréstimos obtidos no Banco Internacional, constituem significativa parcela adicional de capacidade de geração, que certamente aliviará o racionamento de eletricidade no sistema Rio-São Paulo e parte do interior paulista, permitindo a expansão da indústria nacional.

Ainda para o segundo semestre de 1954, as obras governamentais na Usina de Paulo Afonso, através da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, fornecerão um acréscimo de 120 000 kW, limite fixado para a primeira etapa da Usina.

COMUNICAÇÕES

A inclusão de estatísticas de comunicações na presente análise resulta da grande sensibilidade revelada por seus índices às flutuações da conjuntura.

IV - TRÁFEGO POSTAL - CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

ESPECIFICAÇÃO	1949	1950	1951	1952	1953 *
VIA AÉREA:					
Tráfego em toneladas	477 053	533 799	620 734	596 144	655 800
Nº de cartas (em milhares) ..	67 714	76 235	101 770	92 860	-
OUTRAS VIAS:					
Número (em milhões):					
Correspondência ordinária ..	1 697	1 858	1 886	2 123	2 390
Correspondência registrada ..	111	90	100	98	-
Correspondência expressa ...	21	21	52	18	-
Correspondência com valor declarado (em milhões de Cr\$).	4 404	4 873	5 099	4 985	-

(*) Estimativa. Fonte: Departamento dos Correios e Telégrafos (D.C.T.).

V — TRÁFEGO TELEGRÁFICO DO DEPARTAMENTO DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

(movimento de transmissões)

ANOS	NÚMERO	MILHARES DE PALAVRAS
1949	26 577	509 379
1950	27 411	577 583
1951	29 382	611 338
1952	29 482	582 150
1953 *	30 600	610 100

* estimativa

Fonte: Departamento de Correios e Telégrafos.

Embora fragmentária para uma apreciação daquele tipo, apresentamos estimativas preliminares do tráfego postal e telegráfico referente ao Departamento de Correios e Telégrafos, que abrange 90% do tráfego telegráfico interno e o total do tráfego postal. Excluimos, por falta de dados disponíveis, o tráfego telegráfico internacional e ainda o tráfego telefônico.

Tráfego postal — O QUADRO IV reúne a estatística da correspondência recebida nos últimos cinco anos, segundo as vias de transporte utilizadas. A estimativa para 1953 assinala um incremento de tráfego semelhante ao observado em 1952.

VI — DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA O DEPARTAMENTO
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

(em milhões de cruzeiros)

ANOS	RECEITA ARRECADADA	DESPESA COM PESSOAL ORÇADA	DOTAÇÕES ORÇADAS PARA O PLANO POS- TAL-TELEGRÁFICO
1949	557,3	700,5	110,0
1950	584,3	776,1	110,0
1951	631,5	720,1	110,0
1952	674,4	1 053,0	110,0
1953	720,0 *	1 064,2	129,4
1954	760,0 *	1 585,8	110,0

* estimativa

Fonte: Orçamentos Gerais da União.

As facilidades e a expansão do transporte aéreo continuam a favorecer o tráfego postal aéreo dentro do país. Contudo, representa pequena parcela do movimento total da correspondência expedida: aproximadamente 4%.

Telégrafo — O QUADRO V indica o movimento de transmissão do DCT, em igual período. Embora não se disponham de dados para o tráfego telegráfico internacional, espera-se uma redução do seu movimento em 1953. Duas razões corroboram essa previsão: o declínio do nível de nosso comércio exterior e a alteração da política cambial. O franco-ouro, padrão das tarifas telegráficas internacionais, cotado no início do ano em Cr\$ 6,60, alcançou Cr\$ 14,10 após a nova política cambial.

As dotações orçamentárias destinadas ao Departamento de Correios e Telégrafos (QUADRO VI) mostram a discreta evolução da receita arrecadada em relação à despesa com pessoal, e as dotações para o Plano Postal-telegráfico, em execução desde 1949.

Telefones — A expansão dos serviços telefônicos do país em 1953 continuou insuficiente em relação à demanda acumulada desde o período da

VII — TELEFONES INSTALADOS

ANOS	BRAZILIAN TRACTION	BOND & SHARE	SOMA
1949	398 396	22 155	420 551
1950	427 889	22 634	450 523
1951	467 237	23 235	290 472
1952	510 430	24 881	535 311
1953	456 165	25 518	571 683

guerra (*Conjuntura Econômica*, setembro de 1951, pág. 23). Alinhamos no QUADRO VII o número de telefones instalados pelas empresas da Brazilian Traction e Bond & Share, que, reunidas, controlam 82% dos aparelhos telefônicos instalados no país. O aumento observado em 1953 sobre 1952 foi menor que nos anos precedentes. Em setembro de 1953, a Brazilian Traction obteve do governo autorização para elevar suas tarifas telefônicas com o objetivo de reajustamento de salários dos seus empregados.

GÁS

O consumo de gás de carvão continuou a crescer em 1953, bem como o número de consumidores. No QUADRO VIII reunimos a estatística para todo o Brasil. Expansão mais acentuada teve lugar no consumo de gás engarrafa-

do — derivado de petróleo atualmente importado — que, por suas características, se apresenta como maior concorrente do gás canalizado (*Conjun-*

VIII - CONSUMO DE GÁS DE CARVÃO NO BRASIL

A N O S	GÁS VENDIDO (Em milhões de m ³)			NÚMERO DE CONSUMIDORES		
	Brazilian Traction	Bond & Share	Total	Brazilian Traction	Bond & Share	Total
1 9 4 9	209 460	7 540	217 000	220 089	6 329	226 418
1 9 5 0	221 524	7 860	229 384	239 565	6 601	246 166
1 9 5 1	243 647	8 080	251 727	257 829	6 784	264 613
1 9 5 2	252 345	8 390	260 735	277 953	7 048	285 001
1 9 5 3	266 045	8 574	274 619	290 085	7 200	297 285

tura Econômica, novembro de 1953, pág. 41), destinado ao consumo domiciliar.

Companhia Ferro Brasileiro S. A.

Capital de Cr\$150.000.000,00

USINAS EM GORCEIX E CAETÉ

● ESTADO DE MINAS GERAIS ●

FABRICA: — Tubos de ferro fundido centrifugado, de ponta e bôlsa ou de flange para água, gás, petróleo, esgotos, ar comprimido, etc. de 50 a 600 milímetros de diâmetro.

ESCRITÓRIOS:

BELO HORIZONTE

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

R. Goitacazes, 15-5.º Av. Nilo Peçanha, 26-6.º

R. Bráulio Gomes, 139,

Tel. 2-5333

Tel. 32-8011

14.º andar — Tel. 34-7147

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: FERROBRASIL

A Conjuntura no Estrangeiro



PANORAMA MUNDIAL

O ano de 1953 foi para a economia mundial, em conjunto, um período de expansão. A carência de produtos de primeira necessidade — resíduo dos anos de guerra — cessou virtualmente e em diversos domínios há verdadeira abundância. Ao utilizarmos esta palavra, não esquecemos que em numerosos países grande parte da população vive mal alimentada, insuficientemente vestida, com falta de habitação e de meios de equipamento indispensáveis para assegurar-lhe certo conforto. De modo geral, porém, melhorou muito o abastecimento. Aboliu-se o racionamento em toda parte do mundo ocidental, os transportes funcionam normalmente e a produção ultrapassou em larga escala as cifras anteriores à guerra. A liberdade de comércio, embora não inteiramente restabelecida, permite amplas trocas internacionais, entravadas apenas por algumas dificuldades de ordem monetária. Em síntese, o bem-estar material voltou a ser função da renda individual e nacional.

ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

Os sinais de abundância, isto é, de superprodução, manifestam-se sobretudo em relação a alimentos e certas matérias-primas. As colheitas sucessivas, com fartura de cereais, no Hemisfério Norte, juntou-se a da Argentina, que lhe permitiu retornar ao mercado mundial, após uma ausência de vários anos. Resultou daí uma baixa acentuada do trigo, que o novo acôrdo internacional desse produto não foi capaz de sustar. Os principais países produtores foram obrigados a intervir, concedendo preços mínimos aos agricultores e, além disso, os fazendeiros americanos decidiram, a pedido de seu govêrno, reduzir a área de cultivo.

No terreno das matérias-primas têxteis, em particular o algodão, as colheitas foram mais limitadas, porém os estoques acumulados impediram forte aumento dos preços. A borracha natural encontra-se em situação crítica nos países exportadores, em consequência da superprodução, que não leva na devida conta a produção crescente de borracha sintética.

A produção da maioria dos metais ultrapassou igualmente as necessidades imediatas. Apenas o mercado de cobre sofreu grande alta, estimulada pela suspensão das exportações do Chile, que durante cinco anos não autorizou a venda de sua produção aos preços em vigor no mercado internacional. Mas, em dezembro, um acôrdo entre o govêrno daquele país e as companhias mineiras norte-americanas que nêle trabalham pôs fim a tal empecilho. A produção siderúrgica, em acentuado progresso nos Estados Unidos, acusa também sinais de superprodução, particularmente nos países

da Comunidade do Carvão e do Aço, na Europa. O mesmo se pode dizer quanto aos combustíveis. Especialmente, o contínuo acréscimo da produção petrolífera parece ultrapassar o aumento do consumo e espera-se com ansiedade a eventual reentrada do petróleo do Irã no mercado mundial.

I - PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS EM NOVA YORK
(Em U.S. cents)

PRODUTOS	QUALIDADE	UNIDADE	DEZEMBRO 1953	DEZEMBRO 1952
Trigo	Nº 2, red	Bushel	231,50	256,50
Milho	Nº 2, yellow	"	184,00	192,50
Aveia	Nº 2, white	"	95,75	109,12
Centelo	Nº 2, western	"	171,50	229,71
Agüoar	Granulated	Libra	8,65	8,65
Café	Santos 4	"	60,50	53,61
Cacau	Accra	"	45,37	30,00
Algodão	Middling	"	33,55	33,55
Aço	Pittsburgh	Tonelada	6 200,00	5 900,00
Ferro	Nº 2, Foundry	"	6 110,00	6 069,00
Sucata	Pittsburgh	"	3 350,00	4 300,00
Chumbo	-	Libra	13,50	14,00
Cobre	Electr.	"	29,50	24,56
Estanho	Straits	"	86,25	121,37
Zinco	-	"	10,00	12,50
Borracha	Rib smoked	"	20,75	32,00
Peles	Butt brand	"	11,00	14,50
Petróleo bruto ...	-	Barril	405,00	425,00
Carvão de pedra ..	Furnace	Tonelada	2 415,00	2 550,00

O incremento da produção exerceu pressão sobre os preços. Com raras exceções, não houve bruscos movimentos especulativos, como os produzidos em 1952, em reação ao "boom" da Coreia, mas um enfraquecimento lento e persistente levou a maior parte das matérias-primas agrícolas e minerais a um nível inferior ao de 1950. O QUADRO I dá as cotações — à vista — das principais matérias-primas no mercado de Nova York em meados de dezembro de 1953, em comparação com os preços da mesma época de 1952.

Entre os 19 produtos do QUADRO I, 13 apresentam baixa e um (açúcar) permaneceu estacionário. Entre os 5 outros cujos preços subiram, 2 oferecem particular interesse para o Brasil: café e cacau. O cacau, que antes sofrera forte baixa, acusa a alta mais acentuada (+ 50 %), enquanto a do café se limita a 12,8 %.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Para as indústrias 1953 foi, em geral, um período favorável. A séria crise que no ano anterior atingira diversas indústrias de bens de consumo, notadamente a têxtil, atenuou-se e, de modo especial nos Estados Unidos, constata-se notável incremento das vendas. A retomada dos negócios não prosseguiu em linha reta durante o ano todo; houve ligeiro recuo no terceiro

trimestre, que determinou um declínio de 3,5 bilhões de dólares (— 1 %) do produto nacional bruto em relação ao trimestre precedente, mas o valor bruto da produção ultrapassou ainda de 7 % o de 1952. A diminuição se deve quase exclusivamente aos bens de produção. As despesas do público mantiveram-se no elevado nível de 231 bilhões de dólares (por ano). Um dos fatores de maior animação da economia americana é o aumento da produção de automóveis. Esperam-se, como resultado final do ano, 6,2 milhões de carros de passageiros e 1,2 milhões de caminhões e outros veículos comerciais; tais quantidades são inferiores apenas às cifras recordes de 1950. É verdade que a procura em 1953 foi determinada em parte pelas restrições impostas à produção civil, nos dois anos anteriores, mas ela indica, em todo caso, que o poder aquisitivo e a disposição do público de aplicar sua renda em bens duráveis não foram afetados pelas ligeiras flutuações da conjuntura.

Na Europa, os índices da produção industrial tiveram maior acréscimo ainda que nos Estados Unidos. Lá também a produção automobilística progride em consideráveis proporções, tendo ultrapassado largamente, em 1953, dois milhões de viaturas. Mas foi sobretudo a indústria de construção que determinou o impulso geral da produção. Como sempre, é a Alemanha que marcha neste terreno à frente dos países europeus; nos meses de verão, a construção ocupa na Alemanha ocidental um milhão de pessoas, e o valor total das novas construções em 1953 é estimado em 14 bilhões de marcos, absorvendo 14 % da renda nacional. Na Inglaterra também a construção, sobretudo de habitações, faz grandes progressos.

A produção de aço nos países pertencentes à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OEEC) permaneceu em 1953 ligeiramente abaixo do nível atingido no ano anterior (61,7 milhões de toneladas). Alguns países, como Inglaterra e Itália, aumentaram a produção, mas outros, como Alemanha, França e Bélgica, viram-se forçados a restringi-la, em consequência de dificuldades de exportação. A produção de carvão tão pouco correspondeu às expectativas. A OEEC previra o aumento de 475 milhões de toneladas em 1952 a 487 milhões em 1953, mas, segundo os dados até o momento disponíveis, a produção só alcançou 477 milhões, ou seja, permaneceu praticamente estacionária.

Outras indústrias — química, têxtil, equipamento elétrico etc. — dos países europeus acusam atividade mais intensa, que se reflete no índice geral da produção industrial. Apresentamos no QUADRO II uma sinopse da evolução nos principais países industriais da OEEC e nos Estados Unidos.

À primeira vista, a evolução, tal qual se reflete nos índices gerais da produção industrial, parece muito disparatada: a progressão na Alemanha nos últimos cinco anos foi duas vezes maior que nos outros países, e nos Estados Unidos, mais modesta que na Europa. Entretanto, é preciso con-

II - ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(1948 = 100)

P A Í S	1938	1950	1951	1952	SET. 1953	OUT. 1953
Inglaterra	86	114	117	114	125	127
Alemanha Ocidental	196	179	214	229	261	269
França....	90	111	125	130	122	124
Itália....	101	127	144	146	160	-
Bélgica....	85	104	119	110	121	125
Suécia....	68	108	112	110	115	-
EE. Unidos.	46	104	115	114	121	121

siderar que o ano de 1948, utilizado no momento pelos serviços da ONU e das outras organizações internacionais como base, foi para a Alemanha apenas o ponto de partida da reconstrução; a produção industrial nesta época encontrava-se reduzida à metade do nível de antes da guerra, enquanto a dos Estados Unidos era já duas vezes e meia mais elevada que em 1938. Em relação a 1938, a progressão da Alemanha foi mais fraca do que na Inglaterra e Suécia, e muito mais do que nos Estados Unidos. Em comparação com 1952, verifica-se na Europa uma progressão variando entre 5 e 15 %, com exceção da França, onde os resultados do ano inteiro serão provavelmente melhores que as cifras mensais do QUADRO.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O desenvolvimento do comércio internacional não acompanhou o acréscimo da produção. Cessou o forte declínio que o comércio mundial sofreu em 1952, mas não se observou ainda recuperação sensível. A animação dos negócios exportadores em alguns ramos, como a indústria têxtil e a de papel, é contrabalançada por estagnação em outros setores, como a siderurgia; o valor total do comércio mundial em 1953 deverá apenas atingir o do ano anterior. Nos dois países comerciais mais importantes — Estados Unidos e Grã-Bretanha —, cujas trocas com o exterior representam cerca de um terço do comércio mundial, verificam-se poucas modificações. Os Estados Unidos efetuaram, segundo os dados ainda incompletos da estatística oficial, uma exportação de 15 bilhões de dólares, à qual se opõe uma importação de 11 bilhões. Para a Inglaterra, as cifras correspondentes elevam-se a 6,5 e 8 bilhões de dólares. Os Estados Unidos têm portanto o maior superavit, e a Inglaterra, o maior deficit comercial de todos os tempos. Entretanto, o superavit norte-americano tem caráter antes nacional, porque suas exportações compreendem as mercadorias fornecidas gratuitamente a título de ajuda americana. Se quisessem aumentar de muito suas importações, sem ampliar simultaneamente as vendas ao exterior, deviam exportar ouro ou tomar outras providências para equilibrar o balanço de pagamentos.

O único país do Hemisfério Norte que possui no momento um verdadeiro e importante saldo positivo em sua balança comercial é a Alemanha. Suas exportações, de mais de 4 bilhões de dólares, igualam as do Canadá, que até agora mantinha o terceiro lugar entre os países exportadores. Em 31 de outubro último, a Alemanha era credora da União Européia de Pagamentos dum montante de 405 milhões de dólares — após haver recebido 300 milhões de dólares em ouro —, enquanto a Inglaterra e a França eram devedoras a esta instituição de 560 e 312 milhões de dólares, respectivamente. A Alemanha utiliza os excedentes de seu comércio exterior, em parte, para reforçar as reservas de ouro e divisas de seu banco central, e em parte para fazer investimentos no estrangeiro. Mas o reinício do serviço de sua dívida externa deverá em breve reduzir sua capacidade de exportar capitais.

Um dos problemas mais discutidos do comércio internacional no ano passado foi o comércio entre o mundo ocidental e o bloco oriental. Pouco

a pouco, todos os países europeus, sem diferença de credo político, e numerosos outros restabeleceram o comércio com a URSS e seus satélites, tendo-se firmado diversos acordos comerciais com tal fim. Novamente a Alemanha Ocidental foi o país mais ativo neste particular. Suas exportações ao bloco soviético alcançaram aproximadamente 100 milhões de dólares. As exportações dos Países-Baixos para a URSS triplicaram, a pequena Dinamarca assinou um acordo com a Rússia sobre trocas, no valor de 21 milhões de dólares de cada lado. De outra parte, o comércio da Inglaterra com a URSS diminuiu e os negócios da França com o Leste mostram-se hesitantes. Em síntese, o comércio exportador dos países ocidentais com a URSS e os países da órbita soviética não deverá ter ultrapassado consideravelmente um bilhão e meio de dólares, como no ano anterior, e as importações foram provavelmente menores que em 1952. Para o comércio mundial, estas cifras desempenham papel bem limitado, pois representam apenas 2-2,5 %.

SITUAÇÃO MONETÁRIA

A evolução moderada do comércio internacional não se deve mais — como nos primeiros anos do após-guerra — às perturbações monetárias. Por certo, o problema das trocas ainda não está definitivamente resolvido e os esforços para a conversibilidade da libra e outras moedas não chegaram a resultados satisfatórios em 1953. Todavia, a situação internacional das trocas melhorou consideravelmente e a questão da carência de dólares perdeu muito de sua importância.

As moedas européias consolidaram-se e seu preço no mercado livre aproxima-se da taxa oficial. O deságio do marco reduziu-se a 3 %, o da libra a 6 %. Mesmo o franco francês acusa notável melhoria. Seu deságio, de quase 30 % há dois anos e de 20 % em princípios de 1953, passou a 10 %.

Entre os países do primeiro plano, apenas dois sofrem ainda seriamente os efeitos da inflação e do passivo de seu balanço de pagamentos: Brasil e Japão. Quanto a este último, sua moeda continua a sofrer agudas flutuações no mercado livre, onde o dólar é comprado até por 450 yens, enquanto a taxa oficial é de 360. Dois terços das receitas de divisas do Japão provêm de compras especiais dos Estados Unidos e das despesas dos militares americanos (somente estas sobem a 350 milhões de dólares por ano). Tal ajuda, por mais preciosa que seja no momento, não constitui evidentemente uma base sólida para assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos e os observadores americanos consideram indispensáveis certas reformas monetárias e financeiras, sobretudo para acabar com a inflação.

Entretanto, na maior parte do mundo, a inflação atenuou-se e, embora os orçamentos governamentais sejam deficitários em quase toda parte, as operações internas de crédito bastam em geral para completar os recursos. A estabilidade das trocas e a relativa solidez dos preços nos mercados internos tiveram profunda repercussão sobre o mercado de ouro. As compras dos particulares, notadamente em países como a França, onde o entesouramento desse metal precioso é a defesa tradicional contra a inflação, ces-

saram quase de todo. Por conseguinte, a baixa no preço do ouro prosseguiu em ritmo acelerado. O ágio em relação ao dólar desapareceu virtualmente e no mercado suíço o ouro chega a ser negociado abaixo de seu valor-par de 35 dólares a onça. A oferta do ouro russo — porque a União Soviética deve vender ouro para cobrir o déficit de sua balança comercial — contribuiu talvez para tal evolução, mas este ouro é em geral absorvido pelos bancos centrais, em particular o Banco da Inglaterra, não havendo muita repercussão no mercado livre, que depende antes da situação monetária e política.

SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E IMPOSTOS

Os progressos que a economia mundial fez em 1953 determinaram em numerosos países aumento da renda nacional e, como o custo da vida permaneceu relativamente estável, aumento da renda real. As questões sociais não faltaram nem nos Estados Unidos, nem na Europa — França, Itália, Inglaterra —, mas as greves nas empresas privadas foram menos longas que no ano anterior e não tiveram consequências graves sobre a marcha da produção. O aumento de salários, obtido com ou sem greves, foi, salvo raras exceções, bem moderado. Em compensação, os lucros das empresas acusam em muitos países importante acréscimo. É o caso sobretudo dos Estados Unidos. Segundo uma análise feita pelo National City Bank of New York, dos balanços de 540 grandes companhias, a renda líquida, após o pagamento dos impostos, foi, nos nove primeiros meses de 1953, superior em 18 % à do período correspondente de 1952. A evolução destas empresas nos três últimos anos foi a seguinte:

III - RENDA LÍQUIDA DE
540 COMPANHIAS AMERICANAS
(Em milhões de dólares)

PERÍODO	1951	1952	1953	DIFEREN ÇA 1953 s/ 1952 (%)
1º trim.	1 434	1 259	1 367	+ 9
2º trim.	1 411	1 180	1 462	+ 24
3º trim.	1 196	1 209	1 463	+ 21
4º trim.	1 449	1 588	-	-
TOTAL ..	5 490	5 236	-	-

As rendas verificadas em 1953 ultrapassaram portanto as do ano anterior, assim como os resultados particularmente favoráveis do primeiro semestre de 1951, quando os preços foram estimulados pela guerra da Coreia. O aumento das rendas não se deve somente ao acréscimo da produção.

Na indústria siderúrgica americana — muito prejudicada em 1952 por uma greve longa — as vendas subiram de 36 %, e os lucros de 83 %.

As rendas das empresas foram, até certo ponto, favorecidas pela reforma da legislação fiscal. Na Inglaterra, o imposto sobre os lucros extraordinários, criado às vésperas da guerra, foi em grande parte suprimido. Também na França e Alemanha, o fisco presta mais atenção aos investimentos das empresas. Em geral, pode-se constatar certa tendência para reduzir os altos impostos diretos e substituí-los pelos indiretos.

CONCLUSÕES

As grandes linhas da evolução econômica que acabamos de assinalar levam-nos à conclusão de que o ano passado foi um período favorável para

a economia mundial. A recessão, prevista por alguns observadores, sobretudo para o segundo semestre, não se produziu. O ligeiro declínio observado em algumas indústrias não corresponde àquela palavra. O número de desempregados diminuiu em quase toda parte, a atividade industrial manteve-se em nível elevado e os negócios se tornaram mais lucrativos.

A continuação da prosperidade implica de certo em perigo de reação. Há sinais de superprodução, particularmente no sistema agrícola. A progressão dos preços agrícolas em relação aos industriais, realizada na época da seca, foi suprimida pelo desenvolvimento posterior, e os agricultores se encontram de novo em situação cada vez mais precária, que exige a assistência e a intervenção do poder público.

A expansão industrial tem caráter antes nacional que internacional. Os investimentos fora do próprio país permaneceram medíocres. Os diversos programas em favor dos países subdesenvolvidos só foram realizados em proporções limitadas. A esperança de que o capital privado substitua, sob este aspecto, o capital público não se confirmou. São ainda os recursos do governo americano e das instituições internacionais, tais como o Banco para a Reconstrução e o Desenvolvimento, que fornecem a maior parte dos meios aplicados nos países jovens. A falta de investimentos internacionais entrava naturalmente o desenvolvimento do comércio mundial.

Não há indícios de que tais condições pouco favoráveis aos países menos desenvolvidos se modifiquem em futuro próximo. Somente se os mercados internos dos grandes países industriais se aproximarem do ponto de saturação, será possível esperar que os capitais disponíveis tomem o caminho dos países mais distantes. Notícias procedentes dos Estados Unidos indicam, aliás, certos temores da possível ocorrência de uma crise, em futuro próximo, naquele país, ainda que de proporções reduzidas. Nesse sentido parece já haver o propósito, por parte do governo, de tomar medidas destinadas a prevenir ou mesmo evitar essa tendência.



DEMOGRAFIA

O ano de 1953 não trouxe alteração de importância fundamental à posição demográfica do Brasil. Não ocorreram epidemias, fenômeno que, com o avanço da tecnologia, tende a desaparecer do mundo moderno, pelo menos no que se refere às causas atualmente conhecidas. O abastecimento de gêneros alimentícios conservou as características habituais e mesmo a crise alimentar do Nordeste, decorrente dos maus invernos dos três últimos anos, não teve as consequências das grandes secas do século passado e das primeiras décadas do atual. Os depósitos de água dos açudes, as estradas de rodagem e os veículos automotores resolveram, em parte, o problema, dada a possibilidade de se transportarem para as zonas mais atingidas as reservas alimentares existentes em outras regiões do país. Assim, os lamentáveis casos de fome porventura ocorridos devem ter sido pouco numerosos, não chegando por isso a alarmar a opinião pública e, consequentemente, a influenciar o panorama demográfico das zonas assoladas.

As alterações históricas da estrutura demográfica vêm-se operando naturalmente, a longo termo, e não é esta a oportunidade de comentá-las.

Do ponto de vista da conjuntura, o problema das migrações internas continuou a dominar o panorama demográfico nacional, tendo, porém, como característica o inverso do que sucedeu nos anos anteriores. O número de nordestinos entrados no Estado de São Paulo, com passagem pela Hospedaria de Imigrantes do Estado, baixou de 204 584, nos nove primeiros meses de 1952 (média mensal de 22 731), a 92 336 (média mensal de 10 254). Levando-se em conta que nos últimos meses do ano ocorre sempre uma redução nas correntes migratórias, se modificações houve o foram no sentido de baixa desta média mensal. Em tais circunstâncias, cabe supor que o total de migrantes que passaram, em 1953, pela Hospedaria de São Paulo, não ultrapassou a casa dos 120 000. Isto é pouco mais do que o total de 1939 (100 139), o que significa uma diminuição relativa, pois a população dos Estados emigrantes teve um incremento muito acentuado no período de 1939/1953.

Como as condições dos Estados emigrantes não se modificaram grandemente, de 1952 para 1953, pois as alterações na estrutura das regiões de economia de subsistência são muito lentas, e a possibilidade de maior progresso na sua industrialização está na dependência da terminação das obras da Hidrelétrica do São Francisco, tudo leva a crer que esta modificação no desenvolvimento das migrações internas é consequência de al-

terações que se produziram nos Estados imigrantes, hipótese por nós já formulada em janeiro de 1953.

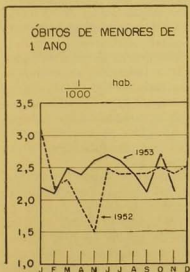
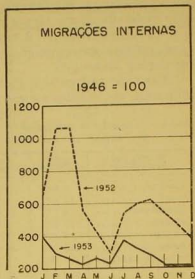
A crise de energia elétrica em São Paulo, dificultando a instalação de novas indústrias, e provavelmente a redução no ritmo de desbravamento do Paraná ocasionaram um declínio das correntes migratórias, que deve ter diminuído naturalmente a procura de novas massas de mão-de-obra.

Além disto, as estruturas econômicas de São Paulo e Paraná, em franco desenvolvimento e com acentuado dinamismo, estão, ao que parece, atravessando um período de modificação qualitativa, isto é, pela incorporação de equipamentos mecânicos à indústria, verifica-se aumento da produção, sem acréscimo proporcional da mão-de-obra. Em virtude de uma forte capitalização, o crescimento da economia daqueles dois Estados está-se fazendo mais à custa de inversões que de salários.

Embora não tenhamos elementos que nos permitam conhecer o movimento migratório para o Distrito Federal, é de supor haja também diminuído. Também a crise de energia elétrica e as dificuldades de importação (matérias-primas, equipamentos, etc.) vêm atingindo fortemente o mercado da mão-de-obra local. Uma investigação realizada pelo Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em 68 estabelecimentos dos quatro ramos principais da indústria (ver o item seguinte "ocupação na indústria"), permitiu comprovar que tais fatores estão realmente freando o desenvolvimento da indústria do Distrito Federal. Isto determina, em consequência, drástica redução no aproveitamento de novas massas de migrantes, sendo tradicionalmente conhecido que os emigrantes só se dirigem para os lugares onde podem encontrar trabalho com facilidade.

No QUADRO, apresentamos para os Estados de maiores correntes emigratórias os dados referentes ao ano completo de 1952 e ao primeiro semestre de 1953, apurados pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.

Mesmo que no segundo semestre observemos um movimento igual ao do primeiro, o que provavelmente não acontecerá, o total da contribuição



dêstes sete Estados baixará de 249 926 para um pouco menos de 109 000. Assim, o problema do êxodo rural, dos Estados nordestinos e do Leste, pelo menos no que diz respeito ao deslocamento para o Sul do país, e que tanto vinha alarmando alguns economistas, retomou o antigo ritmo que se pode considerar normal. É curioso que esta nova face do fenômeno, que se nos afigura da maior gravidade, não haja despertado ainda a atenção dos peritos no assunto.

Caso não tenham sido abertos outros campos de utilização da mão-de-obra nova, que anualmente entra no mercado de trabalho daqueles sete Es-

ENTRADA DE EMIGRANTES
NO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	1952 (COMPLETO)	1953 1º SEMESTRE
Piauí	2 625	734
Ceará	15 025	3 631
Pernambuco	31 731	10 981
Alagoas	28 125	9 188
Sergipe	9 182	2 145
Bahia	118 758	18 403
Minas Gerais	44 480	9 351
TOTAL	249 926	54 433

tados e que se torna mais ou menos sobrando, por ser mal aproveitada, a conjuntura parece menos favorável à região, pois sua população estará crescendo muito mais do que os bens de consumo disponíveis. Isto obriga a uma redução geral no nível de vida, já de si muito baixo, daquelas populações. Não se pode afirmar entretanto que as correntes migratórias dos Estados referidos hajam sofrido declínio, desde que os dados disponíveis se relacionam apenas aos Estados do Sul

e tais correntes podem ter sido desviadas, em parte, para outras regiões pioneiras, como Goiás e Mato Grosso, por exemplo.

Assim, 1954 trará um problema novo ao país, qual seja o de abrir novos campos de trabalho às crescentes massas populacionais dos Estados do Nordeste e do Leste, por isto que se reduzem suas tradicionais fontes de aproveitamento — São Paulo e Paraná. Todavia, assistiremos ao término das obras do São Francisco e é muito possível que os Estados incluídos na sua área de influência comecem a ampliar a indústria, absorvendo a mão-de-obra que não está encontrando mais mercado no Sul. Tudo dependerá, naturalmente, da existência de suficiente capital para investimento na própria região, das vantagens que possam ter os capitalistas do Sul que ali queiram inverter e dos planos do governo, dirigidos no sentido de realizar inversões na região e facilitar a instalação, por particulares, de novas empresas, seja financiando, seja criando facilidades fiscais.

Mortalidade por tuberculose — Como previmos em janeiro de 1953, a tuberculose continuou a declinar no ano findo. Os mesmos fatores que determinaram a modificação da curva da mortalidade da doença, a partir de 1948, prosseguiram operando. Contudo, em 1953, deve-se levar em conta um fator novo que já vinha atuando a partir de agosto de 1952. Referimo-nos aos derivados do ácido isonicotínico, que, segundo as informações de todos os especialistas no assunto, se apresentam realmente como elemento vigoroso no tratamento da doença. Não esqueçamos no entanto que, em dezembro de 1952, os funcionários públicos federais, municipais, autárquicos e parastatais, que constituem grande percentagem da população carioca, foram beneficiados com o abono provisório, o aumento do

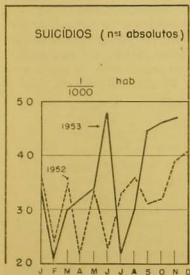
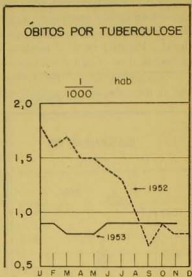
salário-família e os adicionais por tempo de serviço. Também os trabalhadores em geral haviam sido contemplados com elevação do nível do salário mínimo, e os militares, com o Código de Vencimentos e Vantagens, tudo isto contribuindo para uma melhoria das condições de vida da população, fator dominante na luta contra a tuberculose, não obstante a pressão inflacionária que continuou mais ameaçadora.

A análise das quantidades de gêneros alimentícios consumidos pela população do Distrito Federal (*Conjuntura Econômica*, novembro de 1953) revela que o carioca já ultrapassou a fase de subalimentação crônica e, portanto, tende a ser problema do passado a alta mortalidade pela tuberculose no Distrito Federal. Esta deve ter-se situado no ano de 1953 em torno de 90 por 100 000. Embora refletindo grande declínio, — elevava-se a 290 em 1947, — está longe ainda dos baixos níveis apresentados nesse mesmo ano de 1947, em vários países como: Canadá, 36,8; Estados Unidos, 31,0; Bélgica, 44,1; Dinamarca, 24,4; Holanda, 26,2; Luxemburgo, 51,2; Austrália, 27,5; Nova Zelândia, 26,0.

Esclareça-se que há tempos estes países vinham apresentando coeficientes de mortalidade por tuberculose bem inferiores ao atual do Distrito Federal, muito antes, portanto, da utilização das novas drogas. Acentue-se, também, que nenhum deles utilizou em larga escala o BCG. O que caracteriza a todos é o alto grau de desenvolvimento econômico e, naturalmente, uma elevada renda nacional *per capita*.

As perspectivas para 1954 quanto à mortalidade pela tuberculose no Distrito Federal são inteiramente satisfatórias. É provável que a prevalência da doença, isto é, o número de doentes em relação à população, continue crescendo, como consequência do aumento da vida média dos doentes. A resistência inespecífica resultante da melhoria alimentar da população carioca contribuirá, porém, para a redução no risco de ataque, diminuindo o aparecimento de casos novos.

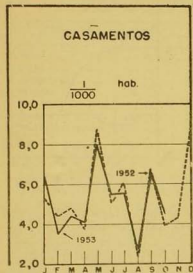
Óbitos de menores de 1 ano — Manteve-se em 1953, para calcular os óbitos de menores de 1 ano, a relação entre a ocorrência de tais óbitos e



a população total. Não é este todavia o melhor dado para avaliar a situação, como o temos afirmado. É nosso propósito, no corrente ano, abordar o problema, isto é, a mortalidade infantil, nas bases clássicas.

Entretanto, nosso índice de óbitos de menores de 1 ano apresentou ligeiro aumento em 1953, o que nos parece fora da realidade, pois tudo leva a acreditar que a mortalidade infantil continua em declínio no Distrito Federal. Prometemos a nossos leitores realizar, no decorrer de 1954, uma pesquisa que venha a esclarecer o assunto.

Casamentos — Tendo em vista os dados disponíveis, que se referem até o mês de outubro, não sofrerá alteração de maior importância o coeficiente bruto de nupcialidade no Distrito Federal, devendo por isto ficar em torno de 5,4, como no ano anterior. A variação mensal manteve, como era de se esperar, as mesmas características: pequeno número de casamentos em agosto, contrastando sempre com altos coeficientes em maio, setembro e dezembro.



O ano de 1953 pode, pois, ser considerado normal, no que se refere à nupcialidade. Na apuração de nosso índice comprovamos que continua muito elevada a evasão ao registro de matrimônios. Não é crível traduza a realidade o baixo coeficiente assinalado pelas estatísticas legais.

Suicídios — Até novembro de 1953 foram notificados ao Serviço Federal de Bioestatística 389 suicídios na Capital da República. Tal cifra faz prever para o ano inteiro 435 suicídios, dando um aumento de

13% em relação a 1952. A média mensal elevou-se, também, de ano a ano, atingindo 36 casos por mês em 1953, contra 29 em 1950, 30 em 1951 e 32 em 1952.

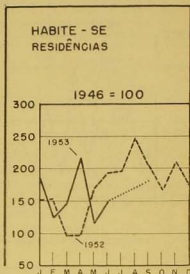
HABITAÇÃO

A irregularidade das séries de “habite-se para residências” e “para casas populares” publicadas mensalmente no quadro de *Índices Sociais*, bem como a conhecida evasão na estatística dos “habite-se” concedidos impõem suma cautela na sua interpretação, tanto mais quanto a primeira das séries mencionadas está atrasada de cinco meses.

Tudo leva a crer no entanto que, ao contrário do sucedido em 1952 relativamente a 1951, houve decréscimo no número de residências oferecidas à população do Distrito Federal, em 1953. Os índices de habite-se para residências e casas populares (média de 7 meses) acusam diminuição de 8 % a 9 % em confronto com a respectiva média mensal de 1952.

Considerando que a população carioca vem crescendo ao ritmo de 3,5 % ao ano, teríamos de convir, a julgar por tais dados, que sua situação habitacional piorou durante 1953. Contudo, o estímulo que a liberação dos aluguéis de residências em prédios novos representou para os investimentos imobiliários, a partir de janeiro de 1951, deverá contribuir, a curto prazo, para atenuar a escassez de habitações, especialmente de apartamentos destinados à classe média.

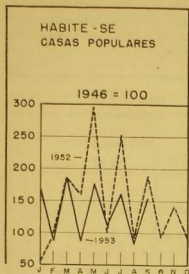
Mercado de apartamentos — Um indicio dessa animação do mercado imobiliário é fornecido pelos seguintes dados, por nós colhidos em edições dominicais de outubro, do “Correio da Manhã”:



	1946	1952	1953
N.º de apartamentos à venda no Distrito Federal	1 156
prontos	705
em construção	385
em incorporação	66
N.º de apartamentos à venda em Copacabana	240	576	551
prontos	109	306	355
em construção	121	237	171
em incorporação	10	33	25
N.º de edifícios de apartamentos em incorporação no Distrito Federal	61
N.º de apartamentos para alugar no Distr. Federal	641
Idem, em Copacabana	2	141	323

Se, em relação a 1952, houve sensível acréscimo no número de apartamentos para alugar e para vender (já prontos), a diferença é ainda maior quando estabelecido o confronto com o ano de 1946.

No que respeita aos valores, observa-se que em Copacabana os apartamentos menores custam agora mais caro que em 1952, dando-se o contrário nos maiores (ver QUADRO).



Também é digna de nota a extraordinária elevação nos preços dos apartamentos ocorrida de 1946 a 1953, que oscila entre + 141 % e + 171 %, segundo o tipo, enquanto o custo da construção apenas experimentou o incremento de 89% e o custo da vida + 111 %. Mesmo tendo em conta a grande valorização dos terrenos observada em Copacabana, é inegável o caráter acentuatadamente especulativo das transações imobiliárias no bairro em foco.

A comparação entre os aluguéis de apartamentos em 1952 e 1953 não permite conclusões seguras, pôsto que nos apartamentos de 2 e 4 ou mais quartos nossa amostra acusa forte alta, e nos de 1 e 3 quartos estacionamento e até redução.

O fato de haver grande variação de tamanho e padrões de construção em apartamentos do mesmo número de quartos

**NÚMERO E PREÇO MÉDIO DOS APARTAMENTOS POSTOS À VENDA EM COPACABANA
(MÊS DE OUTUBRO)**

TIPO DE APARTAMENTOS	1 9 5 3		1 9 5 2		1 9 4 6	
	Nº	Preço médio (Cr\$ 1 000)	Nº	Preço médio (Cr\$ 1 000)	Nº	Preço médio (Cr\$ 1 000)
1 quarto	83	299	81	279	8	109
2 quartos	75	507	78	494	26	210
3 quartos	150	923	115	937	38	380
4 e mais quartos ..	47	1 626	32	1 729	37	639

Fonte: Anúncios publicados em edições dominicais do "Correio da Manhã"

torna o cotejo precário, mas, apesar disso, temos a impressão de que os aluguéis continuaram a aumentar em 1953, embora não no ritmo que se seguiu à sua liberação parcial em janeiro de 1951.

**NÚMERO E ALUGUEL MÉDIO DOS APARTAMENTOS EM COPACABANA
(MÊS DE OUTUBRO)**

TIPO DE APARTAMENTOS	1 9 5 3		1 9 5 2	
	Nº	Aluguel médio (Cr\$)	Nº	Aluguel médio (Cr\$)
1 quarto	106	3 300	52	3 280
2 quartos	101	5 100	28	4 410
3 quartos	102	6 400	51	6 740
4 e mais quartos ..	14	11 800	10	8 640

Fonte: Anúncios publicados em edições dominicais do "Correio da Manhã".

TRABALHO

Ocupação na indústria — Se acompanharmos as flutuações do número de empregados dos 177 estabelecimentos industriais, que constituem a amostra por nós utilizada no cálculo do salário mediano na indústria do Distrito Federal, observaremos a evolução indicada no QUADRO.

OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA DO DISTRITO FEDERAL

P E R Í O D O		NÚMERO DE EMPREGADOS	Í N D I C E (Março de 1952 = 100)
1952	— Março	56 551	100,0
	— Junho	57 792	102,2
	— Setembro	56 750	100,4
	— Dezembro	47 661	84,3
1953	— Março	50 007	88,4
	— Junho	57 401	101,5
	— Setembro	56 655	100,2

Abstraindo os baixos índices de dezembro de 1952 e março de 1953, que refletem o clima de greves então imperante, não se observa tendência ascendente na ocupação, na Unidade Federativa em aprêço.

Esta afirmativa é corroborada por recente investigação efetuada pelo Centro de Estudos Sociais, do Instituto Brasileiro de Economia (Fundação Getúlio Vargas) junto a 68 estabelecimentos industriais desta capital, a fim de medir o impacto da crise de energia e das dificuldades de importação sobre a mão-de-obra.

EFEITOS DOS FATORES ADVERSOS SOBRE A MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL

RAMO INDUSTRIAL	Nº DE INFORMANTES	MEDIDAS ADOTADAS PELOS INDUSTRIAIS		NENHUM EFEITO OU NÃO ESPECIFICADO
		Dispensa ou não mais admissão de mão-de-obra	Redução de horário	
Metalurgia e mecânica	9	5	2	4
Química e farmacêutica	13	10	4	3
Têxteis e vestuários	13	10	6	1
Alimentares e bebidas	33	17	11	15
T O T A L	68	42	23	23

Cerca de 62 % das empresas consultadas estão dispensando ou não mais admitindo mão-de-obra. Em algumas indústrias, como a química e farmacêutica e a têxtil, a percentagem é particularmente alta (quase 80 %).

Também milita a favor da tese a forte diminuição verificada durante 1953 no fluxo de migrantes oriundos das regiões Nordeste e Leste, em direção ao Sul do país, o que dificilmente se poderia justificar a não ser por um decréscimo sensível das oportunidades de emprego nas zonas tradicionais de atração demográfica.

Os anúncios de ofertas de emprego publicados semanalmente nas edições dominicais do "Jornal do Brasil" foram bem mais numerosos em 1953 do que no ano anterior.

Nosso índice acusa, no período anual, uma elevação de 20 %, havendo superado, pela primeira vez, o nível do ano-base de 1946, reconhecidamente de intensa oferta de empregos.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ANÚNCIOS DE OFERTAS DE EMPREGO
PUBLICADOS NO "JORNAL DO BRASIL"
(DEZEMBRO DE 1953)

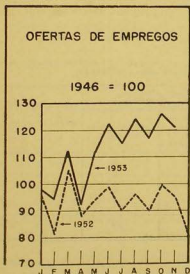
RAMO DE ATIVIDADE	EM RELAÇÃO À ATIVIDADE			EM RELAÇÃO AO SEXO	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Domésticas	33	2	60	3	97
Indústrias e serviços..	23	30	17	62	38
Comércio e escritórios	28	40	18	65	35
Outros	16	28	5	82	18
T O T A L	100	100	100	-	-

Não é fácil explicar o fenômeno, em face do declínio constatado no índice de ocupação na indústria e de outros sintomas reveladores de certa estagnação no mercado de trabalho.

Dois fatos talvez contribuem para essa anomalia: o peso relativamente grande do número de anúncios de ofertas de emprego para domésticas (ver QUADRO), pouco sensível, a curto prazo, às modificações da conjuntura, e, em segundo lugar, a natureza do índice, que se tem mostrado pouco adequado para medir a ocupação.

A lenta progressão dos salários na indústria durante 1953 contrasta com a rápida subida dos preços ao consumidor, notadamente dos gêneros alimentícios. É indiscutível que, a não ser em alguns setores industriais, beneficiados pelo desfecho favorável de greves ou dissídios coletivos, os assalariados, de modo geral, viram diminuída sua capacidade aquisitiva (ver QUADRO).

Assim, enquanto nosso índice do custo da vida se elevou, de 1952 para 1953, em 11 % (o de São Paulo acusa + 21 % até novembro), o salário mediano na indústria carioca não chegou a aumentar 3 %. Significa isto uma queda efetiva de 11 % nos salários medianos reais do Distrito Federal, no espaço de um ano apenas, fato que constituiu a mola propulsora dos numerosos movimentos reivindicatórios de 1953.



Nem todos os ramos industriais sofreram com igual intensidade os efeitos da inflação, como se poderá apreciar no penúltimo QUADRO desta página.

Houve grupos de indústrias em que o salário mediano se elevou de 15 % e até 19 %, de março de 1952 a setembro de 1953. Em troca, nas indústrias têxteis, do vestuário, calçado e toucador, o aumento não excedeu 1 %. Conquanto nossa amostra de 177 estabelecimentos seja representativa apenas para a determinação do salário mediano do conjunto e não para os diferentes grupos de indústria nêles compreendidos, parece que, de fato, as melhorias de salário não tiveram caráter geral, decorrendo mais, como já frisamos, do desfecho satisfatório de greves e dissídios coletivos neste ou naquele ramo industrial.

SALÁRIOS INDUSTRIAIS NO DISTRITO FEDERAL
ÍNDICE: 1946 = 100

PERÍODO	SALÁRIO NOMINAL	SALÁRIO REAL*
1952 - Março ...	180	103
Junho ...	181	102
Setembro ...	182	102
1953 - Março ...	182	102
Junho ...	187	96
Setembro ...	185	91

Fonte: Centro de Estudos Sociais - FGV.
(*) Deflacionado pelo índice do custo da vida.

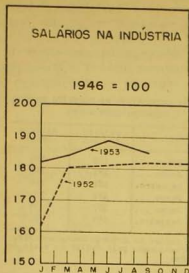
SALÁRIO MEDIANO NA INDÚSTRIA DO DISTRITO FEDERAL POR RAMO DE ATIVIDADE

GRUPO DE INDÚSTRIAS	MARÇO 1952 (Cr\$)	SETEMBRO 1953 (Cr\$)	AUMENTO (%)
Minerais (extrativas minerais, metalúrgicas e mecânicas, de transformação de minérios não metálicos)	1 419	1 460	3
De transformação de matérias-primas (vegetais e animais); químicas e farmacêuticas	1 461	1 681	15
Têxteis, do vestuário, calçado e toucador	1 371	1 383	1
De produtos alimentares, bebidas e estimulantes ..	1 778	1 933	9
Construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás e fio; abastecimento de água e esgoto	1 459	1 483	2
Editoriais e gráficas; indústrias mistas; atividades industriais do Estado	1 471	1 746	19
GERAL	1 442	1 483	3

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DO DISTRITO FEDERAL
POR CLASSE DE SALÁRIO*
(SETEMBRO DE 1953)

CLASSE DE SALÁRIO (Cr\$)	NÚMERO DE EMPREGADOS	% SOBRE O TOTAL
Menos de 600	1 368	2,4
600 a 1 199	8 300	14,9
1 200 a 1 999	30 856	55,2
2 000 a 2 999	10 364	18,5
3 000 e mais	5 008	9,0
TOTAL	55 896	100,0

(*) Segundo a amostra de 177 estabelecimentos do Centro de Estudos Sociais.



Ainda com base em nossa aludida amostra, pode-se ver que é muito elevada a proporção da massa operária do Distrito Federal que será de imediato alcançada pela fixação do novo salário mínimo, caso seja este superior a Cr\$ 2 000,00.

A julgar pelos dados por nós colhidos em setembro de 1953, nada menos de 72,5% dos empregados na indústria carioca percebem até Cr\$ 2 000,00 mensais. A fixação do novo salário mínimo nos níveis sugeridos pela respectiva Comissão irá atingir, como estamos vendo, um elevado contingente de trabalhadores. Forçando a um reajustamento geral, avalia-se que tenha como resultado um aumento de 40 a 50 % na folha de salários.



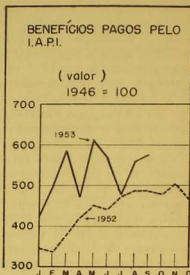
BANCO BOAVISTA S. A.

UMA COMPLETA ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

CONVIDAMOS A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO
A CONSULTAREM NOSSAS CONDIÇÕES PARA
AS SUAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

BENEFÍCIOS SOCIAIS PAGOS

Apesar do lançamento de dois novos tipos de benefícios, dos quais um — o auxílio-maternidade — já se tornou responsável por cerca de 6 % dos pagamentos, o total de benefícios satisfeitos pelo IAPI, em 1953, aumentou menos que nos três anos anteriores, em que, a par da majoração decorrente da lei 1 136, houve reajustamento do salário mínimo. Face aos resultados apurados em setembro, último mês de que temos referência para todo o país, calculamos que os pagamentos efetuados até 31 de dezembro não excederam 2,2 bilhões de cruzeiros, contra 1,8 bilhão em 1952, e 1,3 bilhão em 1951. O conjunto Distrito Federal-São Paulo continua absorvendo 52 % do total de benefícios. Durante o ano findo, os pagamentos nestas duas Unidades devem ter orçado por 1 140 milhões de cruzeiros, ou



BENEFÍCIOS PAGOS PELO I.A.P.I. E O I.A.P.C. - 1950/1953
(Em milhões de cruzeiros)

DISCRIMINAÇÃO	DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO				B R A S I L			
	1950	1951	1952	1953*	1950	1951	1952	1953*
I.A.P.I.:								
Auxílio funeral....	2,0	2,1	2,0	3,1	4,4	4,8	4,6	6,1
Auxílio maternidade	-	-	-	** 66,3	-	-	-	**115,5
Auxílio pecuniário.	144,3	175,3	241,4	290,8	166,2	254,3	482,1	591,5
Pensões	92,4	136,9	181,7	192,7	281,5	341,3	326,9	335,2
Aposentadorias	263,9	384,4	514,1	587,1	494,3	735,7	963,0	1 086,7
T o t a l	502,6	698,7	939,2	1 140,0	946,4	1 336,1	1 776,6	2 135,0
I.A.P.C.:								
Auxílio funeral....	0,7	0,9	1,0	1,4	1,4	1,8	2,0	2,5
Auxílio natalidade..	3,8	7,7	4,6	13,7	9,3	10,3	12,0	26,1
Auxílio doença.....	52,5	64,3	84,3	96,6	118,1	141,0	185,9	212,6
Pensões	43,1	56,3	76,0	73,2	85,1	116,6	142,4	132,8
Aposentadorias	90,8	119,7	174,8	186,6	199,8	272,1	352,3	355,0
T o t a l	190,9	248,9	340,7	371,5	413,7	541,8	694,6	729,0
Totais IAPI+IAPC	693,5	947,6	1 279,9	1 511,5	1 360,1	1 877,9	2 471,2	2 864,0
Índice (1950=100) ..	100	137	185	218	100	138	182	211
Índice do valor real (1950=100)	100	127	146	142

(*) Estimativas: I.A.P.I., segundo movimento jan./set.; I.A.P.C., jan./out.

(**) Benefício instituído em 12.12.1952, mas computado em 1953.

seja, apenas mais 21 % do que em 1952, significando isso uma baixa no valor real dos benefícios, desde que a moeda se depreciou de 1/5, no mesmo período, enquanto crescia consideravelmente o número dos beneficiados.

O padrão de benefícios pagos pelo IAPI sofreu alterações sensíveis, devido à introdução do auxílio-maternidade. As pensões e aposentadorias passaram agora a representar menos de 70 % do total. Tendo em vista as cotas arrecadadas em 1953 (empregados e empregadores, unicamente), os benefícios pagos mantiveram o mesmo elevado peso específico de quase 65 % sobre a arrecadação.

No IAPC, cujo movimento é muito inferior ao de seu congênere dos industriários, o abrandamento da progressão anual foi mais sentido ainda que no IAPI, não obstante a majoração de alguns benefícios. De 1951 a 1953, o acréscimo anual em relação a todo o Brasil baixou de 31% a menos de 10 %. No conjunto Distrito Federal-São Paulo: + 30 %, + 39 % e + 10 %, respectivamente. Aferidos também estes aumentos nominais pelo grau de desvalorização da moeda, verifica-se ter sido grande a baixa do valor real dos benefícios pagos por este Instituto.

A folha anual de pagamento de benefícios, que já no ano findo se aproximava de 3 bilhões de cruzeiros, está sobrecarregando demasiadamente a arrecadação dos dois institutos, privada da cota que por lei compete à União.

LEIA E ASSINE

Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

Assinatura anual	Cr\$ 75,00
Número avulso	Cr\$ 20,00
Número atrasado	Cr\$ 25,00

PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

PRAIA DE BOTAFOGO, 186

Tel. 46-4010 — Ramal 15

Rio de Janeiro

CUSTO DA VIDA

Os fatores inflacionários, que há tempos vêm elevando continuamente os preços, atuaram com mais força ainda nos últimos meses de 1953. Assim, os diferentes índices disponíveis, destinados a medir as flutuações do custo da vida, acusam incrementos que chegam a atingir 22 % no índice geral e 82 % em certos itens de despesa, como o de transportes, em São Paulo.

Percentagens tão altas de acréscimo anual não se verificavam desde 1947, quando o custo da vida, relativamente ao ano anterior, subiu 20 % no Distrito Federal e 30 % em São Paulo.

Cumprе esclarecer que a grande diferença no item transportes, entre os índices paulistas e os cariocas, decorre dos excepcionais aumentos de tarifas verificados em São Paulo, no segundo semestre de 1953. Há, porém, outras divergências de dados, em relação ao Distrito Federal e a São Paulo, para as quais não encontramos explicação satisfatória. As mais flagrantes são as concernentes ao vestuário e a artigos de higiene, em que os índices do SEPT acusam, no primeiro caso, um acréscimo de 24 %, contra apenas 13 % no índice da Prefeitura de São Paulo, e de 24 % contra 55 %, no segundo. Nada justifica tão forte diferença.



AUMENTO PERCENTUAL DO CUSTO DA VIDA
(NOVEMBRO DE 1953 EM RELAÇÃO A NOVEMBRO DE 1952)

ÍNDICE	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO (CAPITAL)	
	Conjuntura Econômica	SEPT	Prefeitura da Capital	SEPT
GERAL	+ 15	+ 13	+ 20	+ 22
Alimentação	+ 18	+ 10	+ 23	+ 22
Habitação	0	+ 9	+ 8	+ 2
Vestuário	+ 11	+ 12	+ 15	+ 24
Higiene	+ 25	+ 55	+ 24
Transportes	} + 26	+ 20	+ 80	+ 82
Luz e combustível		+ 18	+ 3	+ 6

O índice de *Conjuntura Econômica*, como se vê no QUADRO, não é sensível às variações de aluguel, falha essa em vias de ser sanada.

ALIMENTAÇÃO

Poucas modificações sofreu em 1953 a situação alimentar do povo brasileiro, que continua com as características da alimentação dos países sub-desenvolvidos, sendo que nela se reflete com maior intensidade a insuficiência dos meios de transporte e da armazenagem para garantia das entressafras.

No maior centro de consumo, o Distrito Federal, em consequência desses fatos, chegou a haver falta, em certos meses, de alguns produtos básicos na dieta alimentar, o que não parece, entretanto, ter acarretado redução da quantidade de calorias consumidas por seus habitantes. Passemos em revista, de modo sumário, a conjuntura de abastecimento dessa Unidade da Federação durante 1953.

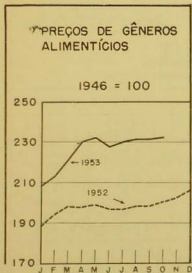
Abastecimento — O mercado de açúcar manteve-se normal em todo o período, não se verificando alterações de preço.

O problema do arroz ofereceu maior complexidade. A exigüidade das colheitas de 1952 havia elevado os preços a níveis jamais vistos, o que estimulou os rizicultores a ampliarem suas áreas de cultivo, dando margem a uma safra excepcional. Apesar disso, os preços no varejo — praticamente estabilizados desde agosto de 1952 — começaram a aumentar de fevereiro de 1953 em diante, sem qualquer causa aparente, pois das regiões produtoras que suprem o Rio continuaram a afluir regularmente as quantidades solicitadas pela massa consumidora. O Departamento de Abastecimento da Prefeitura do Distrito Federal, assim como a COFAP atribuíram o fato às manobras de retenção dos monopólios intermediários, tanto nas fontes de produção como no comércio atacadista do Distrito Federal, interessados em forçar a alta dos preços ante a iminência de um tabelamento rigoroso.

No decorrer do ano todo, houve falta de *banha*, levando a COFAP a adquiri-la ao câmbio oficial, nos Estados Unidos e Argentina, o que significa verdadeiro subsídio.

Com efeito, nos postos daquele órgão governamental, a *banha* importada negociou-se a 18 cruzeiros o quilo, enquanto o produto nacional era exposto à venda no comércio fixo (varejo) até a 36 cruzeiros.

Outro produto escasso foi a *batata*, cujos estoques chegaram a cair tanto que davam apenas para um dia de consumo normal. Em consequência, o seu preço, de Cr\$ 6,50 em fevereiro, elevou-se rapidamente a Cr\$ 12,00 em maio. O afluxo da safra



paulista, que se inicia nesse do ano.

Nenhuma anormalidade se observou no fornecimento de *carne* à população carioca, cujo consumo permanece elevado. Já a *cebola*, que comparecera ao mercado em quantidades satisfatórias até maio, tornou-se escassa daí por diante, induzindo a COFAP a importar, pelo mencionado processo, 140 mil caixas de procedência argentina.

Quanto às *farinhas de mandioca* e o *trigo*, *feijão*, *manteiga*, *milho*, *ovos* e *aves*, o mercado esteve suficientemente abastecido, durante todo o período, com fortes oscilações nos preços, embora a tendência geral fôsse para a alta.

CONSUMO APARENTE DO DISTRITO FEDERAL
(Em milhares de toneladas)

G Ê N E R O	1º SEMESTRE DE 1952	1º SEMESTRE DE 1953	VARIAÇÃO PERCENTUAL (+) OU (-)
Arroz	61,8	71,7	+ 16
Banha	14,0	16,7	+ 15
Cebola	14,9	12,6	- 15
Feijão	26,0	36,8	+ 42
Farinha de mandioca ..	18,8	15,4	- 18
Farinha de trigo	101,2	122,8	+ 21
Charque	6,1	7,3	+ 20
Carne de boi	60,9 *	66,0	+ 8
Manteiga	3,6	2,6	- 28

(*) Calculado na base do consumo médio mensal de 1952.

Fonte: Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura da P.D.F.

Consumo — Do confronto estabelecido no QUADRO acima (cuja fonte, sendo a única que se nos oferece, nem por isso fugirá a certa reserva, dada a dificuldade de estatística dêste gênero), deduz-se que o consumo de gêneros de primeira necessidade, em 1953, a julgar pelos dados já conhecidos do primeiro semestre, superou de modo geral o de 1952, em percentagens sensivelmente superiores à taxa de crescimento demográfico. Somente apresentou declínio, aliás forte, o consumo de manteiga (— 28 %), de farinha de mandioca (— 18 %) e de cebola (— 15 %).

PREÇOS MÉDIOS NO VAREJO - DISTRITO FEDERAL
(Em Cr\$/kg)

G Ê N E R O S (1ª qualidade)	1 9 5 2	1 9 5 3 *	VARIAÇÃO PERCENTUAL (+) OU (-)
Arroz	8,90	15,80	+ 78
Banha	21,30	28,90	+ 36
Batata	6,40	8,40	+ 31
Cebola	7,60	17,00	+ 124
Charque	24,90	28,80	+ 16
Farinha de mandioca ..	5,10	6,20	+ 22
Feijão	7,30	8,10	+ 11
Manteiga	51,80	50,40	- 3
Carne **	19,00	24,20	+ 27

(*) Média de 9 meses. (**) Dados do SEPT para o mês de novembro.

Fonte: Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura da P.D.F.

Preços — Prosseguiu em 1953 a marcha ascensional dos preços de gêneros alimentícios no varejo. Nosso índice, que se refere ao conjunto das capitais do país, acusa nos últimos meses um acréscimo de mais de 18 % em relação à média mensal de 1952, aumento êsse superior ao de qualquer outra época, a contar de 1946.

Na capital do país, o fenômeno foi particularmente intenso. Alguns gêneros tiveram seus preços majorados em mais de 100 %, como é o caso da cebola (ver QUADRO no pé da página anterior). O preço do arroz subiu 78 %, nos primeiros nove meses do ano findo, o da banha 36 %, batata 31 %, carne 27 %.

Em São Paulo igualmente, as cotações no varejo refletiram a alta verificada nos próprios centros de produção do Estado.

PREÇOS MÉDIOS PONDERADOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES NO ESTADO DE SÃO PAULO
(Em Cr\$/saco de 60 kg*)

PRODUTO	AGOSTO DE 1952	AGOSTO DE 1953	% DE AUMENTO
Arroz	226	457	102
Feijão	217	254	17
Milho	107	135	26
Amendoim	67	116	73
Batata inglesa	170	237	40

(*) Exueto para o amendoim (saco de 25 kg).

Fonte: Divisão de Economia Rural - Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Em doze meses apenas, como se vê no QUADRO, os preços de venda deram verdadeiros saltos, especialmente os do arroz, amendoim e batata inglesa. Por isso, em outubro de 1953, o arroz era negociado no varejo da capital paulista a Cr\$ 17,00 (contra Cr\$ 7,50 no mesmo mês de 1952), a batata inglesa a Cr\$ 9,00 (Cr\$ 5,90 em outubro de 1952), e a farinha de milho a Cr\$ 10,00 (Cr\$ 7,00 em 1952). Além dos citados, o pão e o peixe experimentaram uma alta de 60 % em São Paulo.

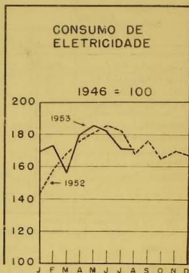
CONSUMO DOMICILIAR DE ELETRICIDADE

Afetado pela estiagem, que, em 1953, fêz baixar o nível de Ribeirão das Lajes quase ao seu ponto crítico, o consumo particular de eletricidade no Rio de Janeiro restringiu-se consideravelmente, sobretudo na segunda metade do ano. Em São Paulo, o problema apresentou aspectos de maior gravidade ainda. Além de sofrer os efeitos da estiagem, sentiu aquela capital maior carência de instalações produtoras.

Estas ocorrências refletiram-se em nossa série de números-índices, com o resultado de que a progressão média anual de 9,6 % ao ano (1946/52) não foi alcançada em 1953. Pela primeira vez, nos últimos anos, o crescimento da população foi superior ao do consumo particular de eletricidade, que nas duas maiores cidades do país teve acréscimo de 1 % apenas.

O ano passado foi o pior, como vemos, dos últimos tempos. Mas, segundo tudo indica, o sistema gerador do Distrito Federal terá energia em quantidade, durante 1954, já que de janeiro a junho deverão entrar em funcionamento os quatro grupos finais de Forçacava. A perspectiva para 1954 deve levar em conta, porém, que o sistema gerador do Distrito Federal se vê solicitado a fornecer a São Paulo (apesar da contribuição da nova usina de Piratininga, que dará aos paulistas um acréscimo de 160 000 kW até outubro) cerca de 800 milhões de kWh, sem conseguir ainda com isso impedir um déficit que, nas duas cidades, chega a quase 300 milhões de kWh. Dêsse total, calcula-se venha a corresponder ao Rio um sacrifício de cerca de 120 milhões. Assim, torna-se impossível prever, por mais um ano, uma situação de verdadeiro desafôgo para o consumo particular de eletricidade, já tendo as empresas produtoras pedido a aprovação de novas cotas de racionamento.

Em outras cidades do Brasil, as perspectivas se afiguram mais animadoras, talvez por ser menor o crescimento da procura de energia para fins industriais. À falta de outros elementos, recorremos para a elaboração do QUADRO às apurações do CNAEE, cabendo notar que sua conceituação de "consumo residencial" difere um pouco da nossa. As cifras foram calculadas segundo a localização dos geradores e apenas das usinas privadas. Sem meios para analisarmos as ocorrências do último semestre (salvo em parte para o Distrito Federal e São Paulo), será arriscado fazermos qualquer estimativa. No primeiro trimestre de 1953, o aumento médio do consumo, em relação a igual período de 1952, foi bom, atingindo quase 8 %. No segundo trimestre, porém, o incremento mostrou-se mais lento, decisivamente influenciado pelos totais de São Paulo (menos 4,5 milhões de kWh,



em relação ao segundo trimestre de 1952), registrando a percentagem de 5,4 %. Face a tais resultados, acreditamos que, em 1953, o consumo domiciliar de eletricidade, fornecida pelas 39 empresas focalizadas em nosso QUADRO, haja aumentado menos que no ano anterior. Estimamo-lo em 1 355 milhões de kWh.

CONSUMO DOMICILIAR DE ELETRICIDADE SEGUNDO OS PRINCIPAIS SISTEMAS GERADORES*
(Em milhões de kWh)

ZONA URBANA	1 9 5 2 (TRIMESTRES)					1 9 5 3 (TRIMESTRES)		% DE AUMENTO NOS 1 SEMESTRES 1952/53
	I	II	III	IV	Total	I	II	
São Paulo *	112,8	124,8	121,7	114,3	473,6	107,9	120,4	+ 17
Rio de Janeiro * ..	63,5	77,0	78,4	79,3	298,2	77,5	86,4	- 4
Belo Horizonte	14,1	16,1	17,0	17,8	65,0	17,4	20,2	+ 25
Niterói/S. Gonzalo/ Petrópolis	8,0	8,9	9,5	9,3	35,7	9,4	10,3	+ 16
Curitiba	6,2	6,7	7,4	7,4	27,7	7,3	8,1	+ 19
Recôncavo Baiano ..	6,2	7,4	7,8	7,4	28,8	7,0	7,1	+ 3
Recife	3,5	4,5	4,7	4,9	17,6	4,7	5,1	+ 21
Fortaleza	1,7	1,8	1,8	2,1	7,4	2,1	2,2	+ 23
Outras	82,9	89,9	90,6	88,1	351,5	88,9	95,4	+ 7
T O T A L	298,9	337,1	338,9	330,6	1 305,5	322,2	355,2	+ 7

(*) 39 empresas privadas.

Fonte: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

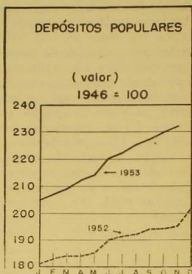
Para 1954, não só se espera uma melhoria da situação calamitosa, que foi este ano a do Rio e São Paulo, mas também entrarão em funcionamento várias usinas de força e luz noutros pontos do país, que muito ampliarão o abastecimento. O consumo domiciliar parece estar crescendo com excepcional vigor em certas capitais, como Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Curitiba, etc.

DEPÓSITOS POPULARES

Com o saldo mensal médio de 4,34 bilhões de cruzeiros, os depósitos populares na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro atingiram, em 1953, seus valores mais elevados. Em relação ao ano-base da respectiva série de índices (1946 = 100), evidencia-se que nos últimos 7 anos houve um aumento de 120 %, em valor absoluto. Mas deflacionado esse montante à moeda de 1946, o aumento real ocorrido não excede 11 %.

Sugerem, entretanto, os resultados consignados para 1953 melhoria apreciável das poupanças de particulares e pequenas empresas, as quais recorrem, também, à conta "depósitos populares". O índice deflacionado desta série, que apenas subira 1 ponto, de 1951 para 1952 (107 para 106), teve agora alta de 4 pontos (111). A cadência dos depósitos mostrou-se acelerada, praticamente no ano inteiro, não se observando, como em anos anteriores, meses de quase paralisação.

Quanto às demais Caixas Econômicas do país, o movimento de 1953 não parece conduzir a uma conclusão tão abonadora. Tomando no seu valor nominal o saldo em junho de 1953 (12,8 bilhões de cruzeiros), verificamos



SALDOS DA CONTA "DEPÓSITOS POPULARES", EM 30 DE JUNHO DE 1952 E 1953
NAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS, POR REGIÕES PSIOGRÁFICAS

R E G I Ã O	SALDOS (Cr\$1 000 000)		MÉDIA PER CAPITA (Cr\$)		% DE AUMENTO 1952/53
	Junho 1952	Junho 1953	Junho 1952	Junho 1953	
Norte	143	145	84	115	+ 37
Nordeste	276	347	21	26	+ 24
Leste	4 997	5 751	254	290	+ 14
Sem o D. Federal ...	(1 164)	(1 309)	(68)	(76)	(+ 12)
Distrito Federal ...	(3 834)	(4 442)	(1 534)	(1 708)	(+ 11)
Sul	5 641	6 455	349	313	+ 12
Centro-Oeste	49	53 *	26	28	+ 8
T O T A L	11 106	12 801 *	204	229	+ 12

(*) Estimativa.

ter sido somente de 12 % o aumento que os depósitos populares tiveram desde junho de 1952. No período equivalente 1951/52 — e os saldos em junho muito se aproximam da média anual — observou-se a mesma percentagem, que se afigura inferior ao incremento do custo da vida. O *per capita* de 1953 orçou por Cr\$ 229,00 contra Cr\$ 204,00, em 1952.

Por Estados, os acréscimos mais sensíveis ocorreram no Nordeste e no Norte, regiões que no entanto detêm apenas 4,2 % dos depósitos populares nacionais. No Leste, exclusive o Distrito Federal, o acréscimo foi igual à média geral (12 %), baixando a importância relativa, no total nacional, das Unidades que compõem esta região (de 10,5 % para 10,2 %). A mesma tendência observamos no Sul, onde estava depositada a metade dos saldos (no valor de 6,45 bilhões de cruzeiros), em 30 de junho do ano findo, com um aumento também de 12 % sobre 1952.

As médias *per capita* transcritas no QUADRO são ainda muito baixas, variando de um máximo no Sul (Cr\$ 313,00), ao mínimo de Cr\$ 21,00, no Nordeste. Grosso modo, o saldo médio para cada habitante sulino corresponde ao triplo do apurado em relação ao conjunto demográfico nortista; é quase 5 vezes superior às médias do Leste (exclusive o Distrito Federal), e de 10 a 15 vezes superior à média do Centro-Oeste e Nordeste.

Além de concordarem essas desproporções com as grandes diferenças de nível de vida das respectivas populações, convém ter presente a dificuldade de utilizar os serviços das Caixas Econômicas em certos Estados, cuja diminuta renda não torna compensadora a abertura de grande número de filiais.

Uma Experiência de Planejamento Econômico

é o digesto e tradução do Plano Monnet da França, publicado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas.

Cada exemplar: Cr\$ 50,00

Pedidos à Fundação Getúlio Vargas

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — RIO DE JANEIRO

DIVERSÕES

Poucas informações pudemos obter acêrca da afluência e do movimento financeiro das principais diversões no país, em 1953. Essa falha é insubstituível, no concenrente aos cinemas, que de longe são a mais concorrida das diversões, abrangendo percentagem superior a 90 % do total nacional de espectadores a tôdas as diversões públicas.

Temos indícios seguros, entretanto, de que o movimento nos guichês das salas cariocas e paulistanas de cinema continuou em expansão, sem talvez exceder o crescimento das respectivas populações. No Distrito Federal, foram inauguradas ou reabertas mais 7 salas, no ano passado. Em construção adiantada há outras tantas, entre as quais uma sala para 3 500 lugares, que será a maior desta capital.

Animadora se mostrou a receita dos teatros, em relação aos anos anteriores, o que comprova, de modo geral, não ter havido retração nos gastos com diversões, em 1953. Calculamos a venda de ingressos em cêrca de 110 milhões de cruzeiros, em todo o país, contra pouco mais de 90 milhões no ano anterior. O número de espectadores deve ter orçado por 3 600 000.

No futebol houve maior atividade, principalmente em nossa maior praça de esportes. Contaram-se 86 partidas no Estádio do Maracanã (82 em 1952), com uma afluência de público pagante avaliado em 2 600 000 (contra 2 486 000 em 1952). A receita, devido aos encontros internacionais, e não a uma majoração geral das tarifas, foi muito mais elevada do que se podia julgar pelo número de espectadores: 52,8 milhões de cruzeiros, ou seja, um acréscimo de 6,2 milhões sôbre o resultado de 1952. Há ainda a observar que os gastos da população carioca com os dois primeiros turnos do Campeonato da Cidade, em todos os campos, alcançaram 28,8 milhões de cruzeiros (23,9 milhões em 1952).

Da mesma forma, o movimento das corridas de cavalos no Distrito Federal passou de 981 páreos (1952) a 1 126 em 1953. Concomitantemente, as apostas totalizaram Cr\$ 1 670 milhões (1953), contra Cr\$ 1 334 milhões (1952).

Revista de Direito Administrativo

DIRETOR

CARLOS MEDEIROS SILVA

Publica em seções permanentes: Doutrina. Jurisprudência dos Tribunais. Sentenças. Tribunais de Contas. Jurisprudência Administrativa. Pareceres. Legislação. Comentários e crônicas sobre:

Decisões dos tribunais de justiça, dos órgãos de administração pública, conselhos e comissões: estudos, comentários e legislação sobre:

- organização e funcionamento dos poderes da União, Estados, Municípios, autarquias e sociedades de economia mista;
- impostos e taxas federais, estaduais e municipais; contribuições devidas a autarquias;
- funcionários: civis e militares, extranumerários, federais, estaduais e municipais; servidores de autarquias; montepio e pensões especiais; concessões e contratos de serviços públicos;
- jazidas minerais, energia elétrica;
- responsabilidade civil do Estado; bens públicos; desapropriações;
- nacionalidade; expulsão de estrangeiro; e
- todos os demais assuntos regulados pelo direito administrativo.

Cada volume corresponde a um trimestre e contém de 400 a 500 páginas.

EDIÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal 4081

Telefone 46-4010 — Ramal 15

Assinatura anual	Cr\$ 180,00
Número avulso	Cr\$ 50,00
Número atrasado	Cr\$ 60,00